

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Faculdade de Educação

Programa de Pós-Graduação em Educação

Magna Cristina de Oliveira

**NA ENCRUZILHADA DO SABER DAS AFRO MEMÓRIAS: intelectuais negros
na Educação de Jovens e Adultos (EJA)**

BELO HORIZONTE

2023

Magna Cristina de Oliveira

**NA ENCRUZILHADA DO SABER DAS AFROMEMÓRIAS: intelectuais negros
na Educação de Jovens e Adultos (EJA)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação: Mestrado Profissional Educação e Docência (PROMESTRE) da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Educação de Jovens e Adultos

Orientadora: Profa. Dra. Miria Gomes de Oliveira

BELO HORIZONTE

2023

O48n
T

Oliveira, Magna Cristina de, 1965-
Na encruzilhada do saber das afro memórias [manuscrito] : intelectuais
negros na educação de jovens e adultos (EJA) / Magna Cristina de Oliveira. --
Belo Horizonte, 2023.
165 f. : enc, il., color.

Dissertação -- (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais,
Faculdade de Educação.

Orientadora: Míria Gomes de Oliveira.

Bibliografia: f. 158-165.

1. Educação -- Teses. 2. Educação -- Relações raciais -- Teses. 3.
Educação -- Relações étnicas -- Teses. 4. Educação de adultos -- Relações raciais
-- Teses. 5. Educação de adultos -- Relações étnicas -- Teses. 6. Discriminação
na educação -- Teses. 7. Discriminação racial -- Teses. 8. Racismo -- Teses. 9.
Jogos educativos -- Teses..

I. Título. II. Oliveira, Míria Gomes de, 1967-. III. Universidade Federal de
Minas Gerais, Faculdade de Educação.

CDD- 370.19342

Catálogo da fonte: Biblioteca da FaE/UFMG (Setor de referência)

Bibliotecário: Ivanir Fernandes Leandro CRB: MG-002576/O



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROMESTRE - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E DOCÊNCIA/MP
ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO
MAGNA CRISTINA DE OLIVEIRA

Realizou-se, no dia 28 de novembro de 2023, às 14 horas, na sala 1204 da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Minas Gerais, a 455ª defesa de dissertação, intitulada *NA ENCRUZILHADA DO SABER DAS AFRO MEMÓRIAS: INTELECTUAIS NEGROS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)*, apresentada por MAGNA CRISTINA DE OLIVEIRA, número de registro 2021652720, graduada no curso de COMUNICAÇÃO SOCIAL, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em EDUCAÇÃO E DOCÊNCIA, à seguinte Comissão Examinadora: Profa. Miria Gomes de Oliveira - Orientadora (Universidade Federal de Minas Gerais), Prof. Josiley Francisco de Souza (Universidade Federal de Minas Gerais), Prof. Fulgêncio Francisco Muchisse Fulane (Universidade Eduardo Mondlane), Profa. Fernanda Kelly Silva de Brito(UCSP Pontifícia Universidade Católica) e Prof. Natalino Neves da Silva (Universidade Federal de Minas Gerais) .

A Comissão considerou a dissertação:

- (X) Aprovada.
- () Reprovada.
- () Aprovada com indicação de correções.

A Banca sugeriu e o candidato acatou a mudança do título da dissertação para:

Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos membros da Comissão.

Belo Horizonte, 28 de novembro de 2023.

Profª. Miria Gomes de Oliveira (Doutora)

Prof. Josiley Francisco de Souza (Doutor)

Prof. Fulgêncio Francisco Muchisse Fulane (Doutor)

Profª. Fernanda Kelly Silva de Brito (Doutora)

Prof. Natalino Neves da Silva (Doutor)



Documento assinado eletronicamente por **Claudia Starling Bosco, Coordenador(a) de curso de pós-graduação**, em 26/02/2024, às 13:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Natalino Neves da Silva, Professor do Magistério Superior**, em 28/02/2024, às 18:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Miria Gomes de Oliveira, Professora do Magistério Superior**, em 29/02/2024, às 06:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2797397** e o código CRC **7A667D29**.

Dedico essa dissertação a minha filha Sarah e ao seu caminho, vislumbrando melhores dias e oportunidades. Planto no meu caminho regado de folhas de cheiro e flores, para que no seu floresça a primavera.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Oxalá, que me fez negra não por acaso, mas para pontuar o meu lugar e dos meus no mundo. Reverencio a minha família que sempre vibrou pela minha caminhada e ao Universo que sempre conspirou comigo e com minhas escolhas.

Não posso deixar de citar as filhas que não tive, mas que são minhas: Aninha, Carla e Luana, pela força feminina que nos rege e fortalece.

Agradeço aos mestres e mestras que me instigaram e me ensinaram a me incomodar, a me preocupar e a fazer diferente e ser a diferença.

À toda minha ancestralidade que honro o que foram no passado para que eu fosse hoje, meu muito obrigada.

Um salve para minha filha Sarah que como mulher preta valoriza cada conquista minha e vem fazendo seu caminho consciente de seu lugar no mundo, o topo.

Gratidão a Olga Kambilo que abrilhantou minha dissertação traduzindo meu resumo na sua língua materna o Lingala, me sinto honrada.

Gratidão ao meu colega de trabalho André bibliotecário, que me presenteou com a adaptação desta dissertação às normas técnicas da ABNT.

E por fim, meu mais sincero carinho e respeito a todas que de alguma forma me ajudaram a redigir essa pesquisa: Carol, Fernanda, Josiley, Mariana, Miria e todos os intelectuais citados nesta obra, onde bebi na fonte e tentei traduzir todo meu conhecimento adquirido.

RESUMO

Essa pesquisa tem como objetivo escurecer reflexões de questões relativas à educação antirracista dentro da Educação de Jovens e Adultos (EJA), pontuando a ludicidade como ferramenta possível para protagonizar intelectuais negres e suas obras científicas e literárias. Para isso, nos baseamos em GOMES (2020), OLIVEIRA (2014), MUNANGA (2019), ISIS (2022), dentre outros(as), para dar visibilidade aos pesquisadores que pensam a decolonialidade do ensino, o lugar dos intelectualizados(as) negres produtores de saberes científicos e literários. Como produto didático-pedagógico, apresentamos o jogo "Afro memória", um jogo da memória que liga nossos intelectuais a suas biografias e sinopses de suas obras. O jogo também introduz símbolos Adinkra, simbologia de Gana (África). Nosso objetivo é apresentar aos educandos e educadores, intelectuais negres e suas obras, além de elementos da cultura africana e afro-brasileira, em aulas de leitura mediadas pela afirmação, representatividade e conhecimentos produzidos por intelectuais negres.

Palavras-chave: Educação antirracista; Intelectuais negres; Letramento racial – Letramento racial literário.

RESUMEN

Esta investigación tiene como objetivo oscurecer las reflexiones sobre cuestiones relacionadas con la educación antirracista dentro de la Educación de Jóvenes y Adultos (EJA), puntuando la lúdica como una posible herramienta para conducir a los intelectuales negros y sus obras científicas y literarias. Para ello, nos basamos en GOMES (2020), OLIVEIRA (2014), MUNANGA (2019), ISIS (2022), entre otros, para dar visibilidad a investigadores que reflexionan sobre la decolonialidad de la enseñanza, el lugar de los intelectuales negros (como) productores de conocimiento científico y literario. Como producto didáctico-pedagógico presentamos el juego “Afro Memory”, un juego de memoria que vincula a nuestros intelectuales con sus biografías y sinopsis de sus obras. El juego también introduce los símbolos Adinkra, simbología de Ghana (África). Nuestro objetivo es acercar a los estudiantes y educadores a los intelectuales negros y sus obras, así como elementos de la cultura africana y afrobrasileña, en clases de lectura mediadas por la afirmación, la representatividad y el conocimiento producido por los intelectuales negros.

Palabras clave: Educación antirracista; Intelectuales negros; Alfabetización racial – Alfabetización racial literaria.

Na Mokuse¹

Bolukiluki oyo ezali na mokano ya kosala molili ya makanisi na makambo matalimateya ya kotelemela mposo na kati ya mateya ya bilenge mpe ya mikóló (EJA), kopesa bilembo na lisano lokola esaleli oyo ekoki kozala mpo na kokamba bato ya mayele ya moindo mpe misala na bango ya siansi mpe ya mikanda. Pona yango, to taleli GOMES (2020), OLIVEIRA (2014), MUNANGA (2019), ISIS (2022), kati na basusu, pona kopesa komonana na balukiluki oyo bakanisaka na décolonialité ya mateya, esila ya bato ya mayele ba sali moindo ya boyebi ya siansi mpe ya mikanda. Lokola eloko oyo ezali ko teya na nzela ya mikanda, tozali ko lakisa lisano "Afro boongo", masano ya boongo oyo ezo sangisa bato ya mayele na biso na ba biografi ya bomoi na bango, na ba misala na bango ya mayele. Lisano yango ezali mpe kokotisa bilembo ya Adinkra, elembo ya Gana (Afrique). Mokano na biso ezali ya kolakisa bayekoli mpe bateyi ya bato ya mayele ya moindo mpe misala na bango, mpe lisusu biloko ya mimeseno ya Afrika mpe ya Afro-Brésil, na bakelasi ya botangi oyo esalemi na nzela ya bondimi, bomonisi mpe boyebi oyo ebimisami na bato ya mayele ya moindo.

Maloba ya ntina: Boyekoli ya kobundisa bokeseni ya mposo; kotanga mpe kokoma mposo.

¹ O lingala é uma língua Bantu cuja área de expressão se concentra no oeste da África Central, principalmente na República do Congo e na República Democrática do Congo, bem como no sul da República Centro-Africana. Num país marcado pela diversidade cultural e linguística, com mais de 214 línguas indígenas vivas, o lingala é uma língua que ultrapassa o prisma das variações locais, a favor do estatuto de "língua veicular" que une a população congoleza em torno de uma língua afirmada e conhecido por todos, apesar da existência de muitos dialetos como o Lingala literário, o Lingala popular ou mesmo o Kinshasa Lingala.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Carol Fernandes (carta do jogo Afromemória).....	73
Figura 2 – Carol Fernandes - minibio e sinopse (carta do jogo Afromemória)	74
Figura 3 – Capa do livro Coração do mar (carta do jogo Afromemória).....	75
Figura 4 – Carolina Maria de Jesus (carta do jogo Afromemória)	77
Figura 5 – Carolina Maria de Jesus - minibio e sinopse (carta do jogo Afromemória)..	78
Figura 6 – Capa do livro Quarto de despejo (carta do jogo Afromemória)	79
Figura 7 – Cidinha da Silva (carta do jogo Afromemória)	81
Figura 8 – Cidinha da Silva - minibio e sinopse (carta do jogo Afromemória)	82
Figura 9 – Capa do livro Os nove pentes d’África (carta do jogo Afromemória).....	83
Figura 10 – Dayse Cabral de Moura (carta do jogo Afromemória)	85
Figura 11 – Dayse Cabral de Moura – minibio e sinopse (carta do jogo Afromemória)	86
Figura 12 – Capa do livro Oranyam e a grande pescaria (carta do jogo Afromemória).	87
Figura 13 – Edimilson de Almeida Pereira (carta do jogo Afromemória).....	89
Figura 14 – Edmilson de Almeida Pereira - minibio e sinopse (carta do jogo Afromemória)	90
Figura 15 – Capa do livro Os comedores de palavras (carta do jogo Afromemória)	91
Figura 16 – Elaine Marcelina (carta do jogo Afromemória).....	93
Figura 17 – Elaine Marcelina - minibio e sinopse (carta do jogo Afromemória)	94
Figura 18 – Capa do livro As coisas simples da vida (carta do jogo Afromemória).....	95
Figura 19 – Geni Guimarães (carta do jogo Afromemória)	97
Figura 20 – Geni Guimarães - minibio e sinopse (carta do jogo Afromemória).....	98
Figura 21 – Capa do livro A cor da ternura (carta do jogo Afromemória)	99
Figura 22 – Jarid Arraes (carta do jogo Afromemória)	101
Figura 23 – Jarid Arraes - minibio e sinopse (carta do jogo Afromemória)	102
Figura 24 – Capa do livro Heroínas negras brasileiras em 15 cordéis (carta do jogo Afromemória)	103
Figura 25 – Josias Marinho Casadecaba (carta do jogo Afromemória).....	105
Figura 26 – Josias Marinho Casadecaba - minibio e sinopse (carta do jogo Afromemória)	106
Figura 27 – Capa do livro O príncipe da beira (carta do jogo Afromemória).....	107
Figura 28 – Júlio Emílio Braz (carta do jogo Afromemória)	109
Figura 29 – Júlio Emílio Braz - minibio e sinopse (carta do jogo Afromemória).....	110
Figura 30 – Capa do livro Pretinha, eu? (carta do jogo Afromemória)	111
Figura 31 – Kiusam de Oliveira (carta do jogo Afromemória).....	113
Figura 32 – Kiusam de Oliveira - minibio e sinopse (carta do jogo Afromemória)....	114
Figura 33 – Capa do livro Omo-Obo, histórias de princesas (carta do jogo Afromemória)	115
Figura 34 – Madu Costa (carta do jogo Afromemória)	117
Figura 35 – Madu Costa - minibio e sinopse (carta do jogo Afromemória)	118
Figura 36 – Capa do livro Meninas negras (carta do jogo Afromemória)	119
Figura 37 – Nei Lopes (carta do jogo Afromemória)	121
Figura 38 – Nei Lopes - minibio e sinopse (carta do jogo Afromemória).....	122

Figura 39 – Capa do livro Histórias do Tio Jimbo (carta do jogo Afromemória).....	123
Figura 40 – Nilma Lino Gomes (carta do jogo Afromemória)	125
Figura 41 – Nilma Lino Gomes - minibio e sinopse (carta do jogo Afromemória)	126
Figura 42 – Capa do livro Betina (carta do jogo Afromemória)	127
Figura 43 – Olegário Alfredo da Silva (carta do jogo Afromemória)	129
Figura 44 – Olegário Alfredo da Silva - minibio e sinopse (carta do jogo Afromemória)	130
Figura 45 – Capa do livro O pente penteia (carta do jogo Afromemória)	131
Figura 46 – Capa do livro Os batuqueiros: viagem ao mundo dos sons	133
Figura 47 – COLOCAR LEGENDA AQUI.....	134
Figura 48 – Capa do livro A pequena sereia	135
Figura 49 – Símbolos Adinkra.....	143

SUMÁRIO

1 MEMORIAL	12
2 INTRODUÇÃO - ENEGRECENDO A EJA	15
3 O ESTADO E A EDUCAÇÃO	21
3.1 Políticas públicas e políticas educacionais	24
3.2 Ensino para jovens e adultos: EJA	26
3.3 Os sujeitos na educação e suas histórias: educadores e educandos	31
4 FORMAÇÃO E VALORES PARA A EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA DA EJA	33
4.1 A educação antirracista na EJA	37
4.2 O movimento negro unificador na formação de educadores e educandos	41
4.3 Valores civilizatórios africanos e afrobrasileiros	47
5 LITERATURA NEGRA E SEU ENSINO: EDUCADORES E EDUCANDOS ..	53
5.1 Mulheres negras: mercadoras e escritoras	54
5.2 Relação educador, educando e o afro memória	62
5.3 Dialogando com intelectuais negres	66
5.4 O Projeto Iranti - Ser África	68
6 O JOGO DIDÁTICO “AFROMEMÓRIA”	70
6.1 A ludicidade na educação antirracista	135
6.2 O jogo didático “Afromemória”	139
6.3 Aspectos subjetivos e objetivos	143
7 CONCLUSÃO	148
REFERÊNCIAS	150

1 MEMORIAL

Falar de literatura, de histórias é lembrar inicialmente da minha história de vida, de como me relacionei com meu corpo, cabelo, sendo filha do casal negro Pedro e Efigênia. Muito cedo defendi meu fenótipo, não alisando meu cabelo, por exemplo.

Apesar de ainda não entender a África como mãe da humanidade e detentora de saberes repassados de geração em geração, absorvi muito cedo que a educação é uma riqueza, e que, segundo Nelson Mandela, “a educação é a arma mais forte que você pode usar para mudar o mundo”.

Movida por esse pensamento e tendo acesso a leituras diversas, entendi que assim poderia explorar outras culturas, histórias e costumes, adquirindo conhecimentos importantes da diáspora negra. Escureci através da educação, a necessidade da pauta em se praticar a educação antirracista, lembrando da minha trajetória de vida na infância, sem deixar de me orgulhar da minha essência de menina e depois mulher negra.

Concursada, entrei para a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em maio de 1992, nunca me adaptando a só “bater carimbo”. Fui além, fiz vários cursos internos e posteriormente concluí minha graduação em Comunicação Social, com habilitação em Relações Públicas. Fui mestre de cerimônia da Faculdade de Letras (FALE) em vários eventos e colações de graus. Em 2014, lotada na Faculdade de Filosofia Ciências Humanas (FAFICH), fiz o curso de contação de histórias na Biblioteca Pública de Minas Gerais. Ainda em 2014, comecei a pesquisar as histórias negras, escrevi e submeti um projeto na Pró-reitoria de Extensão (PROEX/UFMG), aprovado no início de 2015.

O "Irantí - Ser África" foi aprovado como projeto extensionista. A ideia inicial era fazer catalogação dos livros de intelectuais negres nessas unidades da Universidade: Escola de Ciência da Informação (ECI), Faculdade de Educação (FAE), Faculdade de Filosofia Ciências Humanas (FAFICH), Faculdade de Letras (FALE) e Centro Pedagógico (CP), além de oferecer formação continuada a estudantes das licenciaturas nas técnicas de contação de histórias pretas.

Em 2016, fui selecionada e participei como contadora de histórias do "I Ayo – Encontro Negro de contadores de histórias", no Rio de Janeiro. Projeto idealizado por uma militante negra, Nathália Grilo, que também é citada nessa dissertação. Em 2017, sem minha participação, aconteceram dois *Ayos*, respectivamente, no Rio de Janeiro e em São Paulo. Nesse ano também publiquei meu primeiro cordel, “Tia Augusta (Tia Guta)”,

no Afro Poemas de 2017 em São Bernardo do Campo (que é uma Coletânea de textos realizada a partir de um concurso cultural solidário).

Ocupei por voto popular o cargo de Diretora de Imprensa e Divulgação, por três mandatos eletivos na Associação de Servidores da UFMG (ASSUFEMG), elaborando o "Boletim Pinga Fogo", publicações e elaboração de materiais gráficos como: flyers, cartazes, banners e panfletos. Elaborava as divulgações das atividades culturais e afins da associação, além de coordenar, corrigir e ajudar a elaborar as publicações nas mídias virtuais. Ainda como Diretora de Imprensa e Divulgação, junto a pasta da Cultura, planejei, elaborei e coordenei por dois mandatos, a feira de artesanato da entidade, criada para atender artesãos da comunidade universitária e também do público externo.

Também criei e coordenei, ainda dentro da pasta de Cultura da entidade, três Festivais de Cultura e Arte Negra da Assufemg entre 2016 e 2018, sendo que no ano de 2018, o Festival de Cultura e Arte Negra da ASSUFEMG, confluiu com o "Novembro Negro" da UFMG.

Integrei a Comissão Complementar a Autodeclaração, como também as Comissões Complementares à Autodeclaração Étnico-racial da UFMG. Fiz parte do coletivo poético "Pretas Poetas", que resultou em um Zine, "Preta Poeta: Escrivência, Resistência e Liberdade". Ainda em 2019, coordenei o "IV Ayo – Encontro Negro de Contadores de Histórias de MG", sendo o primeiro a acontecer em Belo Horizonte, no Sesc Venda Nova, cuja homenageada foi a nossa querida Conceição Evaristo. A coordenação geral contou com a parceria de Chica Reis e Madu Costa, que estiveram ao meu lado na criação do "Coletivo Iabas", que se deu logo após o Ayo Minas. O Coletivo Iabas desenvolve estudos sobre as histórias literárias, orais e *itans (histórias em Yorubá)* das orixás femininas. Somos três mulheres negras na roda ancestral, que contam, cantam e encantam com as histórias da cultura negra africana e afro-brasileira.

Ainda, em 2019, o Coletivo Iabás e o projeto Iranti - Ser África, foram selecionados pelo Projeto "Raízes e Globo Dikulo de Luanda", para viajar para Angola, através do 2º Intercâmbio Brasil X Angola, cuja a participação seria para falar sobre nossa diáspora e também sobre esses projetos voltado para a cultura negra.

Em 2020, tive meu nome em três publicações literárias: o primeiro, foi um artigo publicado no livro "Mulheres Negras: protagonismo feminino, trajetórias e desafios", pela Editora Autografia; o segundo foi a participação na coletânea de poesias com mulheres "Se tens um dom, seja", organizado por Bruno Black e Brunetts, da Futurama Editora; e o terceiro, "Poetas negras brasileiras – uma antologia", da escritora Jarid

Arraes, da Editora Cultura.

Em 2020, com o encantamento do meu companheiro Beto, ressignifiquei o espaço que ele morava e cuidava da horta, transformei em um espaço cultural e agroecológico, que demos o nome de: "Canto do Beto". Nesse espaço, realizei ações culturais, coletivas com um grupo de agroecologistas do curso "Trilhas Agroecológicas do Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional (CRESAN) da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH). Desenvolvemos o projeto "Semeando", que foi realizado com a ajuda das "Meninas do Dedo Verde", que contribuiu para a multiplicação e partilha de sementes crioulas (não transgênicas, não patenteadas, melhoradas por meios naturais de geração a geração). Esse projeto conta, também, com a parceria do "Slowfoodbh", que promove a cultura dos alimentos agroecológicos locais e a biodiversidade mineira, trazendo a comida dos nossos ancestrais e novamente confluindo com as histórias e receitas do povo preto.

Entre 2020 e 2022 tivemos progressos importantes com o mencionado projeto de extensão "Iranti - Ser África", dos quais citarei aqui os mais significativos. Criamos em parceria com o Carro Biblioteca da ECI, o jogo físico "Afro memória", (um jogo da memória com intelectuais negres e com símbolos "adinkras". Outra tecnologia que impulsionou essa pesquisa, está na sugestão dada pelo Iranti - Ser África, acatada pelo carro biblioteca da Escola de Ciência da Informação (ECI/UFMG), de adotar uma prateleira de obras africanas e afro-brasileiras em seu interior, onde predominavam literaturas de origem norte-americanas e europeias. O carro que atende as periferias da cidade foi inaugurado em 1973 e é o segundo mais antigo programa de extensão da UFMG, que até novembro de 2019 não tinha uma prateleira com autores negres em seu interior. Em 2021, através da aprovação de um edital de fomento para produto da Pró-reitoria de Extensão (PROEX/UFMG), criamos o Afro memória virtual, adicionando mais autores(as). O jogo Afro memória, como ferramenta pedagógica decolonial para todas as idades, especificamente na Educação de Jovens e Adultos (EJA), serve para fomentar a leitura, divulgando os autores negres, visando o combate ao racismo literário.

E finalmente, no início do ano de 2022, ganhamos uma premiação como destaque no 24º Encontro de Extensão, referente ao trabalho desenvolvido na pandemia "Ações anti-racistas no Instagram durante a pandemia do Covid-19".

A escolha de incluir o memorial no presente trabalho se deu a partir do desejo de possibilitar ao leitor a identificação da identidade de quem produziu essa pesquisa. Relendo toda minha trajetória consigo visualizar com exatidão os porquês da escolha do meu tema que defende a inserção das intelectualidades negres nos currículos escolares.

Afinal, o desejo da erradicação do racismo e do preconceito, principalmente da nossa intelectualidade é uma das conquistas dentro da perspectiva de uma educação antirracista e decolonial.

2 INTRODUÇÃO - ENEGRECENDO A EJA

O presente projeto pretende refletir sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA) tendo em vista a construção de uma educação para as relações étnico-raciais no Brasil e a efetividade da Lei nº 10.639/2003, que institui o ensino das diferentes manifestações culturais, conhecimentos históricos e produções literárias afro-brasileiras, silenciados pelo racismo estrutural da educação no Brasil.

Para tanto, faremos um levantamento, selecionaremos e discutiremos a vida e obra de intelectuais, escritoras e escritores negros brasileiros. Seus conhecimentos foram a base da caracterização de suas identidades no jogo "Afro memória", instrumento didático e lúdico por nós idealizado, que será o produto apresentado nesta dissertação.

Para falar sobre a EJA, criada pelos movimentos de resistência e luta pelo direito à educação, é importante citar a resolução CNE/CEB Nº 1, de 5 de julho de 2000, que estabelece as diretrizes curriculares nacionais para a educação de Jovens e Adultos. É preciso entender que ela foi criada como uma política pública para estudantes acima de 15 anos aos quais foi negado o direito à educação regular e, ou que foram excluídos da educação seriada por terem sido empurrados para o mercado de trabalho informal e dos subempregos.

Os motivos que levam nossos jovens e adultos negres da EJA a abandonarem os estudos são muitos, podemos mencionar a título de exemplo, a falta de motivação e estímulos diante das dificuldades de aprendizagem de conhecimentos a partir de uma Base Nacional Curricular descontextualizada, e a reprovação centrada em avaliações conteudistas.

Além disso, consideramos os impactos dos fatores interseccionais de classe, raça e gênero (Ferrara, 2010), no cotidiano da sala de aula da EJA, como por exemplo: as necessidades econômico-financeiras, opressões de gênero sobre as mulheres impelidas ao trabalho doméstico e discriminação de sujeitos não-binários, que também corroboram com o abandono escolar.

Nesse sentido, uma política de educação antirracista de jovens e adultos, pautada nas realidades e necessidades do público-alvo da política, pode ser construída no diálogo

entre os estudos da Educação Popular (EP) e da educação para as relações étnico-raciais no Brasil. Muito importante a contribuição que assegura a EP principalmente para o público adulto, esse negligenciado em seus estudos seriados, que voltam à escola para se verem representados dentro do contexto escolar, tomando finalmente consciência da sua história, da luta de se combater e a existência do mito racial brasileiro. Combater esse mito racial só será possível se compreendermos nossas raízes históricas e confiarmos que nossa fundamentação prática e nossos saberes e fazeres locais, culturais nativos estão no campo da intelectualidade orgânica e que a mesma nunca pôde ser suplantada pela colonialidade. Essa, nunca permitiria que normas comunitárias e práticas fossem utilizadas com valores para educar, formar, fundamentar e capacitar, principalmente para sobrevivência hostil vivida pelos corpos negros no país. E diante da emancipação da luta para reconhecimentos afro diaspóricos e populares que Silva opina:

Uma primeira aproximação conceitual ampliada de Educação Popular Negra (EPN) significa entendê-la como um conjunto de ações sociopolíticas, educativas, religiosas e culturais, as quais foram historicamente promovidas e agenciadas por entidades e associações afro-brasileiras desde o início do século XX. Nessa direção, identificar e conhecer melhor essas práticas sociais e educativas populares permite-nos compreender melhor os saberes resultantes das lutas de libertação e emancipatórias protagonizadas pela população negra brasileira (Silva, p. 90, 2021).

Compreender as ações e práticas desses sujeitos, identificando seus modos de interagir com o mundo, fica impossível negligenciar esses saberes, resultados das lutas, do enfrentamento e do protagonismo negro. E ao longo das pesquisas pela formação e desenvolvimento na educação, que vem desde a era antiga, falemos sobre a obra de um nosso conhecido filósofo e educador, Paulo Freire, que contribuiu para a Educação Popular Negra ao colocar a importância de uma educação crítica, livre, em diálogo com o contexto e com a participação do educando, resistente à educação alienante imposta pela escola tradicional dita imparcial e neutra embora permaneça reproduzindo práticas colonizadoras ideologias meritocráticas.

Escritor de várias obras pedagógicas internacionalmente citadas e autor da célebre frase "quando a educação não é libertadora, o sonho é ser o opressor", Paulo Freire é tido como o patrono da educação libertadora e crítica no Brasil e no mundo ocidental, mas apesar de abrir os caminhos para questionarmos o modelo educacional imposto, sua teoria não envolveu de forma direta as complexas relações raciais estruturantes da sociedade brasileira. Os saberes e práticas do povo negro não são reconhecidos e incluídos na

construção das bases curriculares do ensino no Brasil, não que isso se deva a incompletude da obra dos grandes pedagogos brasileiros, mas por existir um limite que parece ser intransponível entre a teoria e a prática educacional estabelecido pelo racismo estrutural que opera nas instituições brasileiras.

Existe um déficit de referências de pensadores e pensadoras do povo negro e de produções importantes, sejam elas produções escrita, oral ou visual. Diante disso, temos uma reflexão importante negligenciada e silenciada que questiona a prevalência da lógica da classe social dominante e excludente na história da estruturação da educação no Brasil.

É importante lembrar que o processo decisório e de criação das políticas educacionais foram realizados por brancos, enquanto os corpos negros eram privados de contribuir com essas políticas. Aos corpos negros foi denegado o direito à educação porque, não eram vistos como cidadãos. Contudo, o Movimento Negro já lutava por nossos direitos, no sentido de poder ser e participar pelas leis vigentes dos espaços formais de educação e aprendizagem, ainda que na prática o racismo estrutural nos excluía.

A legislação vigente durante o segundo reinado evidencia o racismo institucional, traduzido em normas que, embora teoricamente permitissem o acesso de pessoas negras à educação, na prática eram impossíveis de serem cumpridas. O Decreto nº 1.331 de 17 de fevereiro 1854, estabelecia que nas escolas públicas do país não seriam admitidos escravos e a previsão de instrução para adultos negros dependia da disponibilidade de professores. O Decreto nº 7.031 - A de 6 de setembro de 1878, do Ministério da Educação, estabelecia que os negros só podiam estudar em período noturno e diversas estratégias foram criadas no sentido de impedir o acesso pleno dessa população aos bancos escolares.

Tanto no passado, quanto nos dias atuais, o povo negro, ainda, é desqualificado, estereotipado e subalternizado para que não consiga se reconhecer dentro das políticas públicas, inclusive da educação. Essa dominação precisa ser vista, reconhecida, discutida, para ser combatida com ações que tragam e agreguem de forma dialógica e coletiva, sem imposições hierárquicas.

Uma proposta que promova de fato uma educação libertária precisa envolver a desconstrução e descolonização da concepção embranquecida de educação, especificamente na EJA, para que as pessoas negras tenham cada vez mais acesso e possam se identificar com os conteúdos curriculares e com as práticas de produção de conhecimento da escola, potencializando nelas os seus saberes.

Com isso, a educação antirracista contribui com reflexões que reescrevem nossas histórias com o compromisso de trocas e compartilhamentos, distanciando-se da lógica

individualista e competitiva da contemporaneidade e de ideologias racistas. Dar visibilidade ao conhecimento afro-brasileiro e ao legado trazido do continente africano nos currículos escolares é uma forma de promover a erradicação do racismo e do preconceito com as diversas expressões culturais que nos formam e perpassam nossa existência material e intelectual.

Quando pensamos na literatura nacional, percebemos que nossos(as) escritores(as) negres, foram invisibilizados pelo mercado editorial branco que sempre privilegiou escritores brancos, a ponto de autores declaradamente nazistas terem ocupado o trono de cânone literário infantil:

A canonização de obras literárias tem na escola um dos seus principais contextos de legitimação desde o século XIX. Ao longo do século XX, a produção literária e o ensino da literatura no Brasil são permeados por discursos fundantes da nação brasileira como o discurso da democracia racial e do branqueamento pela miscigenação (LABORNE, 2014). A canonização da obra de Monteiro Lobato, um higienista assumido, como clássico da literatura infantil e juvenil, é um exemplo de propagação desses discursos. Práticas racistas nos âmbitos ideológicos, políticos e sociais perduram na sociedade brasileira em nossos dias e sustentam a exploração econômica em um país cuja população trabalhadora é majoritariamente preta e parda e, quanto mais escura a cor da pele, maior o risco social enfrentado cotidianamente (Oliveira, p. 119, 2020).

Por isso, refletir sobre o papel de intelectuais negres e suas obras faz-se necessário para a concretização de uma educação antirracista e para a difusão do conhecimento produzido por autores(as) negres.

Essa pesquisa vem escurecer o campo do ensino da literatura negra e das obras de intelectuais brasileiros, a partir de estudos da sociologia da raça no Brasil, no qual cito a dissertação intitulada por "Estudo de Atitudes Raciais de Pretos e Mulatos em São Paulo", desenvolvida entre 1941 e 1944, da intelectual negra Virgínia Leone Bicudo, como também de autoras como Conceição Evaristo, Nilma Lino Gomes, Miria Gomes de Oliveira, dentre outras.

Oliveira (2014) destaca duas questões complexas que são, segundo ela, “a escolha das obras e a prática escolar que medeia sua leitura” (Oliveira, 2014, p. 98). A autora reflete acerca da educação que não agrega a diversidade na literatura, que continua a se estabelecer a partir das mesmas obras, que não abrange o vasto e rico patrimônio literário já pensado e escrito e que não valoriza a nossa potência negra.

A indicação e a conseqüente escolha de livros canonizados por intelectuais e escritores brancos em escolas e bibliotecas pelo Brasil trazem as narrativas, mitos e

valores da classe média brasileira em um processo de reprodução do conhecimento eurocentrado e descontextualizado. Para educadores e educandos da EJA, o impacto é a falta de identificação e motivação desses jovens e adultos negros(as) e periféricos que constituem a maioria do público dessa modalidade de ensino.

Nessa discussão, é preciso destacar a disseminação do mito da democracia racial como a base do racismo estrutural no Brasil. Gomes fala com propriedade sobre esse mito:

[...] democracia racial no Brasil surgiu com o objetivo de distorcer a percepção da realidade racial brasileira, inculcando, nos negros e nos brancos, a ilusão de que as oportunidades de ascensão social estavam colocadas para a sociedade brasileira, porém, somente aqueles que tivessem um profundo empenho individual conseguiriam alcançá-las (Gomes, p. 61, 1995).

Ler essa citação, nos faz pensar sobre alguns prismas: se as oportunidades fossem igualitárias, estaríamos até hoje sendo mortos pelo Estado, através da *segurança pública*, que não nos enxerga como cidadãos e sim como “bandidos” a exterminar; seríamos a grande população com vulnerabilidade alimentar e periférica, que o Movimento Negro continua buscando e defendendo pautas pelas nossas lutas e direitos que constam na Constituição de 1988? Nossa realidade mostra que os aparelhos ideológicos e repressivos (Althusser 1958) criados pelo Estado-Nação republicano, continuam servindo à elite.

Se a democracia racial fosse efetivada no país, as oportunidades de ascensão social, a representatividade em espaços de poder e nas mídias teriam nossos corpos negres presentes em seus elencos, nossos intelectuais estariam sendo publicados, lidos, com isso sendo incluídos nas bibliografias nos vários âmbitos da educação, inclusive a da leitura literária.

Escrito isso, é importante escurecer, que sim, é mito a democracia racial no Brasil, somos um país racializado e que deprecia os não brancos, tirando deles direitos, oportunidades básicas como do ir e vir, direito à moradia, alimentação, enfim, dignidade. Costa pontua a igualdade racial no âmbito escolar dizendo:

O discurso da igualdade racial no Brasil é latente na atualidade e se reverbera em diversos formatos discursivos. No contexto escolar, pelo silenciamento, pela negação da raça, pelo discurso da igualdade de oportunidades para negros e brancos (Costa, p. 80, 2017).

Assim, fica muito bem escurecido que, se temos diferenças, e elas vem das abordagens sociais e fenotípicas, é a partir delas que devemos desenvolver ações antirracistas com ferramentas educativas que venham colaborar para a valorização de conhecimentos afro-brasileiros e africanos no contexto escolar.

As vidas e obras de intelectuais negres dialogam com nossa pesquisa e nos ensinam sobre a cultura, a arte a literatura negra no Brasil, como Conceição Evaristo que criou a palavra “escrevivência” desafiando a centralidade eurocêntrica:

Eu venho trabalhando com esse termo desde 1994, 1995, quando eu faço a minha dissertação de mestrado, e aí eu começo a fazer um jogo entre escrever-viver, escrever-se-ver, escrever-se-vendo, escrevendo-se, até chegar ao termo *escrevivência*. Mas o ponto de nascimento dessa ideia traz um fundamento histórico, que é esse processo de escravização dos povos africanos e eu estou pensando muito nas mulheres africanas e suas descendentes escravizadas. **E por isso que eu digo: “a nossa escrevivência não é para adormecer os da casa grande, e sim para acordá-los de seus sonos injustos”** (Evaristo, 2021).

A escritora, evidência o termo escrevivência pensando em sua própria vivência como mulher negra da diáspora, que carrega em seu dia a dia e em suas próprias experiências de mulher preta que tem muito a dizer reescrevendo suas histórias que vem através de vivências, experiências adquiridas nos percursos racistas enfrentados pelo corpo negro. Esse corpo que é visto somente como mão de trabalho pelos colonizadores além da sexualização das mulheres pelos senhores brancos que como proprietários podiam usá-las como bem quisessem. Conceição também escurece que a educação e o incentivo à leitura trouxeram para ela um refúgio como menina negra, periférica e com poucos recursos. Ela tomou o rico contato com a oralidade ancestral, muito presente na família, e as possibilidades disponíveis na escola e na biblioteca que trouxe o contato com a literatura e a escrita para tornar-se uma grande escritora, só reconhecida aos 70 anos de idade. Falar de uma mulher negra como Conceição Evaristo é colocar em evidência várias vidas negras femininas e masculinas que precisam se reconhecer e se fortalecer sabendo que a educação de qualidade pode ser um caminho revelador e propício para que nossas produções, saberes e fazeres não continuem na invisibilidade. Precisamos reconhecer e considerar o corpo negro com suas individualidades, culturas, origens, problemas sociais e modo de vida, precisamos inserir a etnoliteratura que evidencia e protagoniza escritores negres. E segundo a definição de Andrade:

[...] discursos etnoliterários compreendem a literatura oral, a literatura popular, incluindo a literatura de cordel, os contos, fábulas, histórias e

anedotas, etc., que passam de uma geração a outra por meio da tradição oral, que preserva o sistema de valores de uma comunidade humana, o sistema de crenças, o imaginário coletivo, o saber compartilhado sobre o mundo, em outras palavras, a etnoliteratura é o método de análise do discurso literário como fonte de conhecimento no estudo da diversidade cultural (Andrade, p. 412, 2020).

É importante reconhecermos que esses saberes populares que além de guardarem conhecimentos, não podem passar despercebidos. O provérbio africano que diz “é preciso uma aldeia para educar uma criança”, nos ajuda nesse entendimento: a educação vem dos costumes, da cultura, das regras e dos conhecimentos repassados pela família e/ou lugar onde se vive. É muito importante entender que primeiramente, somos povo da oralidade, as nossas histórias, resistências, receitas, práticas eram repassadas de boca em boca, de geração a geração. A simbiose com a natureza, nos fazia entender o relógio natural do dia, acertando as horas pela localização do sol, da lua, incluindo também os costumes, como pedir e dar a benção, reverenciar os mais velhos, ouvir suas histórias. Todas essas práticas nos colocaram cômicos de saberes outros, que não podem ser desconsiderados por conta da palavra escrita, que nos foi negada e quando permitida era suprimida de nossas expertises e saberes como aponta Munanga:

É através da educação que a herança social de um povo é legada às gerações futuras e inscrita na história. Privados da escola tradicional, proibida e combatida, para os filhos negros a única possibilidade é o aprendizado do colonizador (Munanga, p. 3, 2019).

Por conta disso, essa educação eurocêntrica precisa ser revista, pois, como preservar e divulgar nossa herança sociocultural se o legado do povo negro é negado e se os currículos e as práticas educacionais o silenciam? É importante que estudantes negres se tornem protagonistas de suas histórias tirando-os do silenciamento imposto pelas histórias de heróis, pensadores e intelectuais brancos colonizadores da pátria. Povo esse que tratou de garantir que os corpos e os fazeres negros fossem negligenciados, nos deixando às margens das políticas públicas e dos direitos, inclusive à educação formal.

3 O ESTADO E A EDUCAÇÃO

O estado brasileiro quando de sua institucionalização comungou com a falta de participação popular nas políticas públicas e mesmo tendo a democracia sido contemplada na Constituição Federal de 1988, a participação popular não foi garantida.

A relação Estado/sociedade, começa quando o Contrato Social coloca a sociedade sob o jugo mandatário de um soberano. A saída do colonialismo ocidental rompe a relação política e econômica do povo colocado a serviço e/ou sob o poder de outro povo ou nação. Precisamos escurecer bem, que o alvo da minha pesquisa é a modalidade, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e ela envolve políticas pública que muitos entendem de uma forma errônea e compensatória, que culpam os sujeitos que buscam a EJA pela falta de mérito na escola dita regular.

Temos que repensar a ideia de jogar a política para o “político” e entender que somos seres políticos independentes e precisamos agir em prol dos nossos direitos. Diante do desejo de sermos atendidos nas nossas necessidades precisamos entender que vivemos em sociedade, e que essa, necessita de controle, leis, direitos e deveres. De acordo com Werber (1910), o Estado é uma relação de homens dominando homens, relação mantida por meio da violência legítima (isto é, considerada como legítima) de se manterem no poder através de uma força armada desigual. Para que o Estado exista, os dominados devem obedecer à autoridade delegada pelos detentores do poder e essa obediência é mantida através de diversos meios.

Essa colocação acima nos faz compreender que na prática, não adianta você entender de política, ser um ser social e viver em sociedade buscando o controle, andando na lei, entendendo e reivindicando seus direitos e cômico e realizador de seus deveres diante dessa mesma sociedade. Se você não tem o poder, se você não nasceu na família casta, dominadora, branca, com sobrenome importante, dono de terras, dinheiro e poder a política e o Estado criam obstáculos para garantir seus privilégios e negar os direitos do povo, mas cobrará ferozmente seus deveres. Para amenizar um pouco essa condição de entendimento do Estado, da política social e pública, teremos que agir, pois somos sujeitos de direitos e devemos estar juntos em prol de uma mesma causa, a busca por políticas públicas que nos favoreçam contra a manutenção da corrupção econômica e da estrutura racista e genocida.

Urdido no bojo da modernidade ilustrada e das revoluções burguesas, e impulsionado pelo industrialismo (Castells 1999), o projeto político do Estado-nação consistia basicamente na implantação de novas formas de identificação e pertencimento capazes de garantir a coesão de formações socioculturais lingüisticamente heterogêneas fixadas em um mesmo território. Tais populações, entretanto, raramente foram tornadas leais ao Estado por meios pacíficos (Buzato, p. 6, 2009).

Allan Gustavo, Leonardo de Araújo, Carina Seixas e Alecksandra (2017) alertam que a convivência social requer ferramentas que venham a proteger direitos e promover a convivência entre os indivíduos em uma coletividade, além do reconhecimento territorial nacional diante de outros povos. E entendemos ainda que o Estado é formado por pessoas de uma sociedade que veem necessidade de criar normas, leis, ferramentas, visando atender e a proporcionar condições de vida a grupos de pessoas conforme suas demandas coletivas. Não devemos nos esquecer que quem financia o Estado são os indivíduos que pagam seus impostos e têm participação nas devolutivas desses valores em benefícios para todos. Respalhada na Constituição de 1988, cito:

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias[...] (BRASIL, 1988).

Ao escurecimento da Constituição que rege o país e diante dos olhos de outros Estados e governos que nos assistem, o direito, a política social e pública do governo eleito pelo povo deveria assegurar os direitos legítimos e elencados na constituição.

Vale a pena ressaltar o apontamento que Rousseau (2009, p. 9345), faz sobre a “saliência do interesse público no bojo do contrato social, o que, a seu turno, ratifica a liberdade e a democracia, bem como a soberania popular”. Rousseau (2009) exalta ainda a soberania popular que não se efetiva por conta do separatismo, segundo ele, não havendo um interesse coletivo nas demandas sociais, que se divide em interesses enfraquecendo soluções ou representações.

Nesse sentido, já pensando nas políticas públicas do Estado que deveriam ser defendidas pelo governo, nos pautamos pelas políticas públicas diretamente focadas na educação. Pois, se temos um Estado com políticas públicas e sociais, governantes que representam a sociedade civil e de classes, como podemos fazer valer as leis direcionadas ao ensino, principalmente pensando a Educação de Jovens e Adultos (EJA) deste país?

À luz da Constituição todos temos direito e acesso à Educação e a Educação de Jovens e Adultos (EJA) é, em si mesma, uma política pública de reparação conquistada através da luta social à educação libertária.

Diante disso, o sujeito que se sente prejudicado ou privado de participação no ensino que acontece em tempo regular, tem resguardado seu direito ao letramento e ao

alfabetismo. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, número 9.394/96, que estabelece no capítulo II, seção V, a Educação de Jovens e Adultos, diz, no artigo 37, que a “educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria” (Brasil, 1996).

O entendimento é que o Estado invista e incentive essa modalidade de ensino, cuidando desses sujeitos que não puderam, não conseguiram, ou não tiveram acesso aos estudos no tempo regular. E temos que atentar que os sujeitos da EJA requerem abordagem de ensino diferenciadas. Quando se trata do retorno de jovens e adultos aos bancos de uma escola, não podemos desconsiderar as bagagens pessoais, vivências sociais, seus conhecimentos e a história que permeiam suas vidas trazendo-os de volta à sala de aula. Esse alunado não pode ser recebido na escola, sem o capital humano, que segundo Schultz, um dos fundadores dessa teoria, coloca:

As capacidades herdadas de uma população são semelhantes às propriedades originárias da terra no sentido de que são 'dadas pela natureza' em qualquer período de tempo significativo para a análise econômica (Schultz, p. 23, 1973).

Ele acredita que a educação formal pode garantir a inclusão de todos na sociedade, como capital produtivo, com ganho melhor no salário e oportunidades de melhores cargos, fora a influência social.

Sabemos que na prática, isso não é nada parecido com o que a teoria apresenta. Escurecendo os fatos, as políticas públicas existem para atender às classes mais abastadas, letradas e obviamente menos numerosas.

3.1 Políticas públicas e políticas educacionais

A política pública que originou a Educação de Jovens e Adultos (EJA) foi feita para se aproximar dos sujeitos alvos desse distanciamento da escola. Foi feita para aquele sujeito que não tem incentivo para estudar e que precisa trazer alimento à mesa, que constitui família precocemente, que se envolve com o crime organizado, que não tem exemplo de prática de leitura e escrita em casa, pois muitas das vezes a mãe é analfabeta e cria sozinha os filhos, o pai, se esse é conhecido e/ou presente, às vezes com uma profissão adquirida na prática e sem estudo, podendo ou não assinar o nome. Isso quando

ele próprio, chegando ao espaço escolar, não se identifica e fica sem incentivo para estudar, vendo que a escola prioriza conteúdos descontextualizados.

É muito importante pontuar que tanto o currículo, quanto o educador da EJA precisa estar voltados para cada sujeito das salas de aula. Para isso, a formação continuada é também um direito do educador, visando relacionar práticas sociais, voltadas a educação popular como cita Brandão no texto, “Educação Popular Negra: breves notas de um conceito”, do estudioso Natalino Neves da Silva,

[...] o fato de que a educação popular não parece ser um modelo único e paralelo de prática pedagógica, mas um domínio de idéias e práticas regido pela *diferença*, para explorar o próprio sentido da educação, através de percorrer os diferentes modos de seu ser como *educação popular* (Brandão, p. 17, 1985).

A educação popular escurece para esses sujeitos que têm direitos básicos como o de ir e vir e à educação e saúde. O governo é o conjunto de indivíduos que ocupam na cúpula do Estado posições de decisão administrativa e política e que orientam os rumos para que os cidadãos possam se sentir amparados. Mas, infelizmente desde 1822 quando o Estado começou trabalhando a transição negocial, em que a aristocracia brasileira se beneficia em torno de Dom João e da era Vargas até os dias de hoje, o bem estar social é seletivo, e quando falamos sobre a educação regular a política tem sua condescendência, apesar de suas falhas.

Na capital mineira, quem acima dos 15 anos não concluiu o ensino fundamental e os muitos analfabetos, que ainda temos em nosso estado, escurece a omissão e negligência do Estado em garantir educação de qualidade para todos.

Ainda que o sistema educacional sozinho não possa transformar a sociedade, o acesso ao nível superior pode aumentar as oportunidades para uma vida digna. Diante disso, é importante que as políticas educacionais sejam implementadas pelo Estado como políticas públicas, considerando recursos financeiros, humanos, materiais e espaços bem estruturados, sabendo-se que essas são ações de competência do Estado.

O Estado deve dar autonomia à sociedade para desenvolver e implementar a democracia, pensar uma agenda com políticas sociais de valorização do trabalho e das políticas educacionais visando a redução das desigualdades sociais por meio da garantia dos direitos humanos básicos atrelados ao exercício pleno da vida em sociedade. Como disse nosso patrono Paulo Freire, “a liberdade é fundamental na aprendizagem”, porque

sabemos que a política pública que contempla o ensino da Educação de jovens e adultos (EJA), precisa na sua base curricular estar aberta ao conhecimento dialógico e diverso da cultura brasileira, acolhendo os saberes desses povos e suas tradições. Em uma sociedade diversa e desigual como a brasileira, o foco principal é desenvolver e direcionar ações sociais voltadas para uma educação antirracista, que oportunize e melhore condições socio-econômicas para as populações negras, questionando os privilégios da branquitude. Como Gomes (2017, pág.46) coloca “...vivemos em um país com uma estrutura racial onde a cor da pele de uma pessoa infelizmente é mais determinante para o seu destino social do que o seu caráter, a sua história, a sua trajetória”. A exclusão de cargos e espaços de poder, o sonho de almejar determinados cursos, universidades e etc., nos mostra como precisamos de implementar outras políticas de inclusões, pontuo aqui a de acesso à cultura negra, às heroínas, heróis e intelectuais negres brasileiros e a nossa verdadeira história.

3.2 Ensino para jovens e adultos: EJA

Com o índice registrado pelo PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua), no quesito Educação de Jovens e Adultos (EJA), o Brasil continua apresentando dados importantes de alunos acima de 15 anos fora da escola sem a conclusão do ensino médio. De acordo com a Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais (SEE/MG), em 2021 (em meio a pandemia de Covid-19), a EJA sofreu mudanças na sua oferta na rede estadual de ensino. A informação divulgada no site da SEE/MG, fala do fortalecimento da modalidade, da necessidade de atender às necessidades considerando as realidades dos estudantes, dando-lhes protagonismo e reconhecimento, fazendo com que a procura pelas matrículas fosse maior do que a do ano anterior. Isso também desencadeou ampliação no número de escolas e municípios que ofertam o Ensino de Jovens e Adultos (EJA) no estado. A ampliação desses espaços de formação deve ser pautada pela valorização dos saberes vindos dos discentes da modalidade, levando em conta suas vivências, além de propor a valorização e participação coletiva e engajada dos educadores.

Com isso, precisamos agregar ao ângulo positivo dessa ação do Estado a formação continuada de professores, tomando para si a responsabilidade de atrair mais discentes para essa modalidade de ensino. É evidente que se faz necessário e urgente a pauta da inserção das relações étnico-raciais, trazendo a literatura negra para a realidade da educação desses jovens e adultos da EJA, conforme a lei que a rege:

A Educação de jovens e adultos está baseada no que determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB 9.394.96, no Parecer CNE/CEB Nº11/2000, na Resolução CNE/CEB Nº01/2000, no Plano Nacional de Educação (Lei 10.172/01), no Plano de Desenvolvimento da Educação, nos Compromissos e acordos internacionais (Brasil, 2001).

Quando falamos das leis que regem a Educação Brasileira esbarramos em artigos e subitens que dão a entender que a educação tem e deve passar pelo conhecimento empírico de seu educando, como nos itens II e III respectivamente, do art. 3 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB que citam “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.

Sem entrar no âmbito dos outros pareceres, resoluções e planos, já podemos entender e reforçar a necessidade de mudança que já está sendo pautada visando a prática. Já que temos a política pública instituída para que os jovens e adultos tenham o direito garantido de voltarem à escola, precisamos adequar a inserção e permanência dessas pessoas dentro dos espaços escolares. Por isso, um dos objetivos desse estudo é apresentar uma ferramenta educacional que inclui o lúdico trazendo indicações literárias para o currículo e divulgando as/os intelectuais negres e suas obras, instigando e fomentando a leitura para um público majoritariamente de jovens e adultos negros que precisam dessa representatividade e do reconhecimento de seus saberes/fazerem na educação que eles querem “dialogar”.

Sabemos que o mercado de trabalho tenta direcionar a educação a um caráter profissionalizante, mas não podemos priorizar o mercado de trabalho afastando a educação que pauta e considera as diversidades culturais, de saberes e fazeres da sociedade. Oliveira ressalta:

[...] a importância de um currículo do ensino médio atento à diversidade e polifônico, comprometido com a formação de cidadãos, em detrimento da limitação técnica de formar profissionais para o mercado de trabalho (Oliveira, p. 96, 2014).

É importante ressaltar a urgência em se adequar aos currículos escolares e suas práticas, considerando as dimensões culturais e sociais das pessoas no processo educacional. Bakhtin traz contribuições aos estudos da educação com o conceito de polifonia em que evidencia a dimensão necessária em toda interação:

Em cada época de sua existência histórica a obra é levada a estabelecer contatos estreitos com a ideologia cambiante do cotidiano, a impregnar-se dele e alimentar-se da seiva nova secretada. É apenas na medida em que a obra é capaz de estabelecer um vínculo orgânico ininterrupto com a ideologia do cotidiano de uma determinada época, que ela é capaz de viver nesta época (é claro, nos limites de um grupo social determinado) (Bakhtin, p. 119, 1988).

A readequação curricular nesse contexto, de acordo com Bakhtin pensa “*ideologias cambiantes*” pois conta com a participação, contribuição do educando, considerando sua interação com a obra sem separar o social do literário, fazendo possível e abrindo possibilidades de práticas educacionais democráticas e dialógicas.

Assim, inserir práticas culturais e literárias em sala de aula é uma responsabilidade da escola e o professor no caso, ao instigar leituras e temas, exercerá a função de um *mediador* que mostrará contando com a diversidade de leitores e obras caminhos prazerosos para formação de cada vez mais leitores, conforme afirma Oliveira:

[...] a presença de textos canônicos e não-canônicos no ensino médio brasileiro só pode ser defendida tendo em vista uma concepção de leitura baseada nas idéias de que ler é produzir conhecimento e de que um texto literário é construído como um infinito mosaico de citações, influências e vozes histórico-sociais (Oliveira, p. 100, 2014).

Coelho, Müller e Silva (p. 73, 2016) comenta “[...] a escola, carece de trabalho em ações pedagógicas consubstanciadas para o tratamento com a diferença, com o preconceito e a discriminação”. Nada mais adequado nesse contexto que a inclusão do debate antirracista e decolonial. Para isso, é necessária a inserção de outros saberes na busca por uma educação inclusiva, pautada na erradicação do racismo e do preconceito aos sujeitos que não se encaixam nos padrões tradicionais e contar com todas as esferas da sociedade e das instituições. Contudo, a atuação da extrema direita a partir do golpe de estado de 2016 retardaram a efetividade da lei, fazendo com que reforcemos a nossa luta. A produção de ferramentas didáticas voltadas para educação antirracista faz parte desse processo. Elas podem formar educadores preparados para alertar - como o racismo opera no Brasil e sobre os direitos dos corpos negros como qualquer um, não merecendo ser estigmatizado pela sociedade racista que vivemos, podendo escolher ser o que quiser, tanto na vida educacional, quanto na carreira profissional.

A eliminação das práticas colonizadoras que ansiamos, está com seus dias contados, que é a relação política e econômica do povo colocado a serviço e/ou sob o poder de outro povo ou nação. Quando o grupo “Modernidade/Colonialidade” no final

dos anos 90, início de 2000, começa a reconhecer diferentes epistemes ou formas diferentes de conhecimentos dentro e fora da academia, questionando a intelectualidade europeia que não reconhecia outros saberes, fazeres, que não os seus e que só se articulam através dos interesses do mercado capitalista mundial mantido pelo racismo, está sendo possível escurecer que outros conhecimentos existem e nem sempre estão dentro de uma instituição de ensino.

Fomentar a leitura de autores negres e suas obras diversas é uma ação decolonial. Aprender sobre a religiosidade, sobre as festas e toda cultura ao nosso redor passa pelo fomento às práticas das leituras antirracistas. Não deixando a prática milenar de se ler, contar e ouvir histórias, que reconheçamos esses saberes, incluindo o tradicional respeitando e dialogando um com o outro, sem que nenhum dos dois saberes sejam invisibilizados, reinventando a memória, reinterpretando o passado e subvertendo nosso tempo.

Segundo, Escobar (2003), hoje emerge uma série de noções que colocam em crise a centralidade da perspectiva eurocêntrica. Por exemplo, a perspectiva de que a modernidade não é um fenômeno europeu, mas um fenômeno global, com distintas localidades e temporalidades. O olhar autoritário e homogêneo da educação branca nos obriga a questionar quem sou eu dentro desse mundo maniqueísta construído para negar minha essência, meu lugar e energia.

A decolonialidade quer dar visibilidade às lutas contra a colonialidade, a partir das pessoas, das suas práticas sociais e políticas, construindo e criando o conhecimento através da prática/vivência. Essa decolonialidade pede a quebra, a não associação a imposição binária que tem relação com a desigualdade entre dois termos, como por exemplo, o homem/mulher, o branco/negro, o hetero/homo e finalmente o centro/periferia.

Nesses termos a decolonialidade pede deslocamento do binarismo irracional europeu em que a primeira palavra é sempre positivada e a segunda negativada. Ao rompermos com colonialidade, voltamo-nos para estratégias de como mudar, exercitar, praticar a nossa forma de pensar e de desconstruir opressões que definem uma pessoa como melhor, maior ou superior a outra.

Outra ação importante nessa desconstrução, são as práticas de linguagem racistas, homofóbicas, excludentes que reforçam a disseminação de ideologias coloniais. O conceito de lugar de fala é central para esse entendimento. Djamila (p. 85, 2019) pontua que, “numa sociedade como a brasileira, de herança escravocrata, pessoas negras vão

experienciar racismo do lugar de quem é objeto dessa opressão, do lugar que restringe oportunidades por conta desse sistema de opressão” e favorece a participação de outras vozes que não seriam ouvidas e nem teriam condições e direitos a decisões por conta da hierarquia estruturada onde a sociedade se fundamenta e se referencia. É necessário que comecemos a praticar as trocas dos lugares nas nossas falas e escritas, para que o pensamento se desloque, exemplos: mulher/homem, negro/branco, homo/hetero, o exercício é simples, mudei os termos de lugar, colocando a frente aquilo que a colonialidade nega, exclui e menospreza.

Quando penso no projeto de pesquisa "Irantí - ser África", vislumbro o compromisso de trazer os intelectuais negres pontuando a importância de primeiramente saber e reconhecer a nossa própria história, para que cada sujeito da EJA possa confluir a sua história com outras, visando o respeito e o reconhecimento da nossa formação com quem nós somos.

Reconhecemos, afinal, nossos feitos históricos, pois temos muitos e diversos episódios negados ou não contados. Revelar nossos ancestrais, como também as nossas próprias vivências, pois são elas que nos formam, nos ensinam e podem e devem trazer conhecimentos construindo e desenvolvendo noções com a relação com nossos saberes.

Potencializar o saber dialógico que dá sentido para nos mover a estudar, e sim, ter prazer nisso, como um educador que coloca uma ponte e medeia a construção de conhecimentos. Nessa relação, a interculturalidade surge a partir da interação entre saberes e aponta para a emergência transversal de diferentes vozes em contextos polifônicos. Nossas vozes não se resumem a datas comemorativas pré-estabelecidas, em maio por conta da forjada libertação dos escravizados pela Princesa Isabel, outubro, dia da padroeira do Brasil, Nossa Senhora da Aparecida e na comemoração da morte de Zumbi em novembro, encerrando assim nossa existência nesses três momentos. Nossas diversas manifestações culturais e personalidades negras como Zumbi, Dandara, Lélia Gonzalez, Abdias do Nascimento, Conceição Evaristo, dentre outros(as) como também nossas manifestações culturais fazem parte do patrimônio da humanidade como o Congado, o Moçambique, a Guarda de Congo, o Candombe contam e cantam nossas histórias, guerras, lutas, conquistas que foram diversas e por todo o Brasil. Nossos saberes se renovam para além do ano escolar porque escrevemos a verdadeira história que merece respeito e está longe de ser uma história única.

Sem negar as práticas milenares de leitura e escrita, contar e ouvir histórias, que é também uma prática milenar que guarda saberes e conhecimentos. O seu reconhecimento

não inviabiliza outros, ao priorizarmos práticas orais contribuimos para a reinvenção de nossa memória, reinterpretando o passado e subvertendo o tempo presente.

3.3 Os sujeitos na educação e suas histórias: educadores e educandos

“Exu matou um pássaro hoje com a pedra que jogou ontem.”

Citação Iorubá

A citação acima diz sobre uma mitologia iorubá, do primeiro encantado, o orixá Exu, que joga uma pedra por trás do ombro e mata o pássaro no dia seguinte, com essa metáfora ele reinventa o passado. Nos instigando para que reinventando e refletindo o ontem projetamos o amanhã. Pensando a história da educação no Brasil, essa citação nos faz recordar e até vivenciarmos várias situações contraditórias.

Exu na tradição e na linha da Umbanda é a entidade que mais se aproxima do ser humano, com qualidades como ser detentor da transformação, pois é o dono dos caminhos, do movimento, ajudando na evolução humana.

E é dentro dessa evolução que ainda estamos a buscar nossos reconhecimentos, principalmente na educação, visando protagonizar nossas produções de conhecimentos, junto aos nossos intelectuais negres. Trazendo também um olhar importante para os educandos negres que também precisam ser pontuados, apesar de alguns pesquisadores já terem desenvolvido estudos sobre balanços de saber ou escritas de saber, como Bernard Charlot (2005), que coloca a importância de se repensar no método de ensino que cobra do aluno, para que o mesmo obtenha sucesso e tenha êxito em seus estudos. Segundo Charlot, é importante reconhecer que temos alunos(as) de famílias populares que geralmente não são bem sucedidos(as) nas aulas, e, ao contrário, temos alunos(as) de classe média que se dão bem. Ele, contudo, escurece que devemos nos atentar para que isso faça parte da vontade de se entender o porquê dessa correlação das classes sociais, que não significa automaticamente uma relação de causa consequência.

Vale pensar que entre uma e outra existe uma desigualdade social que a escola não pode atribuir como problema exclusivamente familiar e pode e deve tentar entender mais profundamente a causa. A diferença é parte ativa da formação da identidade e não pode ser transformada em desigualdade por meio da sua negação (Costa, 2017).

O sujeito aluno carrega o seu conhecimento de mundo e, no seu bojo estão seus desejos com relação a si e aos outros seres humanos. Sua subjetividade se define

socialmente, dialogicamente, em família, nas instituições e nos círculos sociais que frequenta, considerando suas singularidades e formas de ler e interpretar o mundo ao seu redor.

Segundo Sabino (2020), nossas vivências são carregadas de sentidos e pré-conceitos, que geralmente são atreladas a desigualdades e injustiças, um exemplo disso é a palavra “periferia”. Sobre isso, Sabino diz:

basta que se atente pelas imagens que são evocadas por essa palavra para que se perceba como está associada a idéia de falta e de carência, existe a necessidade da palavra “periferia” ser desconstruída, para que possa ser pensada sob outras bases e paradigmas (Sabino, p. 43, 2020).

O termo periferia está atrelado a um juízo de valor que não a coloca numa percepção neutra, soa como algo negativo, prejudicial e problemático. Isso acontece, pois a palavra é entendida como conceito relacional, vinda de uma luta simbólica e que atrai pobreza e violência que configura problemas quando próximas aos centros e/ou bairros nobres. A periferia é majoritariamente ocupada pela população negra.

Por isso, desarticular esses pensamentos, incluindo outras e mais palavras necessárias à desconstrução para que possamos oferecer uma educação com mais equidade. Exemplifico essa palavra para que as escolas e os alunos da periferia como também os dos centros e bairros nobres das cidades possam ter uma educação mais igualitária, inclusiva, pois não se pode definir o caráter, a cultura, a índole de uma pessoa no caso dos alunos da EJA, simplesmente, por morarem em periferias ou nos centros e áreas nobres das cidades. É necessário para essa desconstrução alterar a forma de agir dentro das instituições e sair da omissão para que possamos atuar contrários aos mecanismos discriminatórios estabelecidos, pois temos respaldo dentro das políticas de ações afirmativas que pontuam alterações contrárias às que somos subjugadas. Segundo Almeida:

[...] o racismo - que se materializa como discriminação racial - é definido pelo seu caráter *sistêmico*. Não se trata, portanto, de apenas um ato discriminatório ou mesmo de um conjunto de atos, mas de um *processo* em que condições de subalternidade e de privilégio que se distribuem entre grupos raciais se reproduzem nos âmbitos da política, da economia e das relações cotidianas (Almeida, p. 27, 2018).

É preciso que os educadores tenham em mente que, trabalhar com educação é enxergar a escola como um dos principais instrumentos onde o espaço de convivência, acolhimento, inclusão, socialização e formação humana contribui para que cada sujeito alvo dessa instituição seja construtor da sociedade que queremos, que passa pela ideia de uma sociedade saudável, justa e inclusiva. “A educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo”. O enunciado de Paulo Freire é um chamado para olharmos a essência dessa grande invenção, hoje um órgão vital da comunidade humana, que com ela evolui e melhora.

4 FORMAÇÃO E VALORES PARA A EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA DA EJA

A escola de hoje é fruto de muito esforço e conquistas de profissionais e lideranças que têm estado na linha de frente das ações e discussões em favor dessa melhoria no dia a dia das salas de aula. Backtin (2003), quando fala da alternância do sujeito do discurso, fala de outras formas de comunicação e entendimento desse sujeito que fala, e do outro que ouve, atua, interage, opina, dentro da dualidade do sentido que nesse caso a performance apresenta, trazendo o enunciado não-textual, e que pode trazer e se definir em diferentes formas de compreensão.

Backtin (2003) ainda ressalta que a ideia de um sujeito que realiza uma ação falante diante de um ouvinte passivo é “ficção científica”, que desconsidera o papel ativo tanto de um quanto do outro, impedindo a interação de acontecer e o raciocínio é raso.

No caso desta pesquisa, estaremos dando a compreender ao educador do EJA, que ele pode ensinar através de sua história de vida com seus aprendizados, mas que o ouvinte também deve atuar nessa construção, contribuindo com suas histórias e sua bagagem social. Pontuo a educação de jovens e adultos, pois, valorizar nossa identidade no processo de ensino e aprendizagem desses estudantes é uma devolutiva positiva e de reconhecimento da bagagem adquirida ao longo da vida e o entendimento de que a escola, o tal “canudo”, é sim, importante para uma vida mais digna e promissora.

Segundo Gomes,

A proposta dessa pesquisa visa a inserção curricular, no âmbito dos cursos de Licenciatura, e que traga nossas intelectuais para serem reconhecidas, lidas e pesquisadas, pois diante da atual premência da erradicação do racismo e/ou preconceito, essas indicações deverão agregar ferramentas de formação nas quais os educadores brasileiros se reconheçam, tomando consciência sobre suas histórias, com também das histórias africanas e afro-brasileiras

silenciadas pelo mercado editorial predominantemente branco e racista (Gomes, p. 95, 2014).

Entendendo a importância desse reconhecimento, dessa mudança acadêmica e normativa para a formação docente, esse projeto vem reiterar e sinalizar conhecimentos e práticas que agregam a escrita da própria história e desmitifique e/ou desminta o que foi escrito sobre nossos antepassados, suas lutas, vitórias, conquistas, fé e produções para avanços tecnológicos contemporâneos. Visando práticas antirracistas de ensino, e mudanças no discurso didático das grades curriculares dos cursos que oferecem Licenciatura em seu elenco de disciplinas.

A elaboração de grades curriculares que contemplem temáticas negras, diaspóricas e que se baseiem em conhecimentos produzidos por negres, pressupõe práticas de respeito às diferenças, que serão multiplicadas no ambiente escolar de forma a pluralizar atitudes e comportamentos antirracistas. O sentido não reflete somente em se permitir estudar a apropriação e riqueza de um povo, mas também virá de encontro a luta contra a desigualdade racial.

Considerando as grades atuais dos cursos de licenciatura, a ausência ou apagamento de autoras e intelectuais negres, a paridade do corpo técnico junto às intervenções pedagógicas são ações necessárias para o desenvolvimento e implementação desse novo curso e as aspirações junto ao sujeito educador. Dentre elas, acredito que a leitura seja uma das tarefas que a escola deveria trazer na rotina dos alunos(as).

Contudo, a metodologia adotada pela maioria dos educadores brasileiros ainda é baseada em preceitos da Escola Tradicional, que não é formadora de leitores e não consegue fomentar nos alunos o interesse nem o hábito de leitura. Formar leitores que gostem e façam da leitura e da escrita um prazer depende, dentre outras questões, do contexto e da formação do mediador que pode instigar e provocar o interesse pela leitura. Quando a criança entra no mundo da escrita através de textos significativos, contação de histórias fictícias, práticas autênticas de numeramento e letramento, as possibilidades de formarmos alunos bem-sucedidos é maior.

É interessante pontuar que quando se objetiva a leitura, com a experiência do lúdico e da brincadeira tende a trazer bons resultados que é a melhor compreensão do texto indicado, dando sentido e consequentemente apresentando uma maior e melhor compreensão.

Kleiman (1989) aborda a forma como o leitor interpreta o texto conforme seu entendimento prévio sobre o assunto. É também muito importante que o leitor, ao se deparar com um texto ele tenha ou coloque objetivos para que a leitura seja interessante e proveitosa. Segundo a autora, a escola e o educador precisam adequar as faixas etárias aos conteúdos textuais oferecidos, visando um melhor aproveitamento e apropriação do texto pelo aluno. E assim, a pesquisadora salienta a importância de colocar bem definido os objetivos da leitura proposta, instigando o interesse para fixar melhor o que foi sugerido para leitura, essa ação de sugerir objetivos claros as leituras propostas tem o nome de "estratégia metacognitiva" que nada mais é que o controle e a regulação do próprio conhecimento. A autora salienta ainda que uma leitura despreocupada, sem objetivos, não conduz ao aprendizado. Então o interesse e o objetivo para se fazer uma boa leitura precisa ser claro para uma boa formulação de hipóteses que trarão conhecimento no desenvolvimento dessa leitura.

Contudo, a dimensão do letramento está ligada diretamente ao processo da leitura e escrita, não devemos duvidar que para ler temos que ter capacidade de entendimento e que possamos conhecer os signos e discernir sobre que tipo de texto se apresenta na leitura (Soares, 2020).

Na apropriação da escrita (que também está ligada diretamente ao letramento), o sujeito precisa saber inicialmente o que quer escrever, para quem vai escrever, através de qual suporte irá escrever, podendo ser um texto simples, como uma lista de compras a uma tese de doutorado.

O autor deixa escura a condição do letramento de acordo com a visão de mundo dentro do nosso entendimento e não só pegando como base, a forma dos textos. Kleiman (1989) ainda escurece a questão do letramento e da importância de se entender o contexto social e considerar a oralidade e a leitura de mundo como alcance da dimensão educativa e completa que, "letrado é aquele que possui a leitura de mundo, vai além do simples fato de codificar e decodificar o que se entende aqui como o processo de alfabetização". Esse entendimento vai muito além de somente decifrar sílabas, letras, sinais, precisa de entendimento e interpretação.

Todavia, a leitura e a escrita têm embasamento com o contexto social em que o indivíduo está inserido, não podemos chamar uma pessoa de letrada ou iletrada sem fazer uma leitura de seu contexto social. De fato, medir o nível de letramento de um indivíduo se torna cada dia mais difícil em nossa organização social.

As tentativas de se definir letramento colocam duas definições principais que podemos elencar o letramento individual e o letramento social. O que seria o letramento individual como define Wagner (p. 5, 1983), “simples posses individuais das tecnologias mentais complementares de ler e escrever”, não é fácil definir letramento devido a extensão e diversidade das habilidades individuais de cada cidadão que podem e devem ser consideradas constituintes do letramento. O letramento, para o autor, está atrelado a dois processos que em seus fundamentos se diferem que é a leitura e a escrita.

Ainda que o processo de aquisição da leitura e escrita sejam realizados conjuntamente na escola, ele envolve habilidades específicas e precisamos considerar suas peculiaridades e dessemelhanças. Pensando a leitura como um ato individual, como aquisição de uma tecnologia, podemos definir leitura como um processo de decodificação de signos, juntando o som desses signos a uma interpretação do que se está lendo, buscando dar sentido, ou com um conhecimento prévio ou visando entender algo que está aprendendo, algo novo.

Para atribuir sentido aos signos sonoros, precisamos lançar mão das habilidades cognitivas e metacognitivas, somadas a habilidades de decodificar símbolos escritos; habilidades de captar significados; a capacidade de interpretar sequências de ideias e eventos, analogias, comparações, linguagem figurada, relações complexas, anáforas. Além de construir significado, dar sentido ao texto, trazê-lo para o seu conhecimento prévio e buscar compreender, modificar, refletir para atribuir sentido, tirando conclusões e fazendo julgamento sobre o conteúdo interpretado, enfim.

Em relação à escrita individual como uma das habilidades do letramento, temos que pensar habilidades linguísticas e psicológicas, percebemos aí uma diferença das habilidades exigidas para a leitura. Nessa habilidade se faz necessário a decodificação das palavras escritas, a capacidade de integrar compreensão em diferentes textos.

A escrita está em relacionar unidades de som a símbolos escritos, onde se expressa ideias e organiza pensamentos em língua escrita. Na produção escrita, são necessárias outras habilidades para se fazer entender como a transcrição, como a cognição e metacognição, a habilidade motora (caligrafia), ortografia, pontuação, saber reunir informações de um determinado assunto e definir o público leitor, assim como definir metas de escrita e como desenvolvê-las, organizar as ideias para o texto escrito como também buscar fazer sentido a escrita, direcionando o caminho para se expressar coerentemente.

Essas habilidades, para serem potencializadas, precisam ser aplicadas separadamente de um texto simples como um recado na geladeira, a um discurso de paraninfo a ser lido em voz alta. Mas, o letramento não é nenhuma condição unicamente pessoal. Ele tem que ser pensado como prática social, temos aí algumas definições conflitantes como por exemplo, o pensamento liberal que defende que o letramento é algo que o sujeito precisa entender o funcionamento adequado de acordo com o seu contexto social.

Em 1956, a Unesco pragmatiza o conceito de letramento quando criou a definição de "letramento funcional", que consiste em avaliar a escrita e leitura de uma pessoa capaz de "engajar-se em todas aquelas atividades nas quais o letramento é normalmente exigido em sua cultura ou grupo". É com essas habilidades de leitura e escrita que vem as confluências consideráveis no meio social, e é exatamente aí que emerge e se fundamenta minha pesquisa.

4.1 A educação antirracista na EJA

A lei nº 10.639, criada em 2003, incluída como marco dentro da educação nacional, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação reza em seu bojo:

Art. 26-A - Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º. O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas sociais, econômicas e políticas pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras (Brasil, 2003).

Essa inclusão se deu há 20 anos, exatamente no dia 09 de janeiro de 2003, substituindo a orientação que existia na LDB de que “o ensino da História do Brasil *‘levará em conta’* as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e européia” (Brasil, 2003).

A substituição no caso se fez necessária para que o ensino de história e culturas africanas e afro brasileiras passassem a ser *obrigatórios* nos currículos escolares da educação básica nacional, para que fosse dado respaldo ao professores e gestores para tratarem dessa questão na sala de aula, de forma a driblar o que está escritos nos livros

sobre o tema. Com a obrigatoriedade dessa implementação essas temáticas deixam de ser opcionais para trabalhar questões racistas na educação - particularmente no nosso país onde o racismo é extremo, puxando outros norteadores como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, buscando estruturar e sistematizar ações na formação de professores, na confecção de materiais didáticos, na revisão curricular.

O aluno do EJA precisa encontrar no educador o aporte que potencialize o seu conhecimento prévio, que geralmente vem de seu ambiente social. Ele retorna para vivenciar uma outra relação com a escola, com o saber. A relação com o saber ‘pode ser encontrada desde 60, 70 nos textos psicanalíticos, sociológicos’ (Lacan, 1966) e (Charlot, 1979).

Textos possuem formas e formatos, mas em relação ao conteúdo não podemos deixar de citar Aparecida de Jesus Ferreira e sua definição do letramento racial:

Letramento racial crítico é refletir sobre raça e racismo, e nos possibilita ver o nosso próprio entendimento de como raça e racismo são tratados no nosso dia a dia, e o quanto raça e racismo têm impacto em nossas identidades sociais e em nossas vidas, seja no trabalho, no ambiente escolar, universitário, em nossas famílias, nas nossas relações sociais. [...]. Como formadora de professoras/es que sou, entender a importância de utilizar o letramento racial crítico na minha prática pedagógica é de extrema relevância para que assim possa também colaborar para que tenhamos uma sociedade mais justa, com igualdade e com equidade (Ferreira, p. 138, 2015).

No grande campo da ficção literária, a maioria dos gêneros literários são compostos por gêneros secundários complexos, formados por vários gêneros primários transformados (réplicas do diálogo, relatos cotidianos, cartas) esses gêneros secundários representam formas diversas de comunicação discursiva primária.

Daí, vêm personagens literários convencionais de autores, narradores e destinatários. Mas o cerne da questão é que a obra mais complexa e plural composicional no gênero secundário no seu todo é o enunciado, único e real, que tem autor real e destinatários realmente percebidos e representados por esse autor. Mas precisamos sair da estreiteza da estilística que precisa de todo enunciado e seus recursos linguísticos, lexicais para análise desse enunciado *pleno*, sair do formal para o direcionamento real que não se esgota. Porque como Bakhtin mesmo defende, "a palavra e a oração por sua própria natureza são desprovidas de direcionamento, de endereçamento, portanto não são de ninguém e a ninguém se referem" (Bakhtin, p. 295, 2003).

Porventura, não podemos deixar de citar Paulo Freire na educação para a liberdade onde ele fala que trabalhar com o português padrão, não deve desmerecer o sujeito que não carrega essa fala. É importante salientar que o dialogismo é uma das manifestações linguísticas que defende que não há discurso neutro e todo e qualquer discurso tem intencionalidade no existir, independente do assunto abordado.

Temos que pensar que dentro dessa lógica do letramento, da escrita, da leitura, devemos retomar e potencializar a diversidade socioeconômica-cultural desse sujeito, alvo dessa política educacional que precisa pensar no público que ela atende e na forma de construção desses saberes, principalmente quando falamos sobre livros, fomento à leitura e a escrita. Esses nossos intelectuais negres não têm suas pesquisas e livros referenciados ou de fácil publicação nas nossas editoras e essa representação, essa oferta fica fora dos leitores, dos educadores e com certeza das grades e ofertas curriculares. Ferreira pontua,

[...] materiais são extremamente eurocêntricos, mesmo com a quantidade de pesquisas que vêm sendo feitas, mostrando o que as editoras poderiam fazer para que a representatividade de pessoas negras, indígenas, de classe social e de gênero fosse mais equitativa e igualitária (Ferreira, p. 8, 2014).

Minha pesquisa está sendo desenvolvida através de levantamento biográfico de intelectuais e escritores negres. É importante ensinar, principalmente a educação convencional ou padronizada, mas também precisa conseguir repassar conhecimento, aprendizado de forma prazerosa, cuidando da forma escolhida para repassar esses conhecimentos, evitando silenciar os sujeitos. E como o EJA requer um educador social que saiba potencializar o contexto social do sujeito em sala de aula, minha pesquisa apresenta uma forma interessante e significativa para o letramento, leitura e escrita desses jovens e adultos, trazendo o conhecimento produzido por autoras, autores e intelectuais negres pertencentes ao mundo desses sujeitos.

Que possamos pensar nessa desconstrução, na valorização da educação enquanto a grade curricular não seja ainda passível de uma adequação a altura do pensamento decolonizador. Que efetivamente possamos trazer histórias dos educadores para confluir com as histórias dos sujeitos/atores da educação visando um melhor aprendizado e conhecimento através da interação com o saber de cada um. Inserindo o conhecimento prévio desse aprendiz na dialógica da troca da experiência da literatura escrita com a literatura oral. Paul Zumthor (2000) defende a necessidade de se introduzir a performance

no contexto dos estudos literários. Ressalta a precisão de se alargar tais conceituações teóricas e repensar essa possível abertura,

Por isso, tratando-se da presença corporal do leitor de “literatura”, interrogo-me sobre o funcionamento, as modalidades e o efeito (em nível individual) das transmissões orais da poesia. Considero com efeito a voz, não somente nela mesma, mas (ainda mais) em sua qualidade de emanação do corpo e que, sonoramente, o representa plenamente (Zumthor, p. 31, 2000).

O autor chama a atenção para as “transmissões orais da poesia” em que corpo e voz formam um par indissociável, o tempo da poesia oral é, por assim dizer, corporizado. “É um tempo vivido no corpo” (Zumthor, p. 89, 2005).

De certo, é verdade que existe a magia de uma linguagem que se dá no plano de toda performance, uma relação harmônica e sedutora da voz que enreda e envolve os ouvintes. Em princípio, a formulação do termo performance parece estar ligada às práticas orais, ou seja, às primeiras experiências sensoriais e lúdicas da infância. E dialogando com essa performance seja em que faixa etária estivermos Martins escurece:

Mas o que é performance? Como um leque inclui por aderência modal ritos, performances do cotidiano, cenas familiares, atividades lúdicas, o teatro, a dança, processos do fazer artístico, assim como, dentre outras práticas, com seus modos próprios e convenções específicas, estão dispostas como ambientes não hierarquizados, numa paisagem horizontal, processando-se com um continuum (Martins, p. 65, 2003).

Falando das histórias que trazemos e da confluência com as histórias dentro do contexto escolar dos alunos da Educação de jovens e adultos (EJA), podemos pensar em abstrair dessa oralidade, desse ser social e que atua com seu discurso uma forma de conduzir os saberes ali impressos, em ritos, rezas, benzeções, histórias, memórias, apresentando nossos(as) intelectuais negres e suas obras que falam e contam a história que é nossa, que temos do que nos orgulhar e muito que aprender com a produção preta deste país.

Pontuo a pesquisa “Performances da oralitura: corpo, lugar da memória” (Martins, 2003), quando ela define “*littera*” e “*litura*”. Gravuras da letra, do corpo e da voz, expressa na afro-brasilidades com suas subjetividades. A pesquisa da oralitura tem o foco na cultura ritualística que considera a prática de repetição de uma ação a melhor forma de repasse e perpetuação dos conhecimentos entre a comunidade onde se predomina e se preserva esses ritos e práticas.

Não podemos deixar de lembrar que a educação e as práticas de escrita e leituras precisam garantir ferramentas diversas pensando em um público que diverge em gênero, raça, condições sociais e econômicas. Já o branco vem na contramão dessa situação pois ele acessa a cultura, tem poder social, a educação legítima e privilegia sua estada em vários âmbitos, inclusive dentro da escola. Ler e escrever é importante mas não podemos deixar de considerar, as subjetividades do sujeito para como Melo (p. 247, 2020) aponta que aprender a ler e escrever vem “não apenas como forma mecânica de codificar e decodificar palavras ou mesmo decorar o sistema alfabético e a maneira “correta” de escrever.” Essa forma imposta pela sociedade que subestima e nega as subjetividades, não reconhece outras formas de se apropriar do mundo dos símbolos, fazendo com que uma grande parte da sociedade não acesse essa educação de qualidade que visa a equidade.

4.2 O movimento negro unificador na formação de educadores e educandos

O Movimento Negro Unificado (MNU) é uma organização pioneira de luta do povo negro no Brasil. Fundado em 18 de junho de 1978, e publicizado no dia 07 de julho do mesmo ano em São Paulo, em pleno regime militar, representa um marco histórico na luta contra a discriminação racial no país. Nesse sentido,

Ao politizar a raça, o Movimento Negro desvela a sua construção no contexto das relações de poder, rompendo com visões distorcidas, negativas e naturalizadas sobre os negros, sua história, cultura, práticas e conhecimentos; retira a população negra do lugar da suposta inferioridade racial pregada pelo racismo e interpreta afirmativamente a raça como construção social; coloca em xeque o mito da democracia racial (Gomes, p. 22, 2017).

Os Movimentos Negros no Brasil e no mundo pontuam lutas e conquistas, e aqui particularmente com a escravização, essa história de mácula desumanizava nossos povos. Mesmo após a abolição, as políticas públicas não consideravam nossos povos originários nem as nações africanas, impossibilitando condições sociais, ideológicas ou políticas de existência, desconsiderando a discriminação racial entre negros e brancos.

O desejo e a prática de uma educação que seja inclusiva, atenta, num sistema educacional que agrega e dialoga, foi pensada além de outras ações e lutas do Movimento Negro, que culminou no fato onde nossos ideais coincidem com a da Lei 10.639 do ano de 2003:

A Lei nº 10.639/2003 apresenta, entre outras dimensões, a alteração na perspectiva de se constituir a formação da sociedade brasileira, especialmente no sentido de fortalecer a identidade e direitos na acepção de romper “com imagens negativas forjadas por diferentes meios de comunicação contra os negros” (Brasil, p. 10, 2003).

A lei foi implementada para ajudar na inserção de uma nova forma de se falar e trabalhar em sala de aula, sobre a história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas. A lei passa a regular os diversos materiais didáticos que ainda desumanizam o negro brasileiro, tendo a lei já alcançado sua maioria. Estamos citando uma lei, promulgada há vinte anos e ainda temos livros didáticos que trazem a discriminação e o preconceito em suas páginas. Sabemos que o Ministério da Educação (MEC) teve um papel importante quando criou o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), apontando critérios de qualidade, dentre eles a avaliação das dimensões ideológicas de cunhos racistas presente em parte dos livros didáticos. É emergente e necessário enegrecer e ampliar outras formas de produção, haja vista que os valores impostos a nós pelos colonizadores e suas culturas com seu protagonismo egoísta e destruidor, trouxe o empobrecimento do discurso, calou vozes e desperdiçou material humano e histórico que agregaria, comporia, protegeria uma infinidade de conhecimentos que eram vistos como desqualificados, como pontua Césaire:

Os índios massacrados, o mundo muçulmano esvaziado de si próprio, o mundo chinês maculado e desnaturado durante um bom século; o mundo negro desqualificado; vozes imensas extintas para todo o sempre; lares desfeitos; todo este esfrangalhamento, todo este desperdício, a humanidade reduzida ao monólogo e credes que isto não se apaga? (Césaire, p. 65, 1978).

Essa barbárie das epistemologias não atingem somente os povos ditos incultos e colonizados pela civilidade e a lógica das massas européias, mas como o próprio Césaire (p.67, 1978) aponta “a perda da própria Europa está inscrita nesta política e que se a Europa, não se acautelar, perecerá do vazio que criou à sua volta”, esse vazio de outros pensares, outras culturas, extirpando outras civilizações, nacionalidades, apagando as nossas raízes da diversidade que nos atravessa com seu velho colonialismo já em decadência. O anticolonialismo sinaliza novos rumos políticos pautados no respeito aos povos e culturas, sabendo que esses povos e suas existências nunca arredaram pé de progredir, de pensar, se intelectualizar-se. Apesar até mesmo da questão da mestiçagem que consumiam referenciais teóricos ocidentais e eram tidos como avalia Munanga:

[...] a idéia da mestiçagem tida ora como um meio para estragar e degradar a boa raça, ora como um meio para reconduzir a espécie a traços originais; as ideias sobre a degenerescência da mestiçagem etc., todo o arcabouço pseudocientífico engendrado pela especulação cerebral ocidental repercute com todas as suas contradições no pensamento racial da elite intelectual brasileira (Munanga, p. 49, 2019).

O ocidente através de suas artimanhas e projetos para se considerar social e politicamente superior coloca que as misturas de raças, linhagens, sangue carrega a “degeneração” que segundo Munanga em seus estudos é aplicada a um povo que “*não tem mais em suas veias o mesmo sangue*”, por conta das alterações da mestiçagem, trazendo assim a ideia a princípio de incivilidade. Num outro a mestiçagem é defendida por acreditar-se que para se fazer uma civilização é necessário que a raça dita superior ou colonizadora, encontre com uma contrária a isso, inferior e sem força, para que se misturem para o surgimento da “degenerescência democrática e ao senso de igualdade”. Sabendo que a raça branca acreditava-se ser a mais bela, inteligente e forte e os mestiços nascidos dessas variações tinham UMA ou OUTRA dessas qualidades, porque eram raças ditas inferiores.

E na ideia dos colonizadores a mistura das raças criava outra que não se igualava a branca em sua superioridade e nem na inferioridade da raça tida como sem valor, a negra. Haja vista que esse pensamento se forma também por conta do entendimento de que os europeus que aqui chegaram não eram pessoas de boa índole e boa casta, sendo atrasados o bastante para não se preocuparem com as concepções de suas identidades e suas condições antropológicas. Pensamentos e ideias inadequadas, pois, o país não seria totalmente branco, nem mestiço e muito menos negro ou indígena, o sonho de um tipo racial único se esvaiu quando as três raças originárias cruzaram e surgiram outra tez que eles colocavam como neutra por não ser branca e nem negra ou indígena. Diante dessa colocação, dos estudiosos atravessando séculos com pensamentos do macro e do micro na educação do Brasil e particularmente na EJA, é urgente pontuarmos que nossa constituição e formação etimológica, vem da colonização que esse país continental sofreu e que precisamos largar mão de pensar os frutos dessas misturas como superiores e inferiores. Temos que deixar escurecido que a forma como se deu a nossa formação de país não foi das melhores, justamente por quererem impor o embranquecimento em massa e, mais, de pensar e pontuar o branco como a raça suprema, inteligente e a única capaz de conhecimentos e saberes. Colocar o negro como raça inferior e desprovida de saberes

culturais e sociais, desqualifica igualmente seus descendentes advindos da mistura das raças, os ditos mestiços. Sem oportunizar as pessoas, sua cultura acaba colocando nossa nacionalidade brasileira em risco. Diante do enfrentamento dessa realidade e com muita luta, o movimento negro busca por direitos e promoção da igualdade racial. E aí começamos a buscar políticas públicas, como em junho de 1993 com a Declaração de Viena e o Programa de Ação, a Comissão de Direitos Humanos que criou a resolução 1997/74 de 18 de abril de 1997 em seguida no mesmo ano a resolução 52/111 de 12 de dezembro, da Assembleia Geral e as subseqüentes resoluções daqueles órgãos concernentes à convocação da Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata e lembrando, também, as duas Conferências Mundiais de Combate ao Racismo e à Discriminação Racial, ocorridas em Genebra em 1978 e 1983. Em 2001 de 31 de agosto a 08 de setembro em Durban - África do Sul, fortalecendo todas essas ações e reivindicações já realizadas para eliminação de todas formas de racismo e discriminação racial, para pontuar e conquistar direitos para o povo negro.

Conquistamos, ainda agora, no século XXI, avanços como as leis 10.639/03², a 12.711/2012³ (Lei de Cotas) e a 12.990/2014⁴ (Lei de Cotas Raciais nos concursos públicos federais) e, apesar das conquistas ainda não suprimos e não alteramos de forma expressiva a manutenção da desigualdade racial em vários âmbitos, marcadamente na divulgação da produção dos(as) intelectuais negres e suas obras.

A educação antirracista vem ganhando espaço e merece ser levada ao conhecimento de educadores para que primeiro reconheçam a sua própria história, para que na frente de discentes possam reconhecer as verdadeiras histórias desses povos, os tirando da invisibilidade e da condição de submissão.

É preciso reformular planos de estudos, grades curriculares, revisando as nossas e as histórias dos nossos alunos, abrindo a possibilidade de luz aos autores, pensadores, pesquisadores, protagonistas negros (as) que estão ganhando voz e vez com as

² A Lei nº. 10.639/2003 estabelece as diretrizes da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira”.

³ A Lei nº 12.711/2012 dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio.

⁴ A Lei nº. 12.990/2014 reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades mde economia mista controladas pela União.

possibilidades de toda construção advinda das lutas dos diversos movimentos negros do país, ganhando força e folego com as políticas de ações afirmativas.

Apesar das ações afirmativas terem diversos braços de atendimento social para a comunidade negra, a do acesso as universidades públicas coloca uma urgência em pensar novos conteúdos, agregando valor a cultura, a arte, a pesquisa e aos pensamentos de negros(as), antes invisibilizados(as) e inferiorizados(as). É importante priorizar o legado histórico, reconhecendo séculos de colonialismo europeu que legitimou a escravidão, a exploração da mão de obra e a marginalização do povo negro. Nesse sentido,

Se as escolas cumprissem de modo efetivo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e colocassem em prática o artigo 26A, incluindo pela Lei 11.645 de 2018, optando por superar as ações pedagógicas de cunho cultural e lúdico, os debates em torno da formação da nacionalidade brasileira, do racismo, da discriminação e da mestiçagem poderiam ganhar outros contornos capazes de promover uma reflexão crítica por parte da comunidade escolar (Gomes, p. 64, 2021).

E é importante ressaltar também que nos séculos XIX e início do XX, havia pensadores tentando formular a identidade nacional visando acabar com as raças tidas como inferiores que seriam os índios, os negros recém libertos e os mestiços. A ideia era que com o tempo teríamos uma nação brasileira branca. Essa ideia de uma única identidade nacional trouxe traços negativos, que hoje visivelmente notamos que precisam de mudanças necessárias que estão ligadas diretamente à educação. Educação essa que deveria ter sido ofertada democraticamente a todos independente de acabar com essa ou aquela raça, já que a ideia do eugenismo foi um fracasso. Mas deixou resquícios com relação a dificuldade de pertencimento aos que pensam não serem negros, pois estão ligados a herança escravocrata, excluída e com humanidade negada. Isso fez com que os movimentos negros não conseguissem mobilizar essa parcela da população, para fortalecer a coletividade visando uma verdadeira consciência de luta.

No livro de Ângela Davis “A liberdade é uma luta constante” (2016), já no prefácio escrito pela brasileira Ângela Figueiredo, é ressaltado a importância de tirar dos pensadores e pesquisadores brancos seu objeto de estudo: os negros. Para isso foi preciso aparecer pensadores, pesquisadores, estudiosos negres, inseridos nas universidades públicas, criando assim as políticas de ações afirmativas, implementando as cotas, mudando enfim a produção desse conhecimento.

Mas, mesmo diante de alguns avanços, a luta social, política e de direitos dos negros(as) ainda é uma constante, e por determinadas ações não se efetivarem dentro das

escolas, a não ser em datas pontuais, o tema não é explorado a contento, ficando no campo do entretenimento e não da reflexão e conscientização de mudanças que pedem realização. Nesse sentido, Ângela Davis afirma que

um dos principais exemplos da violência do racismo consiste na criação de gerações do povo negro que não aprenderam a imaginar o futuro – e que agora não estão de posse da educação e da imaginação que lhes permitem visualizar o futuro (Davis, p. 87, 2016).

Diante dessa constatação, precisamos apresentar os intelectuais e fazedores de conhecimentos diversos, donos(as) de suas histórias, legados culturais e diaspóricos, pesquisadores de suas causas, lançando mão de ações nos espaços que possam fazer frente a uma mudança coletiva com reflexões sistêmicas que é a escola. Nesse sentido afirma a autora Mirian Gomes de Oliveira:

No momento histórico em que a diversidade é reafirmada como marca da identidade nacional brasileira, a formação de leitores deve refletir essa diversidade, considerando aspectos relativos à identidade, relações étnico-raciais e diversidade sociocultural. Dentre seus objetivos, está prevista a constituição de comunidades de leitores (Dionísio, 2000), crianças, jovens e/ou adultos, tendo em vista diálogos entre países que compartilham uma mesma língua e que possuem culturas diversas. Com isso, busca-se formas de superação das barreiras culturais que nos separam do outro, bem como estratégias que propiciem predisposição para a leitura positiva de nossa multiplicidade cultural e social (Oliveira, p. 99, 2014).

A escola na sua forma mais ampla, precisa tomar posse da formação de seus estudantes fortalecendo o coletivo e trazendo discussões sobre a diversidade brasileira, democratizando o ensino, lançando mão de ferramentas educacionais como o fomento a leitura que ensina, educa e conscientiza. Além de ser ferramenta que poderia fazer parte de toda etapa do indivíduo no seu período escolar, desde a educação infantil ao que discorro agora, que é a Educação de Jovens e Adultos, agregando também as aulas do currículo oficial.

É importante pontuar que essa luta por esse reconhecimento ancestral vem como pauta de discussão, e nesse sentido temos Gomes que fala:

[...] o papel do Movimento Negro Brasileiro como educador, produtor de saberes emancipatórios e um sistematizador de conhecimentos sobre a questão racial no Brasil. Saberes transformados em reivindicações, das quais várias se tornaram políticas de Estado nas primeiras décadas do século XXI (Gomes, p. 14, 2017).

O Movimento Negro brasileiro é um movimento social que alimenta as discussões com pautas fundamentais para a superação da subalternização do povo negro em diversas áreas teóricas e epistemológicas no Brasil.

Não podemos deixar de falar sobre os valores civilizatórios africanos que chegaram no território nacional desde que o primeiro navio negreiro aportou em terras brasileiras. Valores que reconhecem a África como importante formadora nesse país continental, e que estão em nosso cotidiano. Conhecimentos e valores que foram nos repassados através dos nossos ancestrais, e muitos deles nos acompanham até os dias de hoje, mesmo que o racismo que estrutura a sociedade brasileira tente sistematicamente apagar tal produção cultural negra na construção identitária de nosso país.

4.3 Valores civilizatórios africanos e afrobrasileiros

De acordo com Trindade (2010), precisamos reconhecer que intelectuais negres defendem nossos valores civilizatórios. Descrevo sete desses valores, que permeiam nossa existência: o primeiro deles é o “AXÉ”, nossa energia vital que reconhece que tudo que vive tem axé, como os objetos, plantas, água, ar. Se reconhecermos que somos seres sagrados, divinos, importantes em nosso existir e em nossa essência, iremos entender e assimilar outros conhecimentos. O segundo valor, a “CORPOREIDADE”, nos ajuda a entender nosso processo social porque sem o corpo não tem axé, não tem energia vital, o corpo negro fala, o corpo negro tem suas especificidades que precisam ser valorizadas e afirmadas diante de todo racismo que recai sobre ele.

Ao serem sequestrados de África muitos negros(as) vieram só com seus corpos e esses corpos são patrimônios importantes, pois trazem histórias, gingas, trocas e encontros. São esses corpos que no terceiro valor civilizatório que é a “COLETIVIDADE”, vem nos mostrar que somos da cooperatividade, somos plurais, vivemos no e para o coletivo, para a ajuda mútua, para cozinarmos juntos, dançar nossos costumes que geralmente são realizados de forma coletiva.

O quarto valor é nossa “MUSICALIDADE”, que também é coletiva, partilhada, gingada. O povo negro é um povo da alegria, do canto, do riso frouxo, o som sai do corpo, da lata, do balde e dos diversos instrumentos sonoros em sua maioria, percussões que foram criados pelos nossos. O quinto valor é o da “LUDICIDADE”, da diversão, da alegria, da brincadeira, são essas práticas que nos trouxeram até aqui, somos felizes

porque se não fosse nossa alegria, nossos jogos, já estaríamos mortos e já tínhamos desistido de viver e lutar.

A ludicidade do povo negro está nesses e nos diversos valores que permeiam esse povo que acredita, que ensina com seus fazeres e saberes e vieram para ficar e mudar essa educação que precisa dar crédito a essas práticas e aprendizados desvinculados das grades, dos currículos sistematizados e engessados.

Talvez, o que dá o verdadeiro recado para essa mudança que se faz urgente nessa prática pedagógica defasada do eurocentrismo, é a “CIRCULARIDADE” em seu axé, em seu corpo, na coletividade, na musicalidade e ludicidade. Esse valor civilizatório predomina e traz consigo a roda, a igualdade e seu significado é poderoso pois aponta para o movimento, a renovação, o processo. Somos povos circulares pois a linearidade não combina com nossa cultura, nosso axé e nossa forma única de viver e resistir.

Por último, e não menos importante, a “COLETIVIDADE”. Somos da partilha, do nós por nós, temos como referência a filosofia "Ubuntu", que rege nosso fazer pela essência da consciência de que somos parte de algo maior e coletivo. Essa filosofia se fundamenta no entendimento de que “somos pessoas através de outras pessoas, e que não podemos ser plenamente humanos sozinhos, sendo feitos para a interdependência” (Purificação, p.77, 2020).

Para que entendamos esses valores, pensemos em um sorriso negro, em um samba, em uma dança onde um corpo negro se deixa levar, se permita participar de uma roda de samba, de capoeira, conte uma história em roda e se permita incluir o lúdico em suas práticas educacionais.

Foi inspirada por esses valores que passei a desenvolver a partir de 2015 o Projeto Iranti-ser África. A fim de contribuir para que educadores se formem dentro dos princípios antirracistas através de material pedagógico criado para a valorização e reconhecimento da nossa literatura e oralidade, trazendo ferramentas importantes como a contação de histórias e os jogos lúdicos que possibilitam a apresentação de obras escritas por intelectuais negres.

É uma ação possível, mais que possível, é essencial, pois estamos vivendo uma recriação das nossas práticas em virtude do racismo secular nas nossas vivências. Se faz cada vez mais urgente a consciência e a prática dessas ações para que possamos contribuir para a erradicação do racismo no nosso meio. Formação continuada de educadores visando técnicas de contação de histórias pretas, inserção de jogos lúdicos como o Afro

Memória são práticas possíveis e inclusivas dentro da escola que preza a leitura como produtora de conhecimento.

No caso desta pesquisa, abrimos possibilidades de ensino através das nossas histórias de vida e seus aprendizados, mas que o ouvinte também atua nessa construção, contribuindo com suas histórias e sua bagagem social. O AfroMemória é uma das ferramentas educacionais que pode possibilitar ao educador a oferta de uma possibilidade de conhecimento, leitura, entretenimento com um público que fará sentido para o educando, ofertando um aprendizado com envolvimento, que poderá suscitar outras formas e até mesmo outros jogos para o estímulo da educação.

O ensino da literatura para a educação das relações étnico-raciais na EJA, é colocada como uma forma de se ler autores que muitas das vezes não estão no contexto da realidade por traz das diversas especificidades.

Neste trabalho, focaremos na necessidade de disponibilizar obras negras antirracistas, visando a quebra da história única que Chimamanda Adichie (2019), pontua em sua aula/discurso. A importância de colocarmos em evidência a literatura negra como conhecimento que pode contribuir para um currículo descolonizado e emancipatório. Pontua a educação de jovens e adultos, pois, valorizar nossa identidade no processo de ensino e aprendizagem desses estudantes é uma devolutiva positiva e de reconhecimento da bagagem adquirida ao longo da vida e o entendimento de que a escola, o tal “canudo”, é sim, importante para uma vida mais digna e promissora.

Segundo Gomes,

A proposta dessa pesquisa visa a inserção curricular, no âmbito dos cursos de Licenciatura, e que traga nossas intelectuais para serem reconhecidas, lidas e pesquisadas, pois diante da atual premência da erradicação do racismo e/ou preconceito, essas indicações deverão agregar ferramentas de formação nas quais os educadores brasileiros se reconheçam, tomando consciência sobre suas histórias, com também das histórias africanas e afro-brasileiras silenciadas pelo mercado editorial predominantemente branco e racista (Gomes, p. 95, 2014).

Entendendo a importância desse reconhecimento, dessa mudança acadêmica e normativa para a formação docente, esse projeto vem reiterar e sinalizar conhecimentos e práticas que agregam a escrita da própria história e desmitifique e/ou desminta o que foi escrito sobre nossos antepassados, suas lutas, vitórias, conquistas, fé e produções para avanços tecnológicos contemporâneos. Visando práticas antirracistas de ensino, e

mudanças no discurso didático das grades curriculares dos cursos que oferecem a modalidade Licenciatura em seu elenco de disciplinas.

A elaboração de grades curriculares que contemplem temáticas negras, diaspóricas e que se baseiam em conhecimentos produzidos por negres, pressupõe práticas de respeito às diferenças, que serão multiplicadas no ambiente escolar de forma a pluralizar atitudes e comportamentos antirracistas. O sentido não reflete somente em se permitir estudar a apropriação e riqueza de um povo, mas também virá de encontro a luta contra a desigualdade racial.

Considerando as grades atuais dos cursos de licenciatura, a ausência ou apagamento de autoras e intelectuais negros, a paridade do corpo técnico junto às intervenções pedagógicas são ações necessárias para o desenvolvimento e implementação desse novo curso e as aspirações junto ao sujeito educador. Dentre elas, acredito que a leitura seja uma das tarefas que a escola deveria trazer na rotina dos alunos.

Contudo, a metodologia adotada pela maioria dos educadores brasileiros ainda é baseada em preceitos da Escola Tradicional, que não é formadora de leitores e não consegue fomentar nos alunos o interesse nem o hábito de leitura. Formar leitores que gostem e façam da leitura e da escrita um prazer depende, dentre outras questões, do contexto e da formação do mediador que pode instigar e provocar o interesse pela leitura. Quando a criança entra no mundo da escrita através de textos significativos, contação de histórias fictícias, práticas autênticas de numeramento e letramento, as possibilidades de formarmos alunos bem-sucedidos é maior.

É interessante pontuar que quando se objetiva a leitura, com a experiência do lúdico, da brincadeira tende a trazer bons resultados que é a melhor compreensão do texto indicado, dando sentido e conseqüentemente apresentando uma maior e melhor compreensão.

Kleiman (1989) aborda a forma como o leitor interpreta o texto conforme seu entendimento prévio sobre o assunto. É também muito importante que o leitor, ao se deparar com um texto ele tenha ou coloque objetivos para que a leitura seja interessante e proveitosa. Segundo a autora, a escola e o educador precisam adequar as faixas etárias aos conteúdos textuais oferecidos, visando um melhor aproveitamento e apropriação do texto pelo aluno. E assim, a pesquisadora salienta a importância de se colocar bem definidos objetivos de leitura, para instigar o interesse em fixar melhor o que foi sugerido para leitura, essa ação de sugerir objetivos claros as leituras propostas tem o nome de "estratégia metacognitiva" que nada mais é, que o controle e a regulação do próprio

conhecimento. A autora salienta ainda que uma leitura despreziosa, sem objetivos, não conduz ao aprendizado. Então o interesse e o objetivo para se fazer uma boa leitura precisa ser claro para uma boa formulação de hipóteses que trarão conhecimento no desenvolvimento dessa leitura.

O aluno da EJA precisa encontrar no educador o aporte que potencialize o seu conhecimento prévio, que geralmente vem de seu ambiente social. Ele retorna para vivenciar uma outra relação com a escola, com o saber. Segundo Lacan (1966) e Charlot (1979), os estudos da relação do saber e a cultura podem ser encontrados desde as décadas de 60, 70 nos textos psicanalíticos, sociológicos.

E de acordo com Bakhtin (2003), a ideia de um sujeito que realiza uma ação falante diante de um ouvinte passivo é “ficção científica”, que desconsidera o papel ativo tanto de um quanto do outro, impedindo a interação de acontecer e o raciocínio é raso.

No grande campo da ficção literária, a maioria dos gêneros literários são compostos por gêneros secundários complexos, formados por vários gêneros primários transformados (réplicas do diálogo, relatos cotidianos, cartas) esses gêneros secundários representam formas diversas de comunicação discursiva primária.

Daí, vêm personagens literários convencionais de autores, narradores e destinatários. Mas o cerne da questão é que a obra mais complexa e plural composicional no gênero secundário no seu todo é o enunciado, único e real, que tem autor real e destinatários realmente percebidos e representados por esse autor. Mas precisamos sair da estreiteza da estilística que precisa de todo enunciado e seus recursos linguísticos, lexicais para análise desse enunciado *pleno*, sair do formal para o direcionamento real que não se esgota. Porque como Bakhtin mesmo defende, "a palavra e a oração por sua própria natureza são desprovidas de direcionamento, de endereçamento, portanto não são de ninguém e a ninguém se referem" (Bakhtin, p. 295, 2003).

Porventura, não podemos deixar de citar Paulo Freire na educação para a liberdade onde ele fala que trabalhar com o português padrão, não deve desmerecer o sujeito que não carrega essa fala. É importante salientar que o dialogismo é uma das manifestações linguísticas que defende que não há discurso neutro e todo e qualquer discurso tem intencionalidade no existir, independente do assunto abordado.

Temos que pensar que dentro dessa lógica do letramento, da escrita, da leitura, devemos retomar e potencializar a diversidade socioeconômica-cultural desse sujeito, alvo dessa política educacional que precisa pensar no público que ela atende e na forma de construção desses saberes, principalmente quando falamos sobre livros, fomento à

leitura e a escrita. Esses nossos intelectuais negres não têm suas pesquisas e livros referenciados ou de fácil publicação nas nossas editoras e essa representação, essa oferta fica fora dos leitores, dos educadores e com certeza das grades e ofertas curriculares. Ferreira pontua:

[...] materiais são extremamente eurocêntricos, mesmo com a quantidade de pesquisas que vêm sendo feitas, mostrando o que as editoras poderiam fazer para que a representatividade de pessoas negras, indígenas, de classe social e de gênero fosse mais equitativa e igualitária (Ferreira, p. 8, 2014).

Minha pesquisa está sendo desenvolvida através de levantamento biográfico de intelectuais e escritores negres. É importante ensinar, principalmente a educação convencional ou padronizada, mas também precisa conseguir repassar conhecimento, aprendizado de forma prazerosa, cuidando da forma escolhida para repassar esses conhecimentos, evitando silenciar os sujeitos. E como a EJA requer um educador social que saiba potencializar o contexto social do sujeito em sala de aula, minha pesquisa apresenta uma forma interessante e significativa para o letramento, leitura e escrita desses jovens e adultos, trazendo o conhecimento produzido por autores, autoras e intelectuais negres pertencentes ao mundo desses sujeitos.

Que possamos pensar nessa desconstrução, na valorização da educação enquanto a grade curricular não seja ainda passível de uma adequação a altura do pensamento decolonizador. Que efetivamente possamos trazer histórias dos educadores para confluir com as histórias dos sujeitos/atores da educação visando um melhor aprendizado e conhecimento através da interação com o saber de cada um. Inserindo o conhecimento prévio desse aprendiz na dialógica da troca da experiência da literatura escrita com a literatura oral. Paul Zumthor (2000), defende a necessidade de se introduzir a performance no contexto dos estudos literários. Ressalta a precisão de se alargar tais conceituações teóricas e repensar essa possível abertura,

Por isso, tratando-se da presença corporal do leitor de “literatura”, interrogo-me sobre o funcionamento, as modalidades e o efeito (em nível individual) das transmissões orais da poesia. Considero com efeito a voz, não somente nela mesma, mas (ainda mais) em sua qualidade de emanação do corpo e que, sonoramente, o representa plenamente (Zumthor, p. 31, 2000).

O autor chama a atenção para as “transmissões orais da poesia” em que corpo e voz formam um par indissociável, o tempo da poesia oral é, por assim dizer, corporizado. “É um tempo vivido no corpo” (Zumthor, p. 89, 2005).

Decerto, que existe a magia de uma linguagem que se dá no plano de toda performance, uma relação harmônica e sedutora da voz que enreda e envolve os ouvintes. Em princípio, a formulação do termo performance parece estar ligada às práticas orais, ou seja, às primeiras experiências sensoriais e lúdicas da infância. E dialogando com essa performance seja em que faixa etária estivermos Martins escurece:

Mas o que é performance? Como um leque inclui por aderência modal ritos, performances do cotidiano, cenas familiares, atividades lúdicas, o teatro, a dança, processos do fazer artístico, assim como, dentre outras práticas, com seus modos próprios e convenções específicas, estão dispostas como ambientes não hierarquizados, numa paisagem horizontalizada, processando-se com um continuum (Martins, p. 65, 2003).

Falando das histórias que trazemos e da confluência com as histórias dentro do contexto escolar dos alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), podemos pensar em abstrair dessa oralidade, desse ser social e que atua com seu discurso uma forma de conduzir os saberes ali impressos, em ritos, rezas, benzeções, histórias, memórias, apresentando nossos(as) intelectuais negres e suas obras que falam e contam a história que é nossa, que temos do que nos orgulhar e muito que aprender com a produção preta deste país.

5 LITERATURA NEGRA E SEU ENSINO: EDUCADORES E EDUCANDOS

Nosso público alvo são educadores e educandos da EJA. O primeiro poderá lançar mão de ferramentas educativas que trará outras leituras e práticas educacionais que potencializará uma educação decolonial. O segundo público, terá chance de se aproximar de materiais que confluem com sua própria história independente do espaço social de onde venham. Livros e leituras diversas, incluindo no bojo nossos autores negres, farão sentido, os conectando com os nossos(as) intelectuais, onde se reconhecerão no espaço escolar. Para que saiam da invisibilidade potencializando a nossa escrita, nossos intelectuais, com elaboração de novos processos educacionais, valorizando e considerando os valores e sujeitos pertencentes aos diversos espaços geográficos que nos conectam.

Ouvir e ler histórias, falar delas, repensá-las, principalmente as histórias negras, vindas de África para o Brasil, fora do contexto do colonizador, arrisco afirmar que automaticamente surgirá uma maior necessidade de se praticar a lei 10.639/03 nos

espaços escolares. Essa lei federal que veio para que as escolas, principalmente as periféricas, sejam inseridas nesse contexto, para que não percamos em níveis de reprovação e desistência, pois, é também nessa falta de representatividade que a educação perde. Revisitar nossas histórias, ler sobre elas, reconhecer esses intelectuais produtores de saberes literários, que escrevem sobre o viés dos nossos, será tirar a tradição retórica europeia como fala Martins e sua predominância nas letras escritas:

a textualidade dos povos africanos e indígenas, seus repertórios narrativos e poéticos, seus domínios de linguagem e modos de apreender e figurar o real, deixados à margem, não ecoaram em nossas letras escritas (Martins, p. 64, 1997).

A importância de poder através da nossa cultura e das nossas vivências de povos diaspóricos diversos, trazer escurecimento para que nossos saberes e fazeres possam ser explorados, protagonizando uma cultura negada e negligenciada pelos europeus. Além de sairmos da invisibilidade imposta, ainda temos que formar educadores que acreditem que nossa educação precisa atender às necessidades reais dos que buscam ou retornam ao ambiente escolar. Sabendo que o conhecimento pode ser construído de modos, lugares e ambientes diferentes. A escola nos dias de hoje, para competir com o mundo midiático que vivemos, precisa sistematizar o seu aprendizado, baseando-se em reconhecer os contextos nos quais seus alunos estão inseridos para criar processos cada vez menos cartesianos, favorecendo a educação antirracista e decolonial.

5.1 Mulheres negras: mercadoras e escritoras

A metodologia usada para desenvolver essa pesquisa passou pela revisão bibliográfica, que incluiu vários autores negres, análises de normas pertencentes à educação, e minha experiência pessoal em salas de aula, vivendo no dia-a-dia a falta de referência literária negra. Defendendo que o pensamento atual, principalmente na educação, não pode mais comungar com o que está posto e se faz necessário compreender e inserir as novas práticas de ensino com ferramentas visando a erradicação do racismo e do preconceito. Desde que o projeto foi escrito e aprovado, todas as ações realizadas afirmam uma vontade de implementar e conhecer, primeiro sobre o que foi escondido ou silenciado na história, nas produções dos conhecimentos e outra, quais são os livros,

ferramentas, ideias emancipatórias para se chegar a esses “outros” conhecimentos. É o que Oliveira pontua:

A questão central num projeto de emancipação epistêmica é a coexistência de diferentes epistêmes ou formas de produção de conhecimento entre intelectuais, tanto na academia, quanto nos movimentos sociais, colocando em evidência a questão da geopolítica do conhecimento (Oliveira, p. 23, 2010).

Mas penso que eles não contaram com a modernidade que questiona esse conhecimento único e que evidencia outros saberes ao perceberem a existência de outros fazeres, silenciados e invisibilizados, mas que precisam ser levados em conta enquanto saber popular. Tanto o saber popular quanto o intelectual, este último por estar no bojo da formação dos saberes onde negres intelectuais ainda não tem o alcance que intelectuais branco tem, como ser sempre apontado como referência em seus conhecimentos, bibliograficamente e até mesmo em suas publicações, onde esses escritores têm uma melhor aceitação no mercado editorial. Mas como sempre estamos atentos às nossas próprias demandas, por isso, começam a surgir para atender esse nicho de mercado, editoras temáticas que publicam e lançam escritores negres e suas produções. A necessidade de produzir e lançar escritores negres vem do desejo de ampliar os saberes populares e intelectuais para que sejam utilizados, afirmando nossas expertises e disponibilizando para uso das ferramentas necessárias para descolonização dos saberes, que precisa andar na contramão do que está aí, sendo ainda praticado e disseminado nas escolas. Além de me instigar a inquietação com a falta de interesse do público de educadores, professores, técnicos dentro da academia com relação ao conhecimento ou aquisição de literaturas de intelectuais negres, isso ficou visível através de uma campanha de arrecadação de livros da literatura brasileira negra em um espaço acadêmico, cujo resultado infelizmente demonstrou que precisamos mesmo de ações que potencializam nossa escrita preta nesses e em outros espaços da educação. A criação da apresentação do jogo como prática de ensino, nos espaços educativos: EMEIs, Creches, Escolas infantis de educação básica, ensino médio, EJA e até superior, pretende otimizar e protagonizar nossas escritas literárias, chegando até as científicas. Chamar os olhares e o interesse para outras obras, outros pensares, com conteúdos diversos e potentes que estão em outros países, continentes e corpos. Para isso voltamos à Educação Popular e à Educação Popular Negra, já citada nesta dissertação onde se escurece sobre as relações étnico-raciais no Brasil, que indica uma educação voltada para o entendimento do sujeito e seu lugar de

fala, de pertencimento, visando não o descaracterizar, muito menos corrigi-lo em seu entendimento de mundo. Pretende-se com essa pesquisa contribuir com o registro documentado da criação de uma eficaz ferramenta de trabalho para essa educação contemporânea que o povo negro anseia, fomentando a leitura, dando a conhecer nosso elenco de escritores(as) negros(as) do jogo Afromemória físico e virtual, como também estimular a curiosidade pela obra de diversos outros intelectuais que temos fora do jogo e que precisam estar sendo incluídos na educação nas suas várias etapas, mas particularmente no segmento que atende os nossos jovens e adultos da EJA.

Convido a esse diálogo 6 mulheres negras, sendo a primeira delas nossa mestra Nilma Lino Gomes, que com sua sensibilidade de mulher preta nos instiga a pensar no nosso corpo, tez, cabelo, resistência de uma forma ímpar e acessível, três delas mestradas da UFMG, potentes, atentas e de escrita singular a quinta e último, nem por isso menos importante é a historiadora Nathália Grilo, idealizadora do Ayó, um encontro de contadores de histórias negres no Rio de Janeiro, que tive o prazer de conhecer e produzir o mesmo evento negro voltado para negres contadores de nossas histórias em Belo Horizonte. Nathália é uma mulher inquieta quando o assunto é a nossa negritude africana e diaspórica, ela é uma pesquisadora sem formação acadêmica sobre essas questões afro diaspóricas, que se alinha a outras mulheres pretas para ampliar seu conhecimento e difundir os nossos saberes empíricos, fora da academia.

Neste capítulo vou dialogar com essas intelectuais, sobre suas escritas, falas e pesquisas, com vocês: Isis Silva Roza, Maria Marlete de Souza, Nathália Grilo, Nilma Lino Gomes e Silvia Regina de Jesus Costa e Sueli Carneiro.

Começo com Isis⁵ pois sua pesquisa aponta produções intelectuais negres que se aglutinam nos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEABs), das Instituições Públicas Federais do ensino superior na região sudeste. E ela joga luz nessa produção vasta e importante para a educação em suas várias etapas, não posso deixar de apontar a importância desses pensares e fazeres na EJA, uma forma legítima para que essa produção seja escurecida, apontada, oferecida, conhecida, jogando luz a nossa intelectualidade que tanto produz e diz de nós.

⁵ Isis Silva Roza, doutora em educação pela PósGraduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social, da Faculdade de Educação - Universidade Federal de Minas Gerais, defendeu sua tese com o tema: Trajetórias, práticas e produção de conhecimento de intelectuais negres e negros dos núcleos de estudos afrobrasileiros da região sudeste.

Roza aponta que mesmo essa produção sendo robusta, dentro dos NEABs e apoiadas pelos Movimentos Negros,

Em um movimento contra hegemônico, diante de uma realidade social que asfixia a população negra, as(os) intelectuais negras(os) ressignificam a própria perspectiva de intelectualidade, incorporando uma dimensão de coletividade, em que a(o) intelectual se faz com e para os seus, voltando sua prática para o compromisso de transformação social da sua comunidade (Roza, p. 18, 2022).

Nesse ressignificar que conseguimos resistir bravamente, acreditando e cada vez mais, nos criando oportunidades para estar falando, escrevendo, pesquisando com vistas a alcançar e potencializar cada vez mais, os nossos pares em seus lugares periféricos, esquecidos e muitas das vezes negligenciado por essa educação hegemônica.

Quando falamos de intelectuais no Brasil, o elenco de pesquisadores brancos é sempre bem servido, oferecido, referenciado. Precisamos nos esforçar para mudar, entendendo que como pesquisadoras e trazendo luz para nossas intelectuais negras tanto africanas, quanto diaspóricas, conhecendo o material disponível feito por nossos pares, é de se orgulhar e fomentar as pesquisas e ações que traram esse nosso conhecimento acessível a educadores, educandos, intelectuais negres e não negres. É provocativo essa ação quando nos deparamos segundo Roza,

Você conhece algum(a) intelectual negro(a)?', os espantos e silêncios são muitos. Ainda que estejamos dizendo de um país em que a maioria da população se autodeclara negra (preta ou parda), no Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), trazer essa população para um lócus de igualdade social é algo que ainda provoca estranhamentos, visto que o corpo negro representa a *antípoda da intelligentsia* (Roza, p. 41, 2022).

Dentro da nossa realidade demográfica, o país depois de África com a maior população negra do mundo, estamos longe de ficar de fora das produções de saberes e muito menos fora do conhecimento dos nossos intelectuais dentro do espaço acadêmico com as produções e as pesquisas em andamentos nas diversas áreas e temáticas. É importante ressaltar que o público da EJA tem um diferencial que é de retomada, de ressignificação, de conquista, que segundo Souza,

O fato de esses sujeitos buscarem a escola implica em interferir na realidade para modificá-la. Normalmente essa busca, quando é feita por sujeitos da EJA, se torna uma busca direcionada, seja para a inserção no mercado de trabalho ou para a aquisição da leitura e escrita. Assim, a EJA assume um papel

importante quando abre caminho para uma educação inclusiva, que possibilita às chamadas 'minorias' a entrada ou reentrada na escola (Souza, p. 10, 2018).

É importante ressaltar que regressar à escola, para os alunos da Educação de Jovens e Adultos, seria muito mais interessante e inclusiva se eles começassem a se deparar nas suas atividades de leitura e aprendizado com autores negres, nesse caso, especificamente negras, por conta da observação que a autora acima, nos relata logo em sua introdução:

Esses dados reafirmam as pesquisas que mostram como um número significativo de mulheres, após criarem os filhos e cuidarem da família, retomam o percurso escolar, com o objetivo de aprender e adquirir sua autonomia e o exercício de sua liberdade, para além das demandas familiares (Souza, p. 6, 2018).

É a mulher preta que depois de ir para o mercado de trabalho, constituir família, filhos, criá-los, volta a sentar em um banco de escola, merecendo se reconhecer nessa busca por conhecimentos que complementam aqueles já adquiridos pela vida, pela sua cultura e entendimento. E esse olhar que essas mulheres voltam e se inquietam em desajustar com suas presenças, suas interferências, vem de uma ancestralidade que prioriza a sabedoria do simples, da natureza, da cura, da inspiração, do sagrado, da continuidade e todos os valores civilizatórios, já citados. E Nathália Grilo reforça:

Nesse contexto, a imaginação negra busca uma caudalosa geração de percepções dissidentes em oposição à visão hegemônica que exila corpos melanizados deste mundo. Ela nasce a partir de um estado de maravilhamento que nos diz a todo instante: a resposta é incessantemente inventiva, coletiva e sensível. Tal estado conduz à potência de uma jornada que se atualiza sempre que sentimos necessidade de ir além do que nos é imposto pela vida - eis o sonho de futuro (Grilo, 2021).

Nossa existência como povos descendentes de África com nossa cosmovisão de mundo, que muito se distancia do fazer europeu, pois não precisamos dominar o mundo e sim viver nele. Mas a nossa existência e nosso modo de fazer foi cooptado pelos colonizadores que inverteram os papéis e nos dizem hoje como ser e fazer, nos colocando como sub criaturas, sub-humanos, por não conseguirem se conectar de forma que não pela limitação e pela hegemonia no campo específico desse conhecimento científico que nunca precisamos. Pois temos essa essência inquieta e renovadora que nos faz alcançar qualquer tipo de desafio que hoje se apresenta no campo da intelectualidade.

Na encruzilhada do saber, que Exu nos mostre o melhor caminho a seguir, que potencializamos o caminho que agregue a inserção da literatura negra, tirando nossas intelectuais da ausência a que estão sendo impostas até os dias de hoje. Isso com certeza implicará num novo caminho, num novo processo de aprendizagem e “autonomia” para a educação como também para os estudos da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Não vou entrar na discussão de raça, mas é bom lembrar que, segundo Costa,

Reafirmamos que raça, enquanto conceito das ciências naturais, no que se refere ao humano, não existe. Mas entendemos enquanto corpos que sofrem preconceitos, que são privados de direitos constitucionais, que se vêem negligenciados após a libertação dos escravos, que havia uma lei que nos proibia de frequentar as escolas públicas (Costa, p. 23, 2017).

O autor ainda escurece para nós porque a raça biológica não existe e sim a raça social, étnica, fenotípica, social:

[...] do ponto de vista da biologia, não prescreve que não existam uma “diversidade humana” ou diferenças entre pessoas ou povos. Existem, mas de ordem social, cultural ou mesmo fenotípicas. Ainda que, do ponto de vista da biologia, não constitui elemento válido, a raça possui a marca simbólica, e configura no efeito produzido pelo imaginário social e nas representações coletivas diferenças entre indivíduos e povos, com características fenotípicas, que se baseiam na cor da pele, no formato do nariz e na textura do cabelo, como também nas diferenças culturais (Costa, p. 23, 2017).

É importante levarmos em conta essa ideia de raça, conhecendo a ideia biológica e a social, cultural e fenotípica. Uma que inexistente e outra que persiste e que nossos intelectuais negres se baseiam em suas pesquisas e muitas vezes em suas ações visando erradicar o racismo e o preconceito, ressignificando nossos saberes e fazeres. Com isso, ressalto a fala da Sueli Carneiro durante a participação no podcast "Mano a Mano", no dia 26 de maio de 2022. Segue a transcrição:

Eu fui formada como ativista e como intelectual (ao contrário do que diz a lenda), e não foi a universidade que me formou como a pensadora que eu sou ou como a intelectual orgânica que eu sou. Eu não sou produto da Universidade eu sou produto do Movimento Social eu sou uma intelectual orgânica do Movimento Negro e do movimento de Mulheres Negras. Quem fez minha cabeça foi Abdias do Nascimento, eu aprendi a pensar preto como uma pessoa preta lendo Abdias do Nascimento, eu aprendi a pensar como uma mulher negra, lendo Lélia Gonzalez" (Carneiro, 2022).

A fala de Sueli Carneiro nos aponta que sim, somos seres orgânicos no nosso entendimento de mundo, no nosso fazer, no nosso transformar e vamos para as

universidades não para nos formar e adquirir conhecimento, mas para aprendermos e isso fazemos em casa com os nossos. Nas universidades, vamos para transformar, para oxigenar o fazer, para trazer outros olhares, outras formas de ensinar, de aprender, de reconhecer os saberes outros, de ver se possível nossas intelectuais dentro de um elenco e um acervo diverso e acessível e que estejam sendo estudadas e referenciadas nos espaços necessários e importantes de estar, fazendo a diferença, sendo estudadas, indicadas, fazendo parte de acervos inteiros nas bibliotecas das universidades e Estados, das grades, que a história africana e afro-brasileira seja contada de fato com toda sua pompa e circunstâncias.

E pensando esse nosso entendimento orgânico de como aprendemos a ser negras e negros em nosso país, tendo e sendo referência para outras e outros é que se faz necessárias as inserções dos nossos intelectuais negres pela literatura nos espaços estudantis e principalmente no ensino da educação de jovens e adultos. Representatividade importa, fortalece e nos identifica dentro de uma educação inclusiva e que utilizar a ludicidade como ferramenta pedagógica para a EJA.

Somos heranças de mulheres poderosas, que geralmente sustentam suas casas, fazem o impossível desde que o primeiro navio aqui chegou e hoje aproveitando todo conhecimento adquirido e tendo muitas de nós intelectuais em várias e diversas áreas é preciso ser como um dos símbolos Adinkra, o Sankofa (uma ave que gira toda sua cabeça em volta do pescoço) que olha para o passado, com o pé no presente, mirando o futuro. Nosso passado de histórias com essas mulheres intelectuais citadas acima, vem das outras mulheres que darei como exemplo. Essas, não constam em livros, mas existem em testamentos nos museus mineiros, e permanecem no campo da oralidade. Suas histórias são importantes, mas não contadas, pois essas mulheres negras, tinham uma relação de poder nos séculos XVIII e XIX. Mulheres empreendedoras, ganhadeiras, quitandeiras, fôrras, negras minas, negras de ganho, negras de tabuleiros. Essas mulheres mercavam e tinham na hierarquia um degrau abaixo do colonizador, do homem branco e rico. Essas mulheres deixavam testamentos sobre seus bens e ajudavam outros(as) negros(as) a terem suas alforrias. Elas mesmas compravam as suas alforrias e acumulavam riquezas. Muitas dessas mulheres, não tinham essa relação de venda somente para sobreviver, era algo hereditário, que elas traziam consigo desde a sua origem, com isso elas conseguiam viver de outra forma e se relacionar quase em paridade com o homem branco dominador/colonizador. Por conta de possuir e/ou preservar a herança familiar do tino para o empreendedorismo, ela podia e conquistava esse direito de ser quase igual ao

homem branco, no qual servia, pois ela tinha o dom de mercar. Uma expertise da economia da época, e que até hoje resiste e podemos ainda vê-las com seus tabuleiros na capital da Bahia, Salvador.

A historiografia oficial, tinha foco totalmente na coisificação da vida negra, porque assim eles reforçavam que o lugar do(a) negro(a) era servindo, trabalhando, ignorando suas expertises e técnicas, e claro também suas subjetividades. A história não conta, mas fomos escravizados não por contingência, se fosse assim a China era mais populosa, mas sim, por nossas expertises em vários conhecimentos tecnológicos de ponta, como a arquitetura, engenharia, mineração, agricultura e etc.

Mas, voltando a falar sobre as mulheres mercadoras, de feiras e das ruas, elas deixaram testamentos que podem e devem vir à tona, nos colocando como pesquisadores dentro da nossa própria história não contada, com uma visão diferenciada e tomando consciência das nossas reais condições, dentro da cadeia produtiva do país.

Isso nos dá versões não-oficiais sobre a escravidão, que era difícil para todos os sequestrados em África, mas não podemos deixar de pontuar que temos outras histórias, que não nos desumaniza, não nos coloca como passivos, como objetos que só servíamos para trabalhos pesados, apanhar e fugir para quilombos.

Precisamos novamente nos atentar para que não permaneçamos no perigo da história única, tão bem explicada pela escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie (2014). Saber que mulheres como Chica da Silva e outras tiveram suas histórias contadas por brancos que omitiram ou esconderam a verdadeira história.

Outro exemplo é a própria história da Chica da Silva, que era rica e se relacionava com um homem branco, poderoso e da monarquia, mas, ela tinha seu próprio dinheiro e poder. Isso escurece para nós, que as relações de poder existentes naquela época eram muito mais complexas do que os livros didáticos de história contam. Sabemos que Chica da Silva se diferenciou das outras negras por conta do encanto que ela exerceu em um homem branco, que em troca, deu-lhe prestígio e poder. E, diante desse escurecimento, deparamos com a verdade: eram essas mulheres que faziam seus trabalhos, vendiam em seus tabuleiros, nas feiras, nos mercados. Chica era uma dessas empreendedoras, além de esposa do comendador, tinha seus contatos e pessoas que trabalhavam para ela nas minas de diamante do Arraial Tijuco, atual Diamantina. E era uma mulher dos diamantes, que ajudou a muitos dos seus, com seu próprio ganho.

Essas mulheres vieram da África com a cultura do mercado, com o espírito empreendedor, herdado de seus ancestrais. Essas ações eram realizadas por mulheres, na

produção e organização feminina. O provérbio africano afirma, “O mercado é o mundo e o mundo é o mercado”.

Além disso, essas mulheres e suas articulações com as vendas, as trocas, os ganhos, viveram histórias que merecem vir à tona, com a urgência que as mudanças sociais vem exigindo, sabendo que a identidade dessas mulheres e suas histórias é parte ativa da formação identitária desse país e para a construção de uma educação antirracista.

Diante desse conhecimento, desse acesso a essas e outras histórias negras, não conhecidas anteriormente por conta do racismo estrutural, me faz acreditar ser possível ajudar essa nova construção. Uma construção de projeto epistemológico, ético e político que critica e quer mudanças educacionais, a partir das noções da pedagogia decolonial e intercultural crítica.

5.2 Relação educador, educando e o afro memória

Para isso, driblando as relações de poder impostas a nós desde o primeiro navio negreiro e que achamos por bem, termos que mudar essas condições, primeiro porque viemos para ficar e somos combativos diante de tudo que se apresenta a nós de forma não igualitária. Segundo, porque mesmo com todas as nossas dificuldades, ausências, pouco protagonismo, sempre tivemos quem furasse a bolha, quem se despontasse, quem se emancipasse, com isso abrindo mais e mais oportunidades para nossa emancipação e afirmação. Melo pensa mudanças:

Na literatura brasileira, por exemplo, especificamente nos romances, além da ausência de personagens negros, há a repetição de papéis extremamente estereotipados, poucos protagonistas e a raríssima ocorrência de negros narradores, ou seja, as personagens são desprovidas da fala e da escrita, sendo impossibilitadas de dizer sobre o mundo que as cerca (Melo, p. 248, 2020).

É importante saber, que quando falamos sobre literatura negra, mudança na educação, visamos outros olhares, inclusive incluindo saberes/fazeres antes não reconhecidos nas práticas da leitura e da escrita e se chama “letramento racial”, segundo Ferreira (2015). Esse conceito provoca várias indagações porque remete a algo novo e antes não vislumbrado, pesquisado e sugere novas formas de abordagens práticas sabendo e entendendo que ler e escrever são práticas sociais. Devemos mudar a prática de leitura em nosso país, porque a intelectualidade negra literária pede passagem, sinalizando de acordo com Melo (2020) mudanças e tirando os corpos negros das ausências do que

sempre foi vítima, impossibilitado de se expressar colocando e expondo seu mundo, modo de pensar e viver. De acordo com Espinheira Filho (2017) as práticas de letramento escolar têm como modelo a base hegemônica colonizadora que legitima a monocultura, desconsiderando outros sistemas de escrita, outras culturas, a oralidade que é formadora e própria do social e da cultura do Brasil.

O mercado editorial branco coloca o negro(a) em lugar de subjugação, de apagamento de sua produção de conhecimento, inferiorizando o seu modo de pensar e sua cosmogonia. Nessa perspectiva, a promoção do letramento racial e o letramento racial literário nos espaços escolares, para que tanto o negro quanto o branco possam aprender: esse último para que se aproxime e viva experiências de leituras negras e o primeiro para que seja uma contribuição ampliada de seu conhecimento e compreensão de mundo, dos sujeitos e dos espaços. Por isso, Espinheira Filho aponta:

Ao pensarmos epistemologicamente a ideia de Letramento, devemos ampliar seus sentidos e usos nas práticas sociais e educacionais. Devemos considerar o ato de letrar como múltiplas formas de interação, compreensão e realização da leitura, da escrita e da oralidade, isto é, múltiplos atos socioculturais de dimensões particulares e coletivas ((Espinheira Filho, p. 4, 2017).

E para ampliar esse sentido vale criarmos mecanismos educacionais para fomento dessas habilidades da escrita e da leitura. Trazendo elementos variados e da educação comunitária incluindo ao letramento as práticas usuais apontadas pelo público alvo dessa política e dessa formação. Filho, ressalta na citação acima, que a leitura, a escrita e a oralidade devem ser ações consideradas para interação e compreensão desse coletivo que é formador e educador, precisando ser antirracista em suas práticas.

A dimensão do letramento está ligada diretamente ao processo da leitura e escrita, não devemos duvidar que para ler temos que ter capacidade de entendimento e que possamos conhecer os signos e discernir sobre que tipo de texto se apresenta na leitura. (Soares, 2020).

Textos possuem formas e formatos, mas em relação ao conteúdo não podemos deixar de citar Aparecida de Jesus Ferreira e sua definição do letramento racial quando faz uma crítica:

Letramento racial crítico é refletir sobre raça e racismo, e nos possibilita ver o nosso próprio entendimento de como raça e racismo são tratados no nosso dia a dia, e o quanto raça e racismo têm impacto em nossas identidades sociais e em nossas vidas, seja no trabalho, no ambiente escolar, universitário, em nossas famílias, nas nossas relações sociais. [...] Como formadora de professoras/es

que sou, entender a importância de utilizar o letramento racial crítico na minha prática pedagógica é de extrema relevância para que assim possa também colaborar para que tenhamos uma sociedade mais justa, com igualdade e com equidade (Ferreira, p. 138, 2015).

O autor deixa escura a condição do letramento de acordo com a visão de mundo dentro do nosso entendimento e não só pegando como base, somente a forma dos textos. Outra intelectual que também escurece essa questão do letramento e da importância de se entender o contexto social e considerar a oralidade e a leitura de mundo como alcance da dimensão educativa é Kleiman (1989) e completa que, "letrado é aquele que possui a leitura de mundo, vai além do simples fato de codificar e decodificar o que se entende aqui como o processo de alfabetização". Esse entendimento vai muito além de somente decifrar sílabas, letras, sinais, precisa de entendimento e interpretação.

Todavia, a leitura e a escrita têm embasamento com o contexto social em que o indivíduo está inserido, não podemos chamar uma pessoa de letrada ou iletrada sem fazer uma leitura de seu contexto social. De fato, medir o nível de letramento de um indivíduo se torna cada dia mais difícil em nossa organização social.

As tentativas de se definir letramento colocam duas definições principais que podemos elencar o letramento individual e o letramento social. O que seria o letramento individual como define Wagner (p. 5, 1983) "simples posses individuais das tecnologias mentais complementares de ler e escrever", não é fácil definir letramento devido a extensão e diversidade das habilidades individuais de cada cidadão que podem e devem ser consideradas constituintes do letramento. Para o autor, o letramento está atrelado a dois processos que em seus fundamentos se diferem que é a leitura, a escrita e as tarefas.

Ainda que o processo de aquisição da leitura e escrita sejam realizados conjuntamente na escola, ele envolve habilidades específicas e precisamos considerar suas peculiaridades e dessemelhanças. Pensando a leitura como um ato individual, como aquisição de uma tecnologia, podemos definir leitura como um processo de decodificação de signos, juntando o som desses signos a uma interpretação do que se está lendo, buscando dar sentido, ou com um conhecimento prévio ou visando entender algo que está aprendendo, algo novo.

Além de construir significado, dar sentido ao texto, trazê-lo para o seu conhecimento prévio e buscar compreender, modificar, refletir para atribuir sentido, tirando conclusões e fazendo julgamento sobre o conteúdo, interpretando, enfim.

Em 1956, a Unesco pragmatizou o conceito de letramento quando criou a definição de "letramento funcional", que consiste em avaliar a escrita e leitura de uma pessoa capaz de "engajar-se em todas aquelas atividades nas quais o letramento é normalmente exigido em sua cultura ou grupo". É com essas habilidades de leitura e escrita que vem as confluências consideráveis no meio social, e é exatamente aí que emerge e se fundamenta minha pesquisa.

Ponto ainda a pesquisa "Performances da oralitura: corpo, lugar da memória" (Martins, 2003), quando ela define "*littera*" e "*litura*". Gravuras da letra, do corpo e da voz, expressa nas afro-brasilidades com suas subjetividades. A pesquisa da oralitura tem o foco na cultura ritualística que considera a prática de repetição de uma ação a melhor forma de repasse e perpetuação dos conhecimentos entre a comunidade onde se predomina e se preserva esses ritos e práticas.

Não podemos deixar de lembrar que a educação e as práticas de escrita e leituras precisam garantir ferramentas diversas pensando em um público que diverge em gênero, raça, condições sociais e econômicas. Já o branco vem na contramão dessa situação pois ele acessa a cultura, tem poder social, a educação legítima e privilegia sua estada em vários âmbitos, inclusive dentro da escola. A oralitura de Martins (2003), vem comungar com a autonomia pela busca do conhecimento que precisa ser considerada e que também partilha com a escrevivência de Conceição Evaristo, quando a mesma coloca sua vivência em sua escrita, trazendo o vivido/sentido. Essa escrita, só aproxima e se identifica com os nossos, sabendo que somos nós a maioria no sistema educacional, principalmente o sistema público de ensino. Ler e escrever é importante mas não podemos deixar de considerar, as subjetividades do sujeito para como Melo (p. 247, 2020) aponta que aprender a ler e escrever vem "não apenas como forma mecânica de codificar e decodificar palavras ou mesmo decorar o sistema alfabético e a maneira "correta" de escrever". Essa forma imposta pela sociedade que subestima e nega as subjetividades, não reconhece outras formas de se apropriar do mundo dos símbolos, fazendo com que uma grande parte da sociedade não acesse essa educação de qualidade que visa a equidade.

O AfroMemória é uma das ferramentas educacionais que pode possibilitar ao educador a oferta de uma possibilidade de conhecimento, leitura, entretenimento com um público que fará sentido para o educando, ofertando um aprendizado com envolvimento, que poderá suscitar outras formas e até mesmo outros jogos para o estímulo da educação. O ensino da literatura para a educação das relações étnico-raciais no EJA, é colocada

como uma forma de se ler autores que muitas das vezes não estão no contexto da realidade por traz das diversas especificidades.

5.3 Dialogando com intelectuais negres

O uso da metodologia de ensino que utiliza a ludicidade como ferramenta pedagógica como diz Bueno e Guimarães⁶ potencializa o ensinar,

As atividades lúdicas são um instrumento de extrema importância, pois, é um modo facilitador da aprendizagem. O lúdico não se resume somente em “brincar”, e sim, na colaboração da formação de estratégias e interação social dos alunos; fatores que colaboram com a associação dos conteúdos a serem estudados (Bueno; Guimarães, p. 8, 2021).

Pensar a Educação Popular, a Educação Popular Negra, dentro da educação de jovens e adultos, sugere protagonizar a educação inclusiva, que utiliza de um aprendizado diferenciado. Pois, entendemos que o dialogismo desse aprendizado utiliza de uma forma mais adequada possível transmitindo conhecimento. Entendemos que a escola é um dos órgãos políticos com compromisso social de cuidar da diversidade e pluralidade do público atendido pela EJA, potencializando o entendimento da educação diferenciada que esse público merece tendo suas experiências e culturas consideradas. É muito discutido em pesquisas e práticas educacionais, a insatisfação dos educadores do ensino da EJA com a educação formal, conteudista e eurocêntrica, e que com a inserção desses sujeitos essa educação precisa mudar. Dando lugar a uma educação que, para se efetivar como tal, precisará colocar luz à vivência à qual esse sujeito pertence no seu grupo de alunos(as) que veem com suas culturas, seu social e suas experiências de vida. Gomes escurece para nós que,

Quanto mais se amplia o direito à educação, quanto mais se universaliza a educação básica e se democratiza o acesso ao ensino superior, mais entram para o espaço escolar sujeitos antes invisibilizados ou desconsiderados como sujeitos de conhecimento. Eles chegam com os seus conhecimentos, demandas políticas, valores, corporeidade, condições de vida, sofrimentos e vitórias. Questionam nossos currículos colonizados e colonizadores e exigem propostas emancipatórias (Gomes, p. 99, 2012).

⁶ GUIMARÃES, Ueudison Alves. BUENO, Leidiane Aparecida dos Santos. A ludicidade com alunos da educação de jovens e adultos. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*, ano 6, v. 6, p. 5-16, set. 2021. ISSN: 2448-0959. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/ludicidade-com-alunos>. Acesso em: 18 out. 2023. DOI: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/educacao/ludicidade-com-alunos

Diante dessa nova realidade que bate a porta da educação brasileira, em todos os seus níveis, nosso recorte está na Educação de Jovens e Adultos, democratizar a educação visa contemplar o direito a escola defendida por nossa Constituição de 1988, derrubando a lei que proibia esse direito e que consta na Lei nº 1 de 1937.

Reconheçamos também que o público da Educação de Jovens e Adultos (EJA) são pessoas que não puderam estudar no ensino regular e que voltam às salas de aulas para almejar melhoria em seu local de trabalho, visando melhores chances e por isso precisam de metodologias adequadas e que visem a motivação para a aprendizagem, com métodos e práticas que agreguem e os incluam nos currículos visando instigar seus interesses, diminuindo uma nova evasão escolar, dessa vez na fase adulta.

Pensando em sistematizar as práticas educacionais visando reconhecer e valorizar os saberes e conhecimentos dos intelectuais negres através da literatura que precisa enegrecer e/ou africanizar os currículos e comumente as indicações de leitura, atuando como uma ferramenta ao enfrentamento ao racismo que é um dos empecilhos para a tão sonhada justiça social.

Sabendo que desde sempre produzimos conhecimentos diversos, e em várias frentes, incluindo a literária, na qual temos produções em todas as faixas etárias e educacionais tivemos que criar nossas editoras para fortalecer as nossas publicações já que o mercado editorial era seletivo e não via essa escrita como rentável/vendável.

Podemos citar a Mazza Edições, consolidada nos seus já completo 40 anos de existência, como também a Nandyala que começou seus trabalhos no início dos anos 2000. É importante ressaltar que as duas editoras, exemplificadas acima são lideradas por mulheres negras e em seu acervo achamos intelectuais da magnitude de Nilma Lino Gomes, Paulina Chiziane e muitas outras mulheres e homens negros(as) da literatura, brasileira e estrangeira.

As obras dos intelectuais negres, conseguindo furar a bolha da publicação, precisa conseguir alcançar destaque sabendo que a escola é esse lugar da pluralidade/complexidade, desafios, para vir como ferramenta nas práticas educacionais, para serem utilizadas, indicadas, protagonizadas pontuando uma troca de conhecimentos vivos, interligados como também contextualizados.

Estamos vivenciando um abalo desafiador dentro da educação como um todo, principalmente quando elencamos alunos da EJA com suas vivências, culturas e saberes. O que provoca o retorno desse jovem/adulto para dentro da sala de aula é que ele

compreende a necessidade de obter conhecimento pedagógico para alçar voos maiores em suas carreiras.

E para que essa ação tenha eficácia na educação da EJA, na inserção dessas obras e intelectuais nas práticas pedagógicas e de fomento a leitura, tiremos como referência algumas grandes obras literárias infantis que fazem uso do lúdico em prol de uma educação antirracista com grande sucesso, revolucionando o aprendizado e a melhora na leitura, por se veem representados nos personagens das histórias como também ilustrados como heróis, heroínas, rainhas, reis, protagonistas. Daí a necessidade da criação de obras e ilustrações que protagonizam esses sujeitos que em sua grande maioria compõem o quadro dos educandos das escolas brasileiras.

Na infância esse impacto já pode ser vivenciado, devido aos kits afros e a um elenco de intelectuais que escrevem para esse público, mas precisamos pluralizar essa prática em outros níveis educacionais como a EJA para potencializar a educação moderna, fazendo a ponte para a transdisciplinaridade, pontuando o pensamento decolonial.

5.4 O Projeto Iranti - Ser África

O Projeto Iranti - Ser África foi escrito em 2014 e submetido à Pró-reitoria de extensão em 2015 recebendo aprovação nesse mesmo ano para atuar. Inicialmente a ideia do projeto era desenvolver ações de contações de histórias negras trazendo a prática que a lei 10.639/03 estabelece que é “a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira” dentro das disciplinas que já fazem parte das grades curriculares dos ensinos infantil, fundamental e médio, visando erradicar o racismo e o preconceito.

A ideia do projeto era ajudar a tirar as pessoas negras, vistas somente como escravizadas e escurecer que temos nosso pioneirismo científico-tecnológico ancestral, para partilhar. Esse projeto é importante por ser uma das ações antirracistas possíveis de serem executadas e que envolve educadores, educandos, bibliotecários, coordenação e etc. E assim, outras ações foram sendo necessárias, como o conhecimento do acervo dos livros literários (infantil/infanto-juvenil) e científicos e quais eram esses intelectuais/escritores negres existentes nas bibliotecas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Outro desdobramento necessário, dentro do projeto, foi organizar e realizar algumas formações continuadas para que primeiramente, alunos das licenciaturas aprendessem a contar histórias pretas nas suas práticas escolares. E já em novembro de

2019 após uma campanha de arrecadação de doação de autores negros para o carro biblioteca da Escola de Ciência da Informação (ECI/UFMG), inauguramos uma prateleira de livros com autores africanos, afro-brasileiros e indígenas. Após essa ação e a conquista da prateleira, veio a ideia de fomentar e apresentar essas obras e autores para as comunidades onde o carro biblioteca da ECI/UFMG atende. Os livros divulgam um tipo de saber que funciona “não como mera informação, mas como sugestão de comportamentos, de modos de ser e de portar-se em diferentes setores da vida diária” (Paraíso, p. 50, 2002), e foi a partir dessa questão literária preta que passamos a nos mobilizar. Aceitando as provocações que foram surgindo, principalmente advindas do público dessas comunidades que estariam nas faixas infantil e infanto-juvenil e adulto. A ideia era fomentar a leitura preta e dar a conhecer esses escritores, suas histórias que falam das nossas histórias. Histórias que precisam ser contadas e vem para fortalecer a implementação necessária a lei federal 10.639/2003 que orienta iniciativas de formação inicial e continuada e processos de gestão escolar, que visa acolher e a nos ajudar a reconhecer as diferenças e respeitá-las. Os(As) nossos(as) alunos(as) jovens e adultos negros(as) que voltam para a escola para obter conhecimento e seus diplomas podem se deparar com sujeitos semelhantes fazedores de saberes que farão sentido à vida deles, valorizando seus lugares de pertencimento, suas culturas e costumes.

Se faz necessário estimular o uso pedagógico dos saberes do povo negro construídos para trazer luz e escurecer novas temáticas e discussões sobre racismo, discriminação racial, desigualdade racial, educação antirracista. O jogo, como produto que veio através dessa pesquisa, será uma ferramenta que poderá ser adotada por educandos, bibliotecários, educadores como resposta a mudanças que se fazem necessárias nas práticas do ensino da cultura e literatura negras dentro das salas de aula.

Tanto o saber popular quanto o intelectual, esse último por estar no bojo da formação dos saberes onde o negres intelectuais ainda não tem o alcance que um intelectual branco tem, como ser sempre referenciado em seus conhecimentos, bibliograficamente e até mesmo em suas publicações, onde esses escritores tem uma melhor aceitação no mercado editorial. Mas como sempre estamos atentos as nossas próprias demandas, começam a surgir para atender esse nicho de mercado, editoras temáticas que publicavam e lançavam escritores negros(as) e suas produções. Assim começamos a sair do epistemicídio, que é a “abordagem da tentativa de apagamento dos saberes dos povos colonizados”, conceito do nosso sociólogo Boa Ventura de Souza Santos (1940). A necessidade de produzir e lançar escritores negres vem do desejo de

ampliar os saberes populares e intelectuais para que sejam utilizados, afirmando nossas expertises e disponibilizando para uso as ferramentas necessárias para descolonização dos saberes, que precisa andar na contramão do que está aí, sendo ainda praticado e disseminado nas escolas. Na Educação de jovens e adultos (EJA), ainda é urgente essa atualização e inserção de novas ferramentas educacionais que potencializam a vivência desses sujeitos e lhes apresente seus pares em várias áreas do conhecimento.

6 O JOGO DIDÁTICO “AFROMEMÓRIA”

No jogo Afro Memória, tanto o físico como o virtual, temos obras diversas, que atendem várias faixas etárias, abaixo trago as personagens que são juntamente com suas obras, peças do Jogo Afro Memória, intelectuais negres da literatura que compõem o jogo. Esses intelectuais e suas obras contemplam literaturas que abordam histórias de personagens negras, das temáticas negras dentro da história como também dentro da religiosidade, bastante atacada pelo racismo e preconceito, que é o preconceito propriamente dito, conforme apresentamos a seguir.

A necessidade de disponibilizar obras negras antirracistas, visando a quebra da história única que Chimamanda Adichie (2019), pontua em sua aula/discurso e a importância de colocarmos em evidência a literatura negra é uma forma de contribuir para um currículo descolonizado e emancipatório.

Por que estamos nos deparando na academia, com educadores pensando numa educação antirracista, cômicos da importância dessa temática necessária, diante da pseudo atual conscientização que tomou conta da nossa sociedade, nos conforta acharmos ferramentas que fundamentem esse pensar. Consideremos que, tanto para o bem quanto para o mal, hoje diante do mundo midiático no qual estamos cada vez mais inseridos e a máquina aceita e publica tudo, estamos diante de uma enxurrada de opiniões, sugestões, posturas culturais ou não da forma de como o povo brasileiro, principalmente a mulher ou homem branco, vêem o negro dentro no nosso país.

Falar, defender, pesquisar, escrever sobre nossas temáticas, tem sido algo pontual, apesar que não tanto quanto a prática, que também merece e precisa ser aplicada. Estamos pesquisando, escurecendo nossos temas, questões, demandas, entendendo o racismo, suas estruturas e artimanhas. É gratificante dizer, que nós, principalmente os intelectuais negres, nos debruçamos nas nossas temáticas de forma contundente. Entendendo que temos base, vivência e muita produção qualificada, que é um material de excelente

qualidade saído das pesquisas e de obras escritas e pensadas por nós. Isso nos conforta e queremos expandir esse pertencimento, esse orgulho negro, com trabalhos potentes e recentes. Para isso, apresento a vocês o elenco de intelectuais negres que fazem parte dos produtos dessa dissertação, pois o jogo tem duas versões, uma física, com 15 autores cartunizada e plastificada para o manuseio e outra virtual que conta com 24 autores e alguns deles estão com duas obras em suas peças, importante conhecermos esse elenco que forma essa ferramenta importante para fomentar a leitura e dar a conhecer nossos intelectuais, com vocês as peças do jogo Afro Memória:

Carol Fernandes, que abre esse elenco é mineira de Belo Horizonte, pedagoga e trabalha como autora, ilustradora e artista visual com várias obras publicadas, dentre elas *Fevereiro*, um zine *Mulheres que guardo em mim*, *Se eu fosse uma casa*, *Cosmonauta* dentre outros. O livro escolhido da autora para fazer parte das duas versões do jogo, vem exemplificar com essa obra escrita e ilustrada pela mesma, *Coração do Mar*, da Editora Crivinho, a ligação de uma menina preta com o mar e a entidade que representa esse elemento da natureza que é Iemanjá.

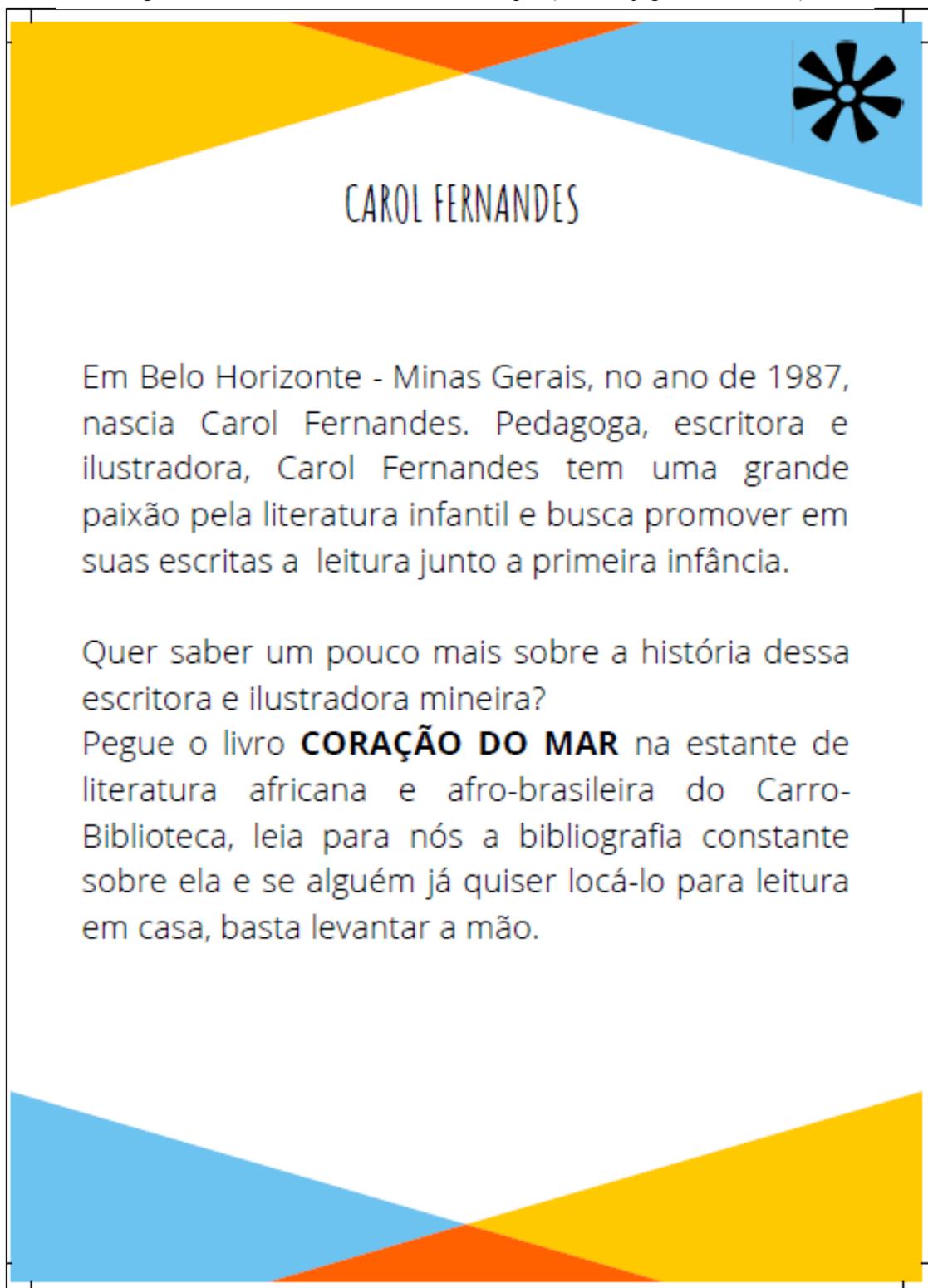
O símbolo Adinkra: Ananse Ntontam das cartas 1, 2 e 3 significa teia de aranha e sua descrição e sabedoria, criatividade.

Figura 1 – Carol Fernandes (carta do jogo Afromemória)



Fonte: Jogo Afromemória.

Figura 2 – Carol Fernandes - miníbio e sinopse (carta do jogo Afromemória)



Fonte: Jogo Afromemória.

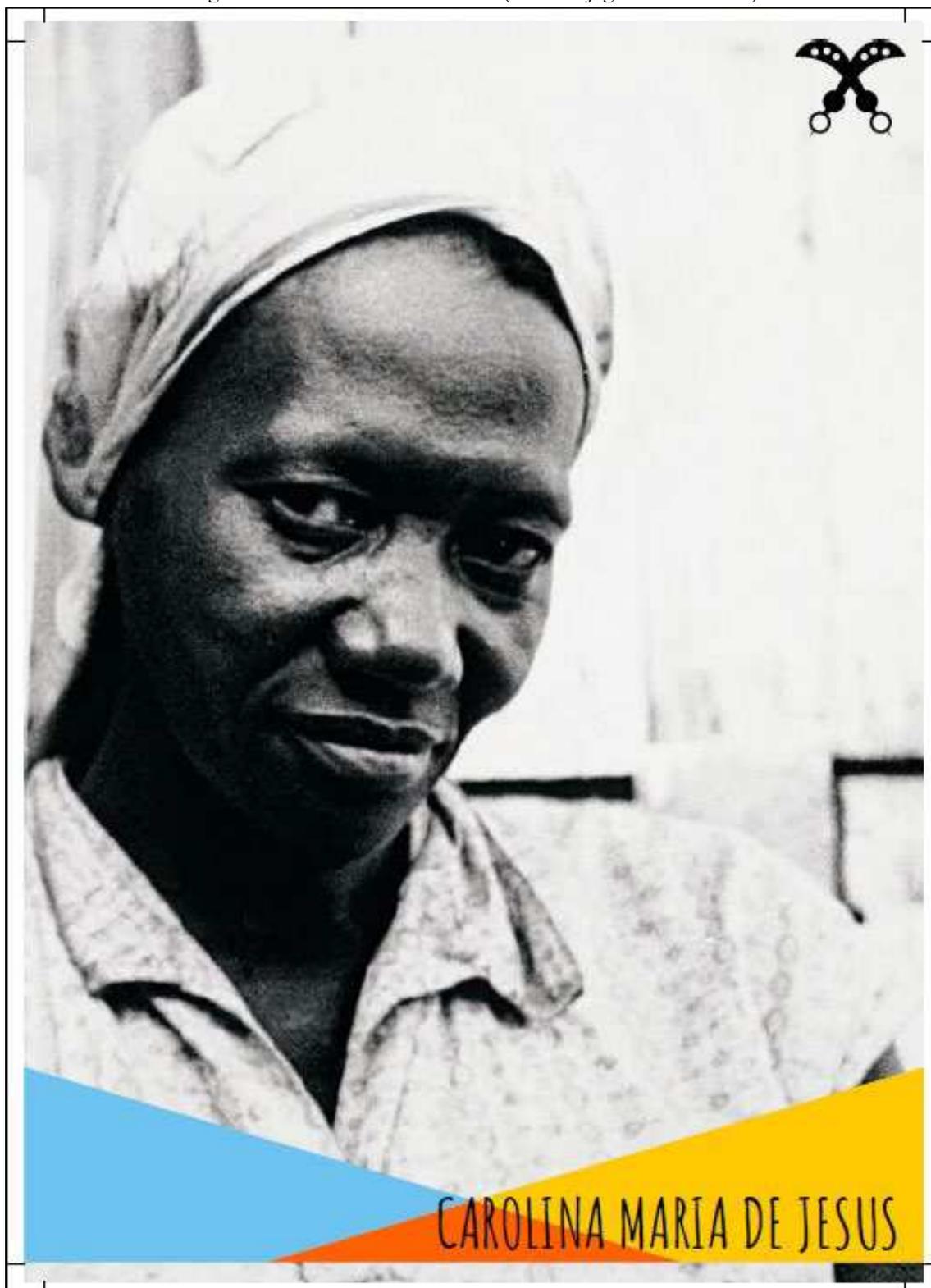
Figura 3 – Capa do livro *Coração do mar* (carta do jogo Afromemória)

Fonte: Jogo Afromemória.

Carolina Maria de Jesus, foi uma escritora, compositora e poetisa brasileira, mais conhecida por seu primeiro livro, *Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada*, uma das peças nas duas versões do jogo, publicado em 1960. E foi uma das primeiras escritoras negras do Brasil e é considerada uma das mais importantes. Nesse livro que é peça do jogo ela relata a escrevivência, de Conceição Evaristo, quando conta e relata seu cotidiano triste e cruel de uma mulher preta que sobrevive como catadora de papel e faz de tudo para driblar a fome e criar seus filhos em uma das comunidades periféricas da grande São Paulo.

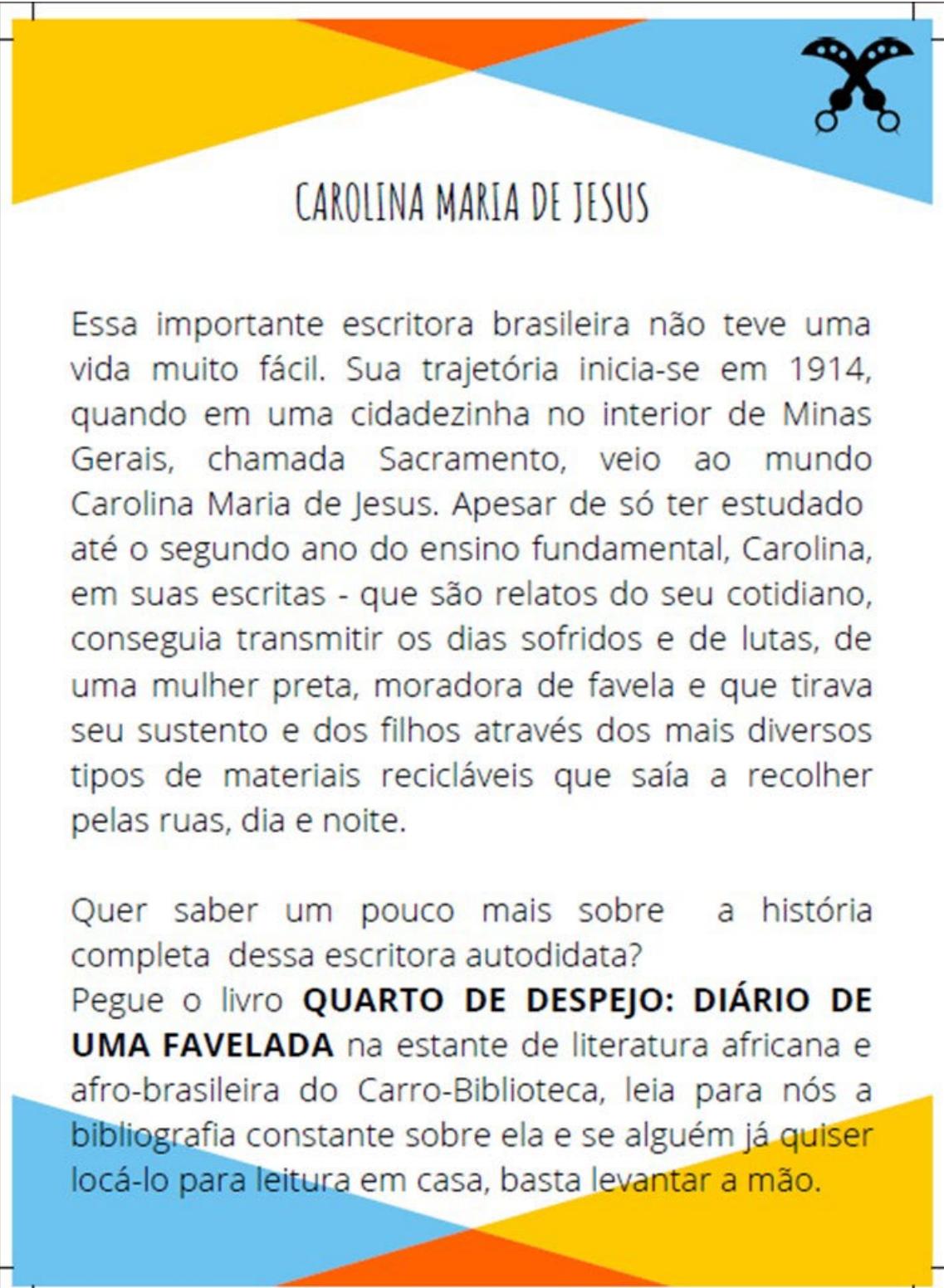
O símbolo Adinkra: Akrofena, das figuras 4, 5 e 6 significa espada de guerra e sua descrição coragem, valor.

Figura 4 – Carolina Maria de Jesus (carta do jogo Afromemória)



Fonte: Jogo Afromemória.

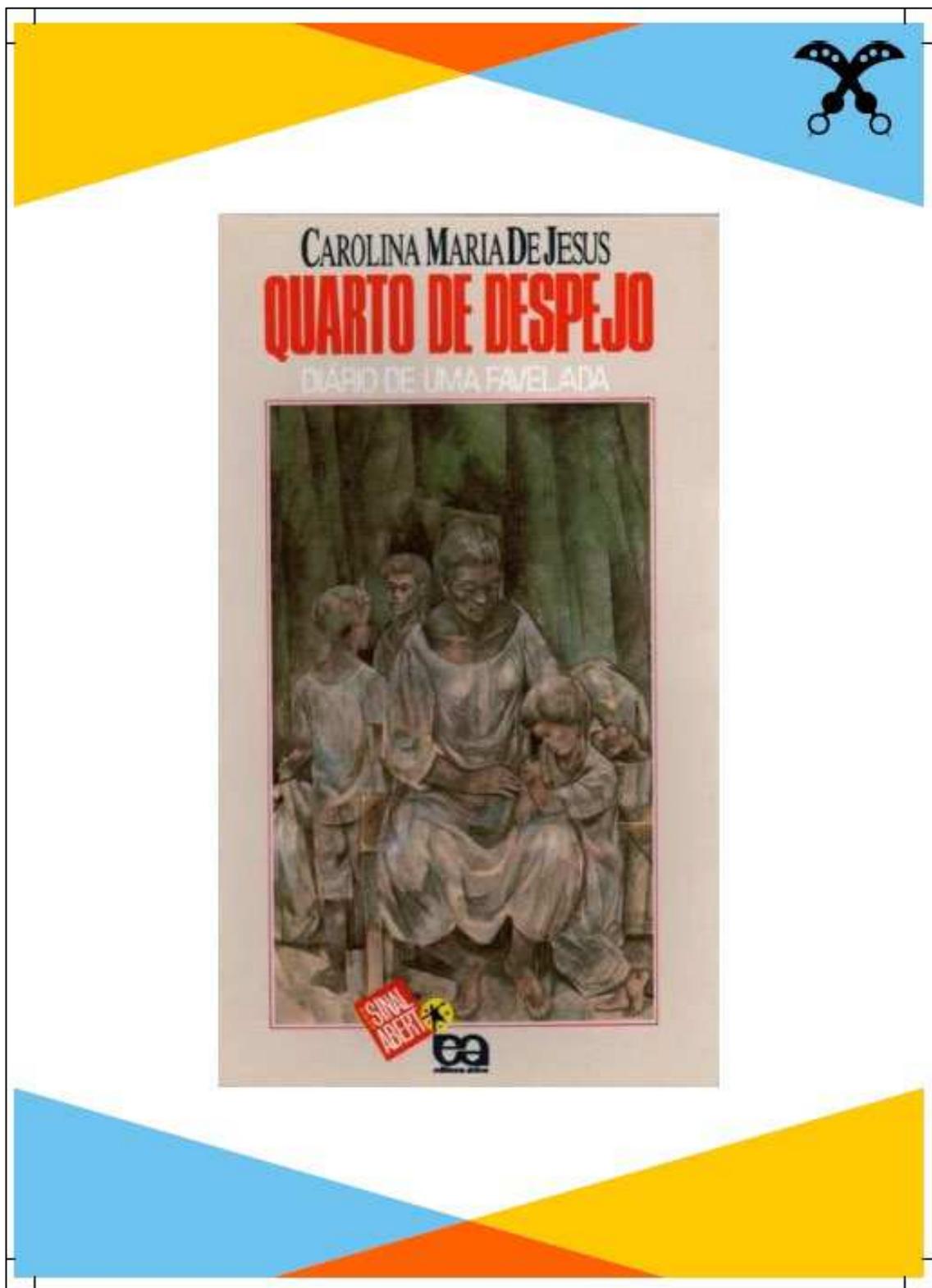
Figura 5 – Carolina Maria de Jesus - miníbio e sinopse (carta do jogo Afromemória)



CAROLINA MARIA DE JESUS

Essa importante escritora brasileira não teve uma vida muito fácil. Sua trajetória inicia-se em 1914, quando em uma cidadezinha no interior de Minas Gerais, chamada Sacramento, veio ao mundo Carolina Maria de Jesus. Apesar de só ter estudado até o segundo ano do ensino fundamental, Carolina, em suas escritas - que são relatos do seu cotidiano, conseguia transmitir os dias sofridos e de lutas, de uma mulher preta, moradora de favela e que tirava seu sustento e dos filhos através dos mais diversos tipos de materiais recicláveis que saía a recolher pelas ruas, dia e noite.

Quer saber um pouco mais sobre a história completa dessa escritora autodidata?
Pegue o livro **QUARTO DE DESPEJO: DIÁRIO DE UMA FAVELADA** na estante de literatura africana e afro-brasileira do Carro-Biblioteca, leia para nós a bibliografia constante sobre ela e se alguém já quiser locá-lo para leitura em casa, basta levantar a mão.

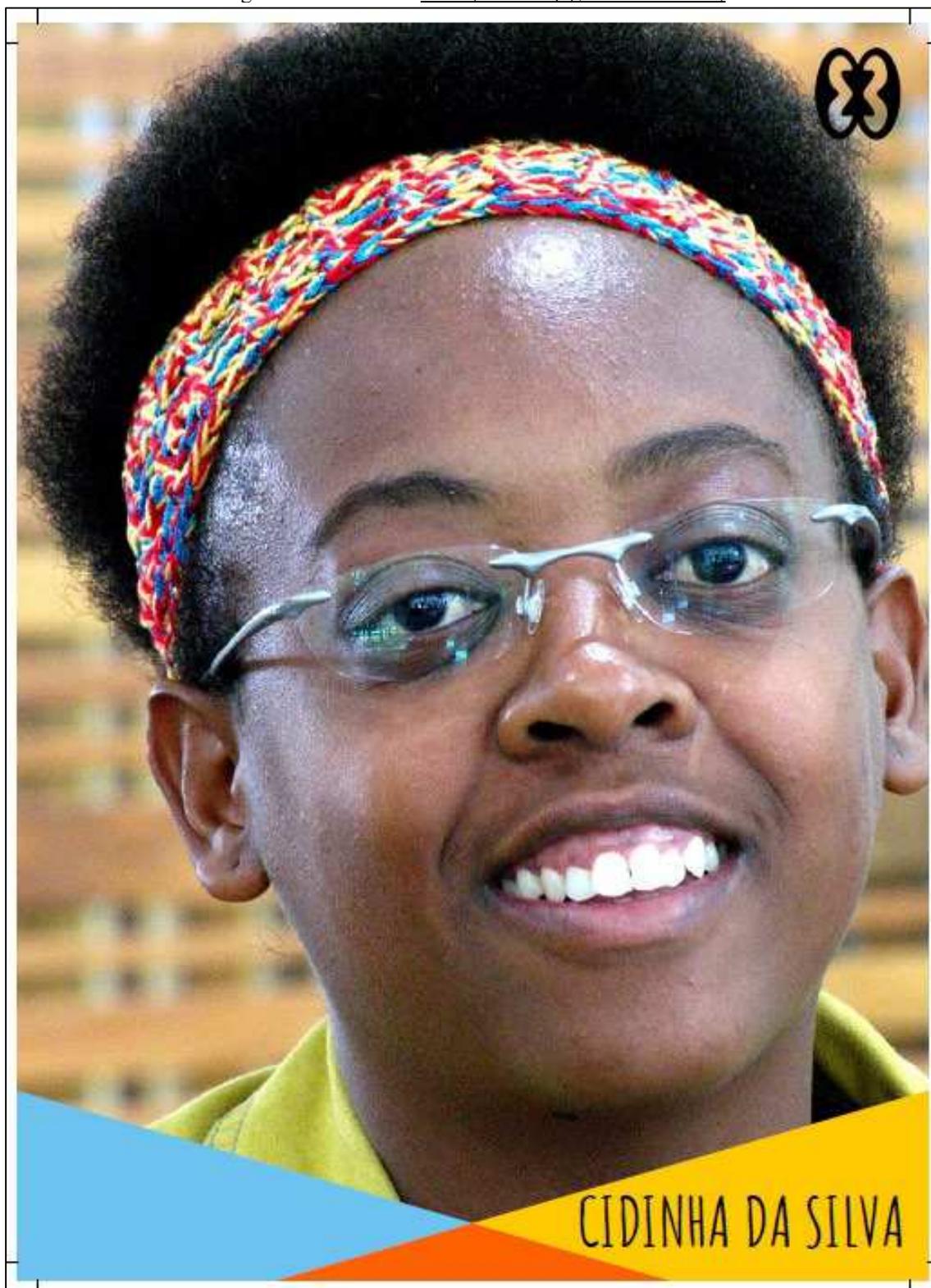
Figura 6 – Capa do livro *Quarto de despejo* (carta do jogo Afromemória)

Fonte: Jogo Afromemória.

Cidinha da Silva, nascida em Belo Horizonte graduada em História é uma escritora com 17 publicações, que presidiu o Geledés - Instituto da Mulher Negra e fundou o Kuanza Produções, e defende ações na educação, ações afirmativas e articulação comunitária para a população negra. Seu livro *Os Nove pentes d'África*, ilustrado por Iléa Ferraz e publicado pela editora Mazza Edições, presente nas duas versões do jogo, nos presentearia com várias referências familiares, pontuando a importância de se valorizar as memórias, um dos livros mais lindos que resgata tradição e conhecimento.

O símbolo Adinkra: Nkonsonkonso, das cartas 7, 8 e 9 significa elos de corrente e sua descrição união e relações humanas.

Figura 7 – Cidinha da Silva (carta do jogo Afromemória)



Fonte: Jogo Afromemória.

Figura 8 – Cidinha da Silva - miníbio e sinopse (carta do jogo Afromemória)



CIDINHA DA SILVA

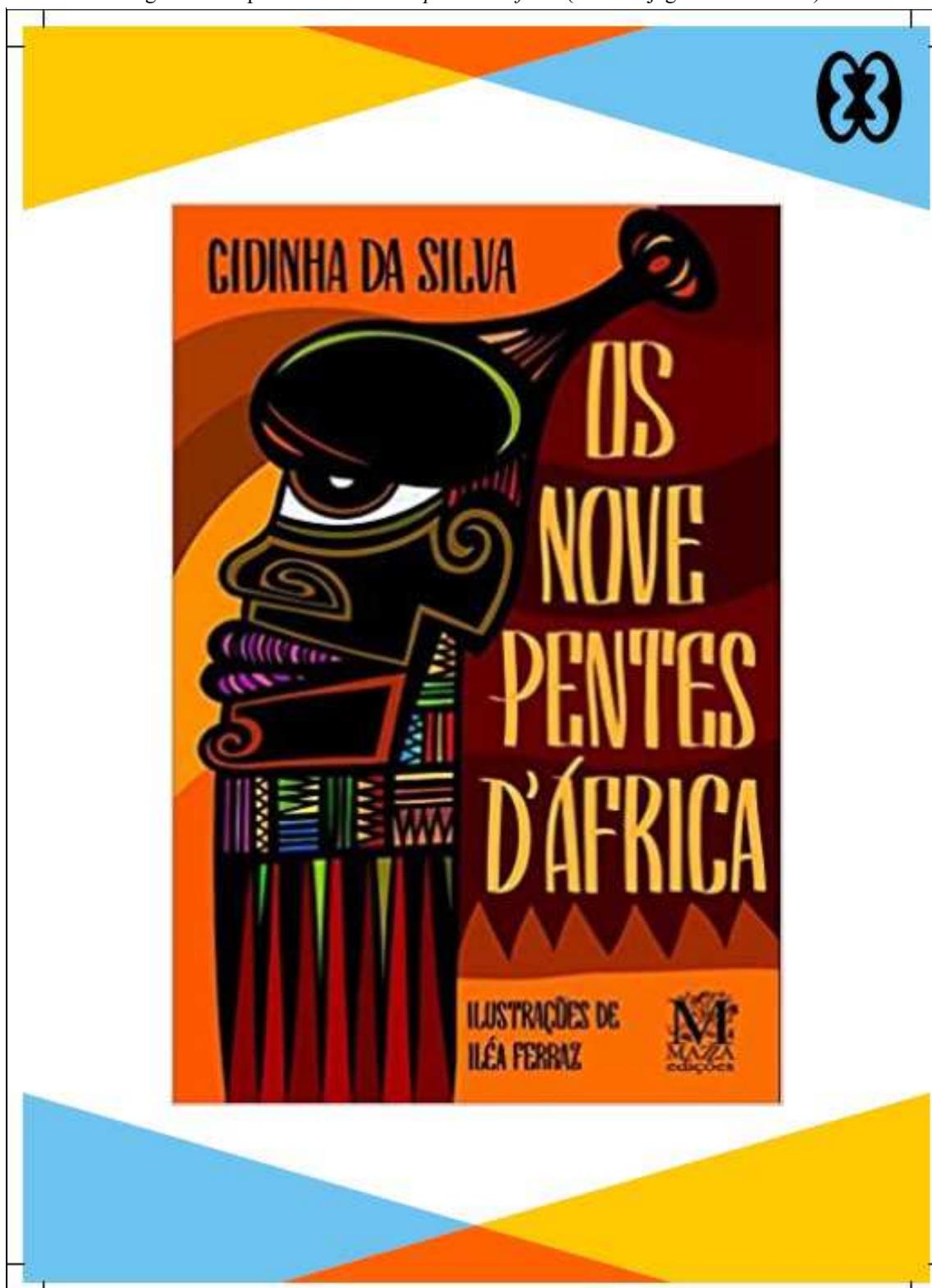
Nascia no ano de 1967, na cidade de Belo Horizonte - Minas Gerais, Cidinha da Silva. Escritora e editora na Kuanza Produções, Cidinha da Silva traz em suas obras temas como a africanidades, orixáldades, ancestralidades e os diálogos entre tradições africanas, afro-brasileiras, afro-diaspóricas e afro-indígenas relacionados com a contemporaneidade.

Quer saber um pouco mais sobre a história dessa grande escritora que traz a africanidade em suas obras?

Pegue o livro **OS NOVE PENTES D`ÁFRICA** na estante de literatura africana e afro-brasileira do Carro-Biblioteca, leia para nós a bibliografia constante sobre ela e se alguém já quiser locá-lo para leitura em casa, basta levantar a mão.



Fonte: Jogo Afromemória.

Figura 9 – Capa do livro *Os nove pentes d'África* (carta do jogo Afromemória)

Fonte: Jogo Afromemória.

Dayse Cabral de Moura nascida em Recife, pedagoga vem com seu primeiro livro *Oranyam e a grande pescaria*, publicado pela Mazza Edições e ilustrado por Zeka Cintra, que está no jogo em suas duas versões, fala de Óyó, que na língua Yorubá, é um antigo império da África Ocidental onde hoje é o sudoeste da Nigéria e sudeste do Benim, colocando também o Rio Níger, o rio mais longo da África que com seu personagem generoso Oranyam e seus amigos fala de afeto, partilha, resgate e fortalecimento de ensinamentos de um povo, através das histórias contadas por seu avô aos pés do Baobá, árvore sagrada para os povos africanos. Esse livro que é peça do nosso jogo, vem recheado de ensinamentos e valores das culturas africanas e afro-brasileiras.

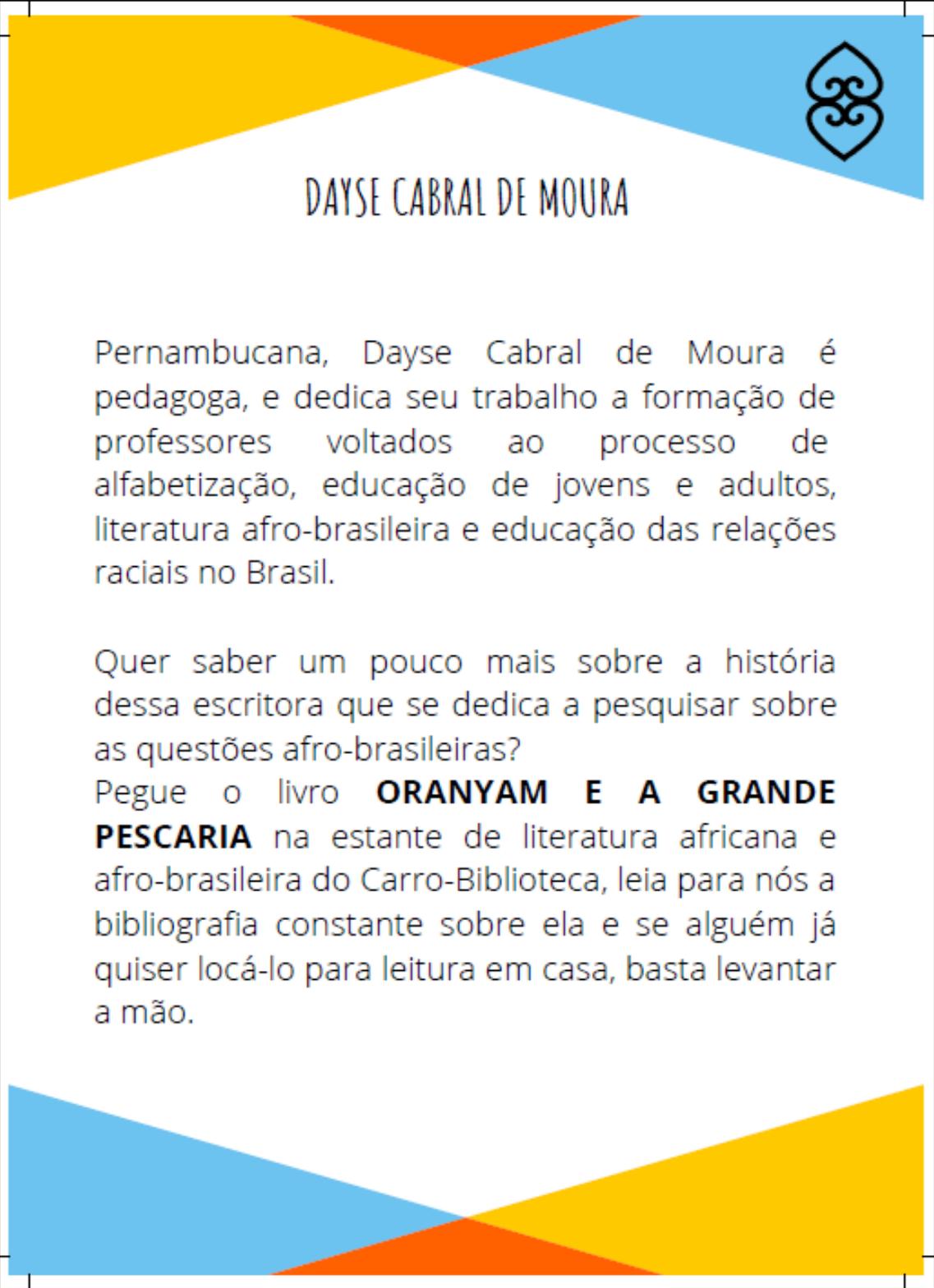
O símbolo Adinkra: Asase Ye Duru, das cartas 10, 11 e 12 significa a terra tem peso e sua descrição Divindade da mãe Terra.

Figura 10 – Dayse Cabral de Moura (carta do jogo Afromemória)



Fonte: Jogo Afromemória.

Figura 11 – Dayse Cabral de Moura – minibio e sinopse (carta do jogo Afromemória)

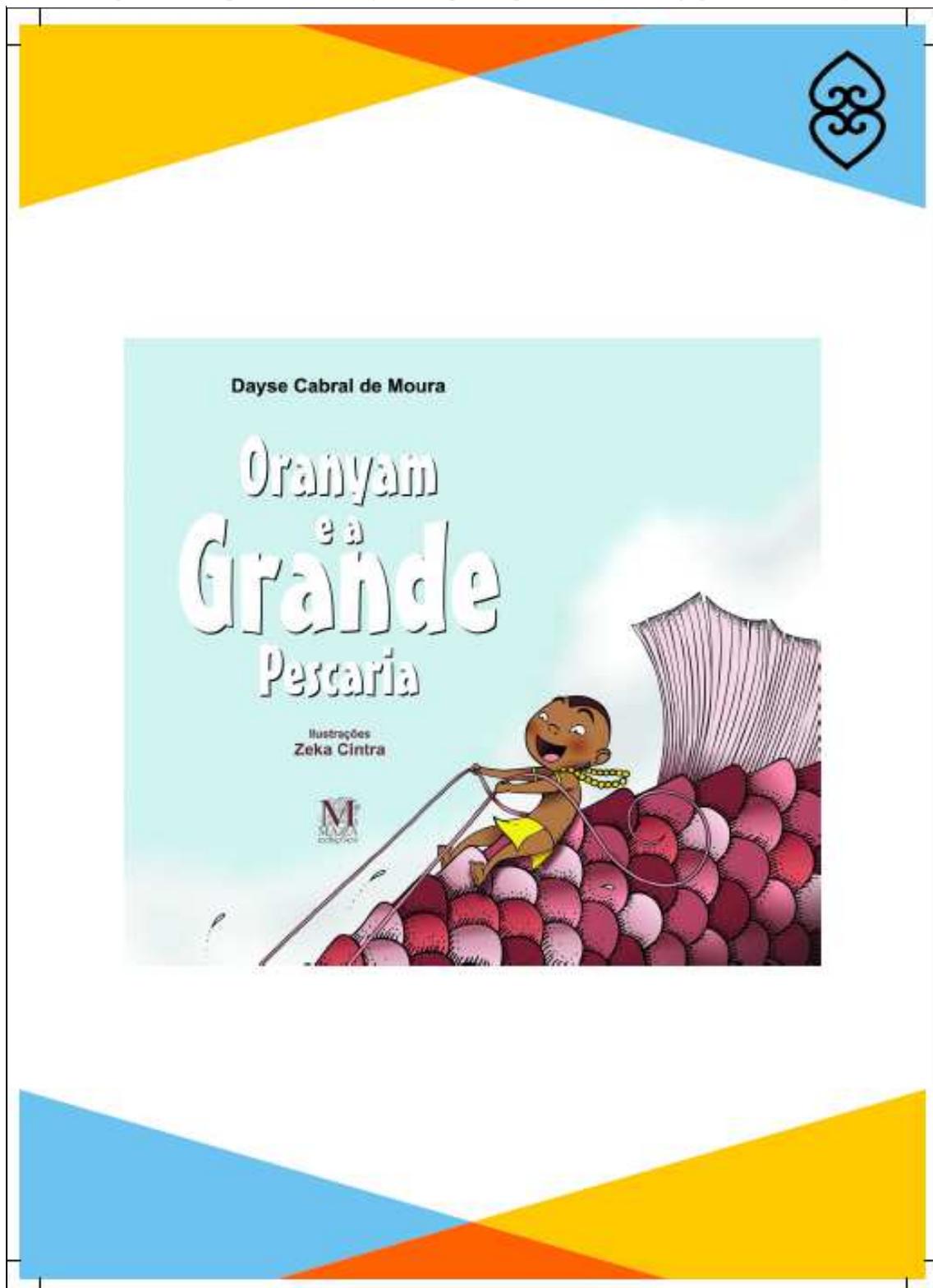


DAYSE CABRAL DE MOURA

Pernambucana, Dayse Cabral de Moura é pedagoga, e dedica seu trabalho a formação de professores voltados ao processo de alfabetização, educação de jovens e adultos, literatura afro-brasileira e educação das relações raciais no Brasil.

Quer saber um pouco mais sobre a história dessa escritora que se dedica a pesquisar sobre as questões afro-brasileiras?

Pegue o livro **ORANYAM E A GRANDE PESCARIA** na estante de literatura africana e afro-brasileira do Carro-Biblioteca, leia para nós a bibliografia constante sobre ela e se alguém já quiser locá-lo para leitura em casa, basta levantar a mão.

Figura 12 – Capa do livro *Oranyam e a grande pescaria* (carta do jogo Afromemória)

Fonte: Jogo Afromemória.

Edimilson de Almeida Pereira, mineiro de Juiz de Fora é poeta, ficcionista, ensaísta, professor e pesquisador da cultura e da religiosidade afro-brasileiras tem dezenas de livros e artigos publicados dentre eles este conto sensível *Os comedores de palavras*, escrito por ele e Rosa Margarida de Carvalho Rocha, com ilustração de Rubem Filho e publicado pela Mazza edições. O autor e essa obra participam das duas versões do jogo. Esse conto, fala da prática de se contar histórias entre os povos africanos, recurso pelo qual são passadas as tradições dos antepassados, de geração a geração.

O símbolo Adinkra: Wawa aba, das cartas 13, 14 e 15 significa semente da árvore e sua descrição durabilidade, perseverança.

Figura 13 – Edimilson de Almeida Pereira (carta do jogo Afromemória)



Fonte: Jogo Afromemória.

Figura 14 – Edmilson de Almeida Pereira - minibio e sinopse (carta do jogo Afromemória)



EDMILSON DE ALMEIDA PEREIRA

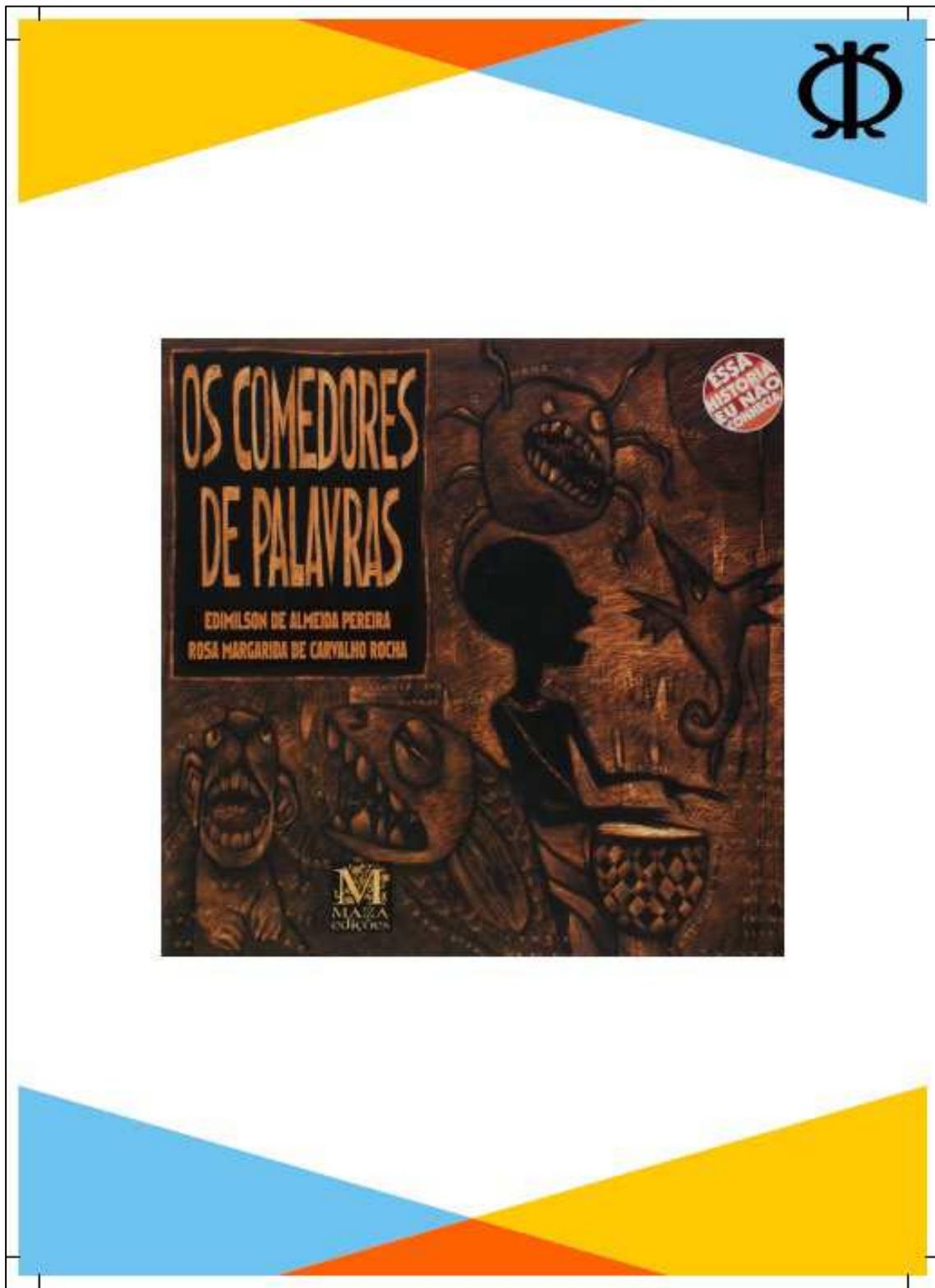
Nasceu no ano de 1963, na cidade de Juiz de Fora - Minas Gerais, Edmilson de Almeida Pereira. Poeta, ensaísta, professor e pesquisador da cultura e da religiosidade afro-brasileiras, Edmilson Pereira teve sua estreia na literatura em 1985, aos 22 anos, com o volume de poemas *Dormundo*. O autor mineiro é, indubitavelmente, um dos mais premiados da literatura brasileira.

Quer saber um pouco mais sobre a história desse escritor que fez pesquisas voltadas para a análise e compreensão da diversificada produção cultural oriunda da diáspora africana no Brasil? Pegue o livro **OS COMEDORES DE PALAVRAS** na estante de literatura africana e afro-brasileira do Carro-Biblioteca, leia para nós a bibliografia constante sobre ele e se alguém já quiser locá-lo para leitura em casa, basta levantar a mão.



Fonte: Jogo Afromemória.

Figura 15 – Capa do livro *Os comedores de palavras* (carta do jogo Afromemória)

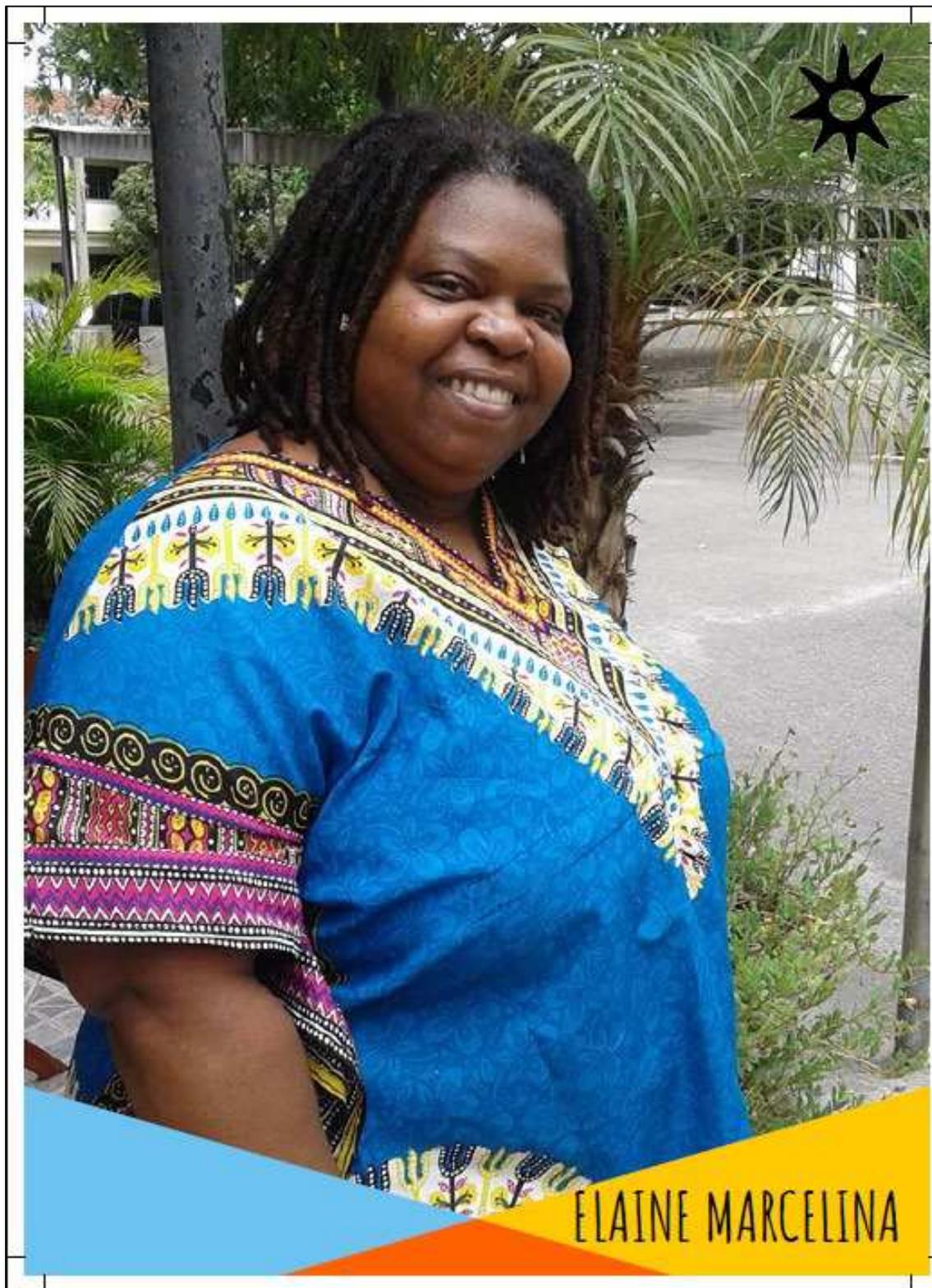


Fonte: Jogo Afromemória.

Elaine Marcelina e *As coisas simples da vida*, estão no jogo físico, a escritora e mestra em História nasceu na cidade do Rio de Janeiro tem 10 livros publicados que dialogam com a diversidade, com o protagonismo das crianças pretas e com sua paixão pela natureza, em especial pelas águas. Elaine ilustrou sua obra com a ilustradora Gleiciane Dias e publicou pela editora Nandyala.

O símbolo Adinkra: Nsoromma, das cartas 16, 17 e 18 significa filhos do céu e sua descrição tutela e amparo divino.

Figura 16 – Elaine Marcelina (carta do jogo Afromemória)



Fonte: Jogo Afromemória.

Figura 17 – Elaine Marcelina - minibió e sinopse (carta do jogo Afromemória)



ELAINE MARCELINA

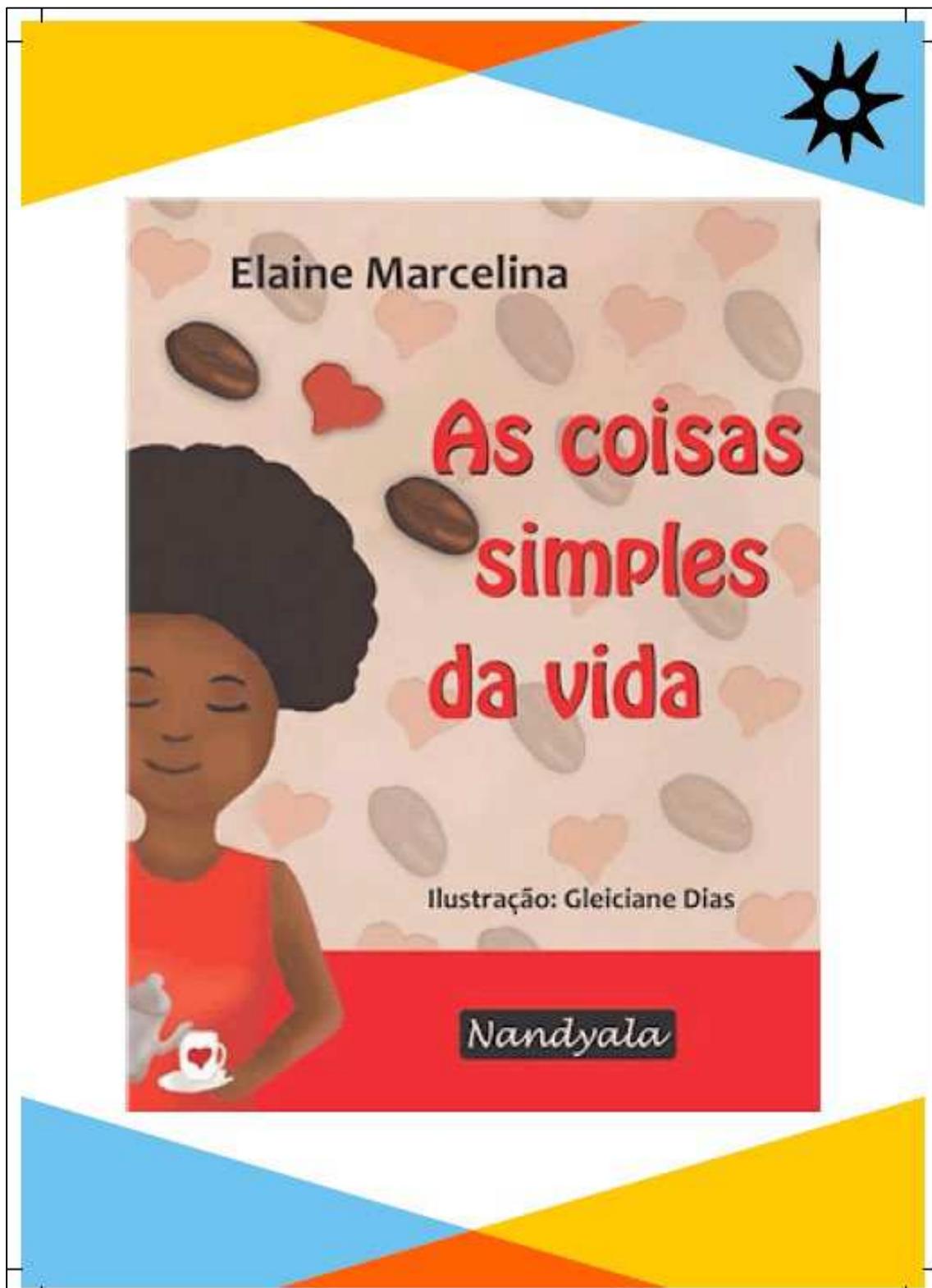
Em 1974, em Vila Aliança - uma comunidade na zona oeste do Rio de Janeiro, nasceu Elaine Cristina Marcelina Gomes. Professora, pesquisadora e historiadora, Elaine Marcelina enfrentou muitas dificuldades em sua vida, principalmente pelo fato que ela queria estudar e sua condição de vida não era muita boa.

Quer saber um pouco mais sobre a história dessa grande mulher que apesar de toda dificuldade, usou isso como uma forma de crescimento e não desistiu dos seus sonhos?

Pegue o livro **AS COISAS SIMPLES DA VIDA** na estante de literatura africana e afro-brasileira do Carro-Biblioteca, leia para nós a bibliografia constante sobre ela e se alguém já quiser locá-lo para leitura em casa, basta levantar a mão.



Fonte: Jogo Afromemória.

Figura 18 – Capa do livro *As coisas simples da vida* (carta do jogo Afromemória)

Fonte: Jogo Afromemória.

Geni Guimarães é poeta, escritora e ativista, nascida no interior de São Paulo e autora de 10 livros de poemas, contos e infantis. Sua obra *A cor da ternura*, ilustrada por Saritah Barboza, tendo sido editada pela FTD, faz parte das duas versões do jogo e nos presenteia com uma autobiografia permeada de preconceito, mas com uma mensagem linda e uma grande lição de humildade, que nos ensina com ternura a sobreviver nesse nosso país racista.

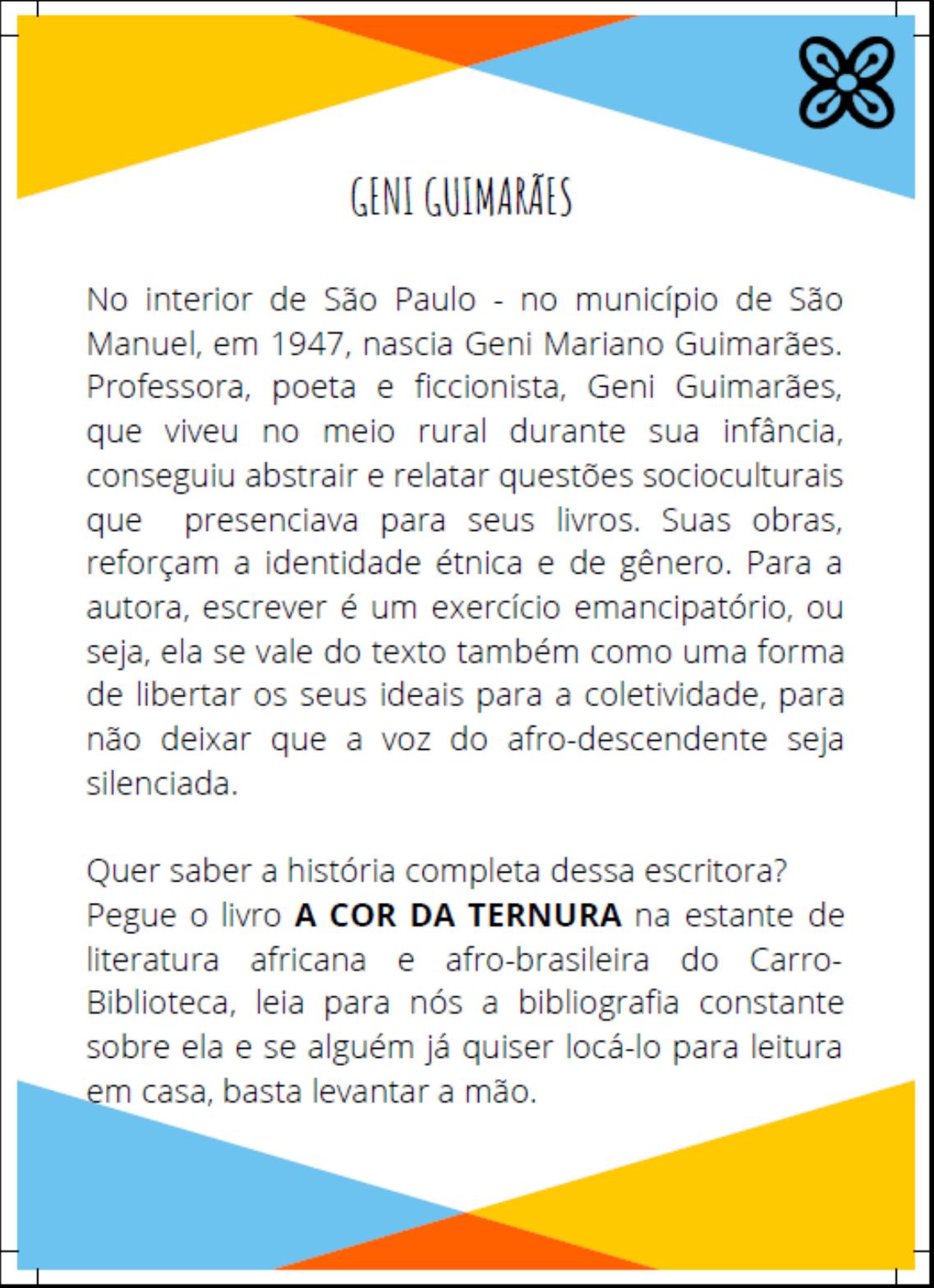
O símbolo Adinkra: Bese Saka, das cartas 19, 20 e 21 significa saco de nozes-de-cola e sua descrição afluência, união.

Figura 19 – Geni Guimarães (carta do jogo Afromemória)



Fonte: Jogo Afromemória.

Figura 20 – Geni Guimarães - minibió e sinopse (carta do jogo Afromemória)

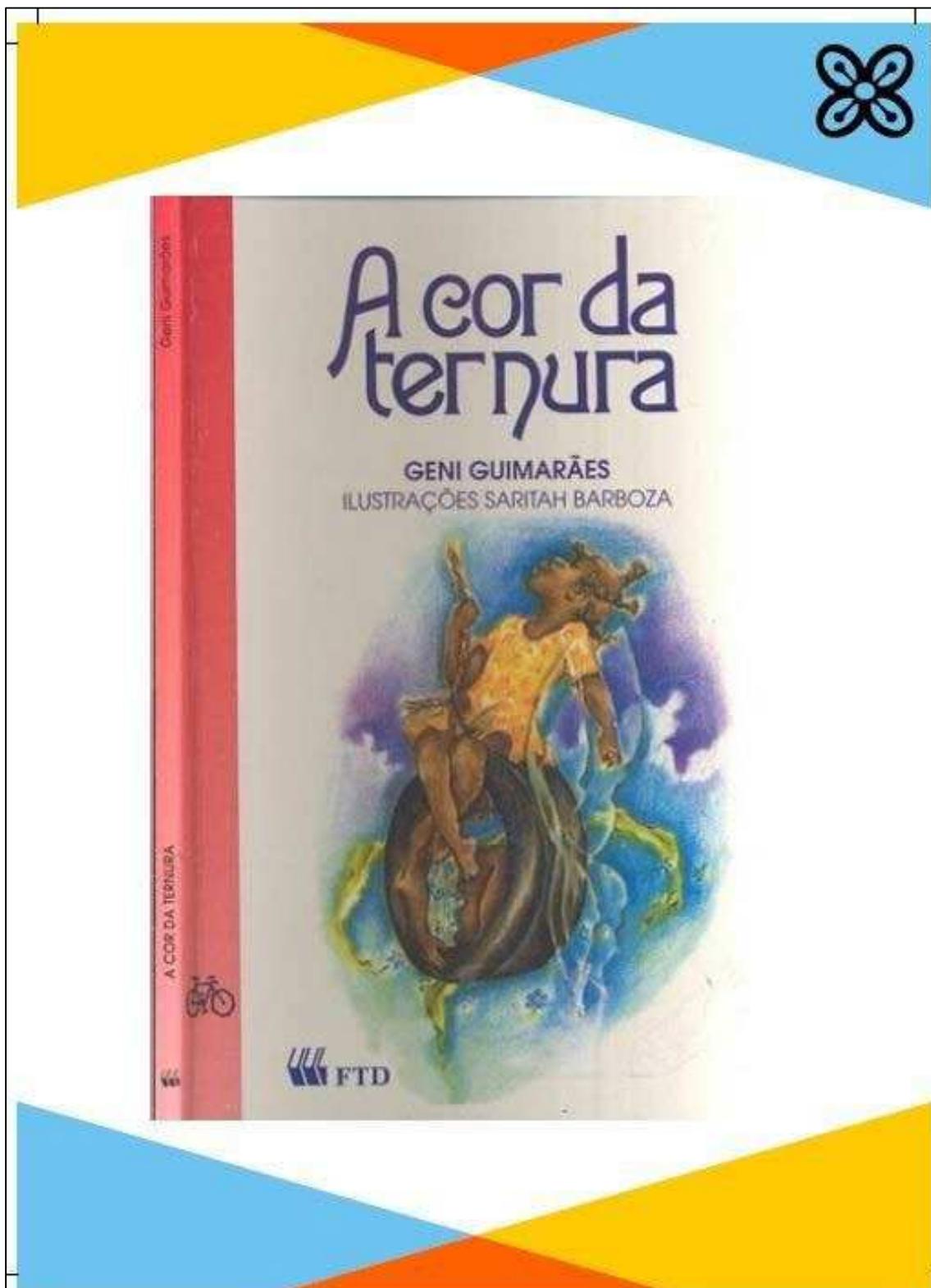


GENI GUIMARÃES

No interior de São Paulo - no município de São Manuel, em 1947, nasce Geni Mariano Guimarães. Professora, poeta e ficcionista, Geni Guimarães, que viveu no meio rural durante sua infância, conseguiu abstrair e relatar questões socioculturais que presenciava para seus livros. Suas obras, reforçam a identidade étnica e de gênero. Para a autora, escrever é um exercício emancipatório, ou seja, ela se vale do texto também como uma forma de libertar os seus ideais para a coletividade, para não deixar que a voz do afro-descendente seja silenciada.

Quer saber a história completa dessa escritora? Pegue o livro **A COR DA TERNURA** na estante de literatura africana e afro-brasileira do Carro-Biblioteca, leia para nós a bibliografia constante sobre ela e se alguém já quiser locá-lo para leitura em casa, basta levantar a mão.

Fonte: Jogo Afromemória.

Figura 21 – Capa do livro *A cor da ternura* (carta do jogo Afromemória)

Fonte: Jogo Afromemória.

Jarid Arraes com suas *Heroínas negras brasileiras em 15 cordéis*, ilustrada por Gabriela Pires e publicada pela editora Pólen faz parte das duas versões do jogo e em suas 128 páginas desta antologia, reúne 70 poetas de idades e regiões diferentes, poetisas negras com suas escritas, um presente, como a autora disse:

Os poemas trazem temas como identidade, linhagem, ancestralidade, sexualidade, cabelo e fenótipo, violência, racismo, equidade, maternidade, amor, paixão...Se tivesse, entretanto, que resumir esta antologia em apenas uma palavra seria força: não aquela romantizada que limita em lugares estanques a potência das mulheres negras, mas a força daquelas mulheres que fazem do verbo as suas armas de guerra e as suas fortalezas (Jarid Arraes, 2021).

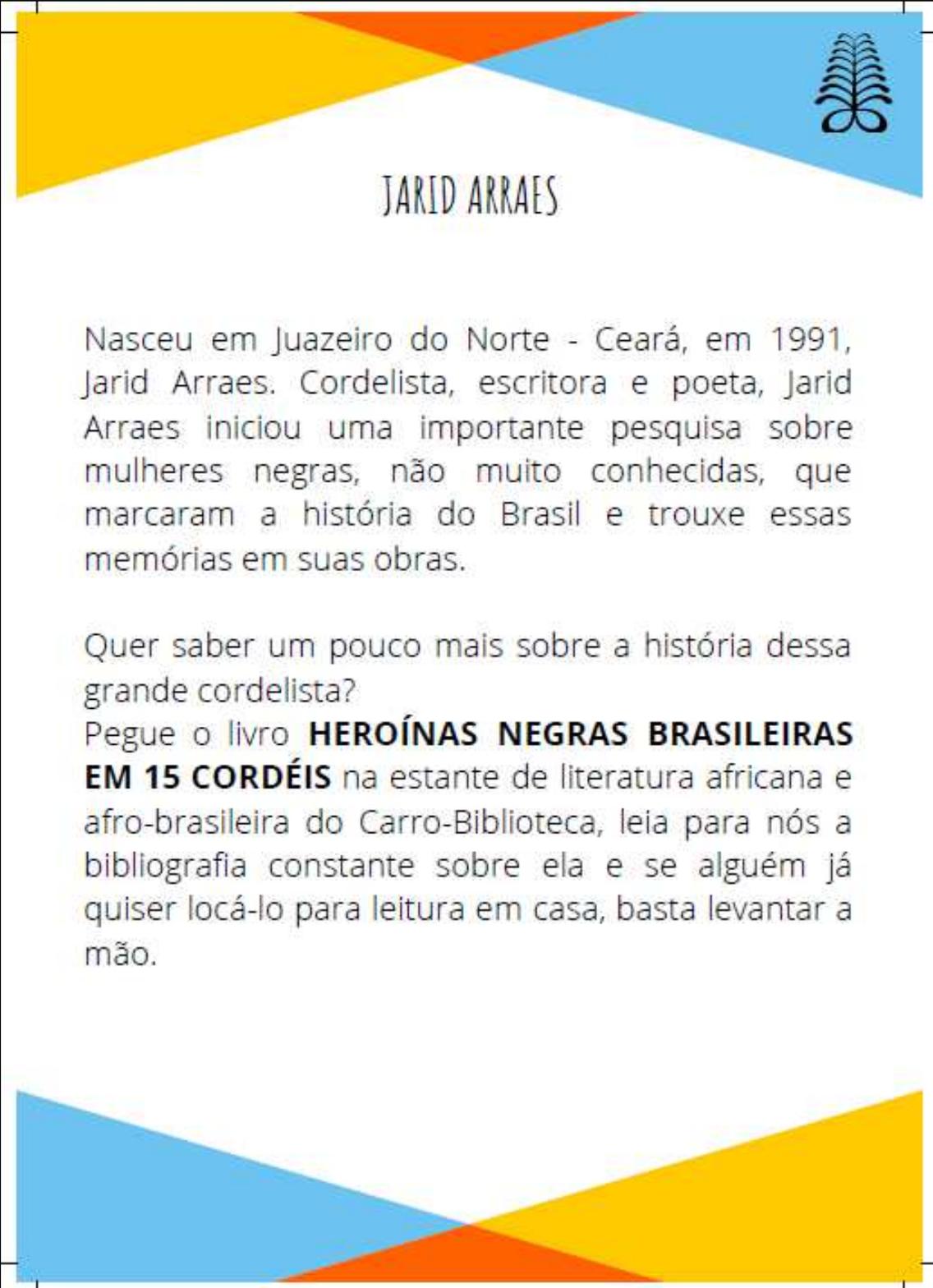
O símbolo Adinkra: Aya, das cartas 22, 23 e 24 significa samambaia e resistência, desenvoltura.

Figura 22 – Jarid Arraes (carta do jogo Afromemória)



Fonte: Jogo Afromemória.

Figura 23 – Jarid Arraes - miníbio e sinopse (carta do jogo Afromemória)

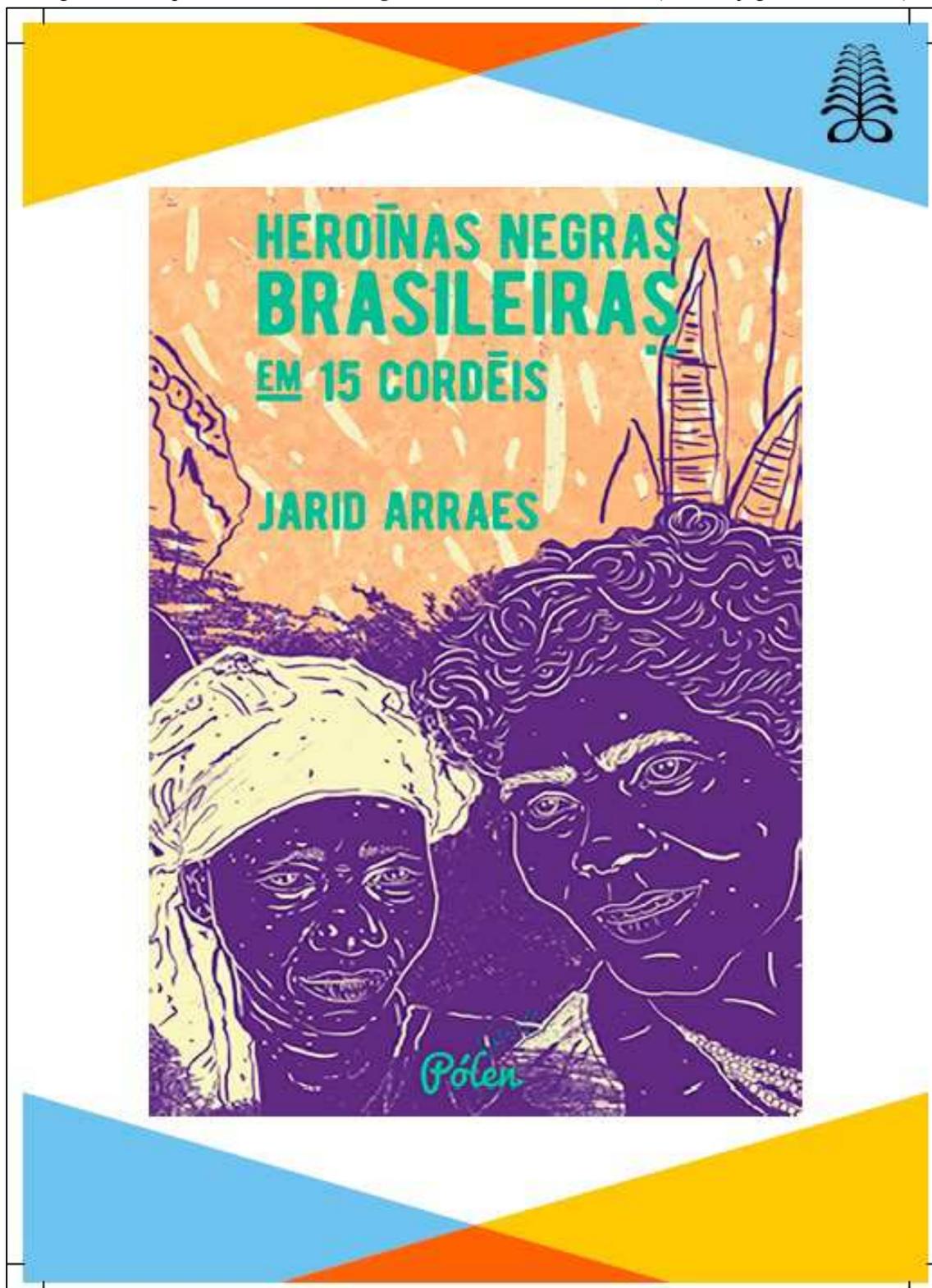


JARID ARRAES

Nasceu em Juazeiro do Norte - Ceará, em 1991, Jarid Arraes. Cordelista, escritora e poeta, Jarid Arraes iniciou uma importante pesquisa sobre mulheres negras, não muito conhecidas, que marcaram a história do Brasil e trouxe essas memórias em suas obras.

Quer saber um pouco mais sobre a história dessa grande cordelista?

Pegue o livro **HEROÍNAS NEGRAS BRASILEIRAS EM 15 CORDÉIS** na estante de literatura africana e afro-brasileira do Carro-Biblioteca, leia para nós a bibliografia constante sobre ela e se alguém já quiser locá-lo para leitura em casa, basta levantar a mão.

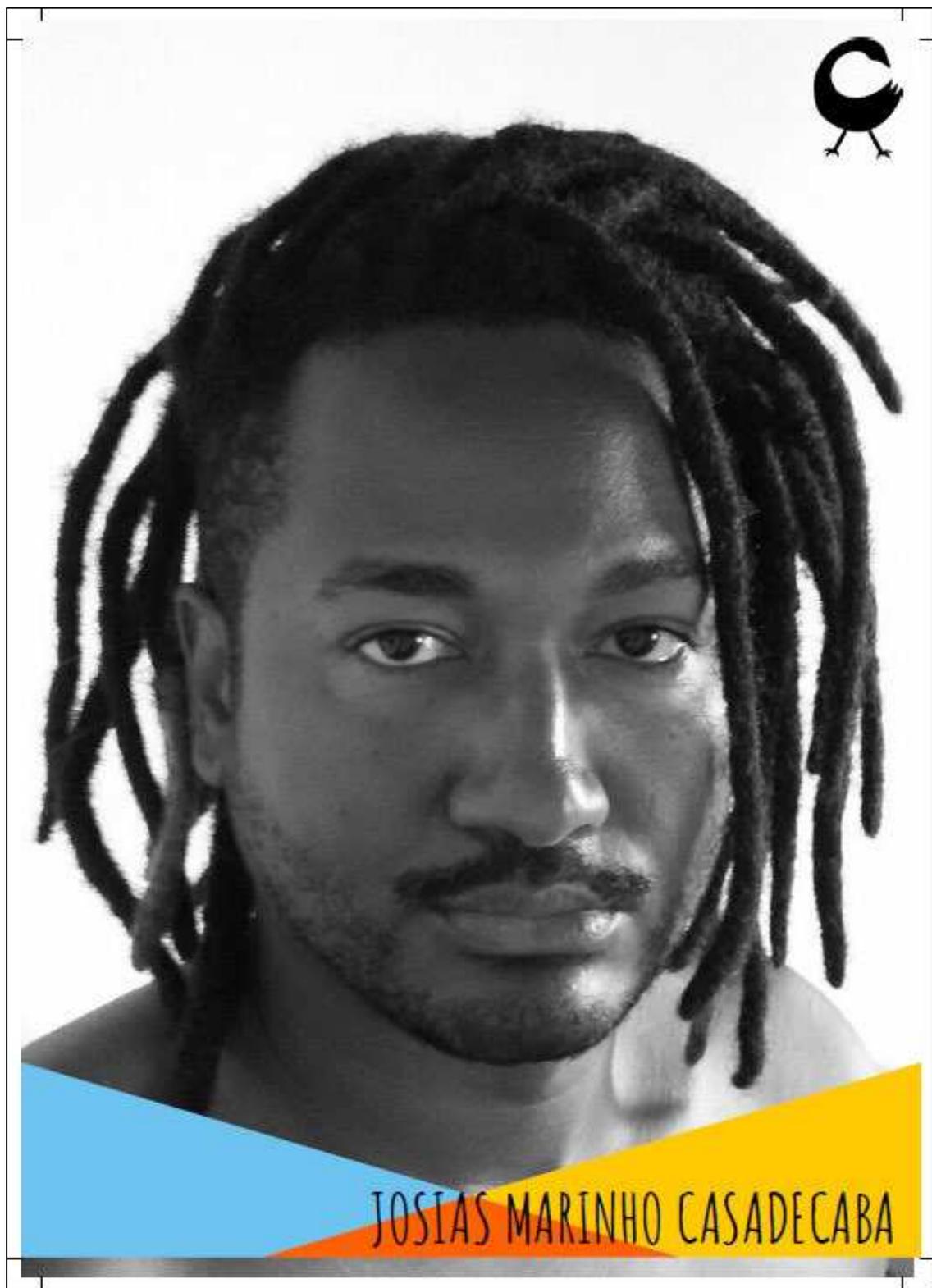
Figura 24 – Capa do livro *Heroínas negras brasileiras em 15 cordéis* (carta do jogo Afromemória)

Fonte: Jogo Afromemória.

Josias Marinho Casadecaba, nascido na cidade de Real Forte Príncipe da Beira, em Rondônia é artista-professor, ilustrador, representado no jogo em suas duas versões, com duas de suas obras. No jogo físico o livro do autor *O príncipe da Beira*, escrito e ilustrado pelo mesmo e editado pela Mazza Edições e no jogo virtual temos o premiado livro *Benedito*, ilustrado pelo mesmo com edição da Caramelo. O artista tem onze publicações, sendo oito como ilustrador e três como autor e ilustrador.

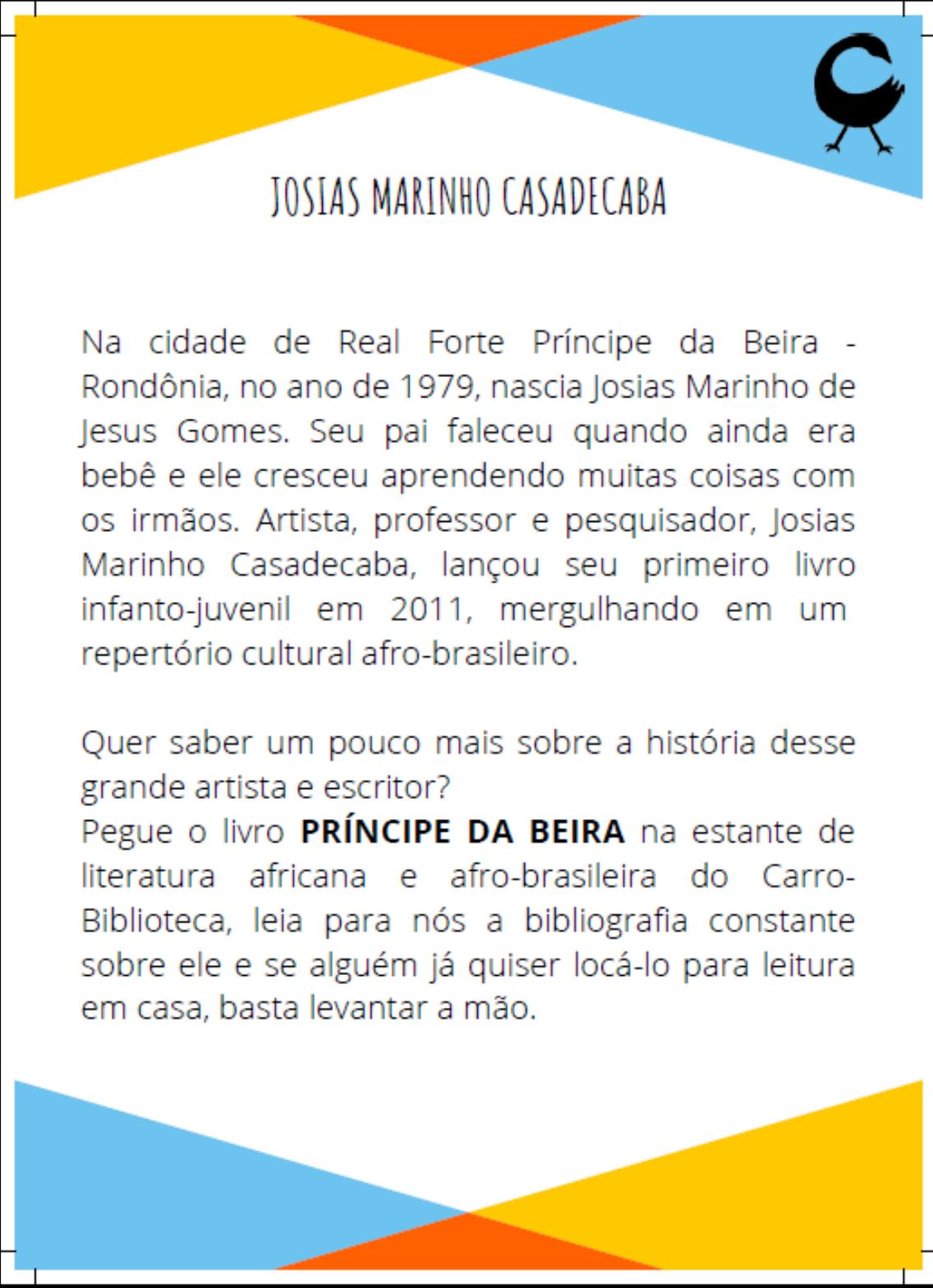
O símbolo Adinkra: Sankofa, das cartas 25, 26 e 27 significa volte e pegue, representando a aprendizagem com o passado.

Figura 25 – Josias Marinho Casadecaba (carta do jogo Afromemória)



Fonte: Jogo Afromemória.

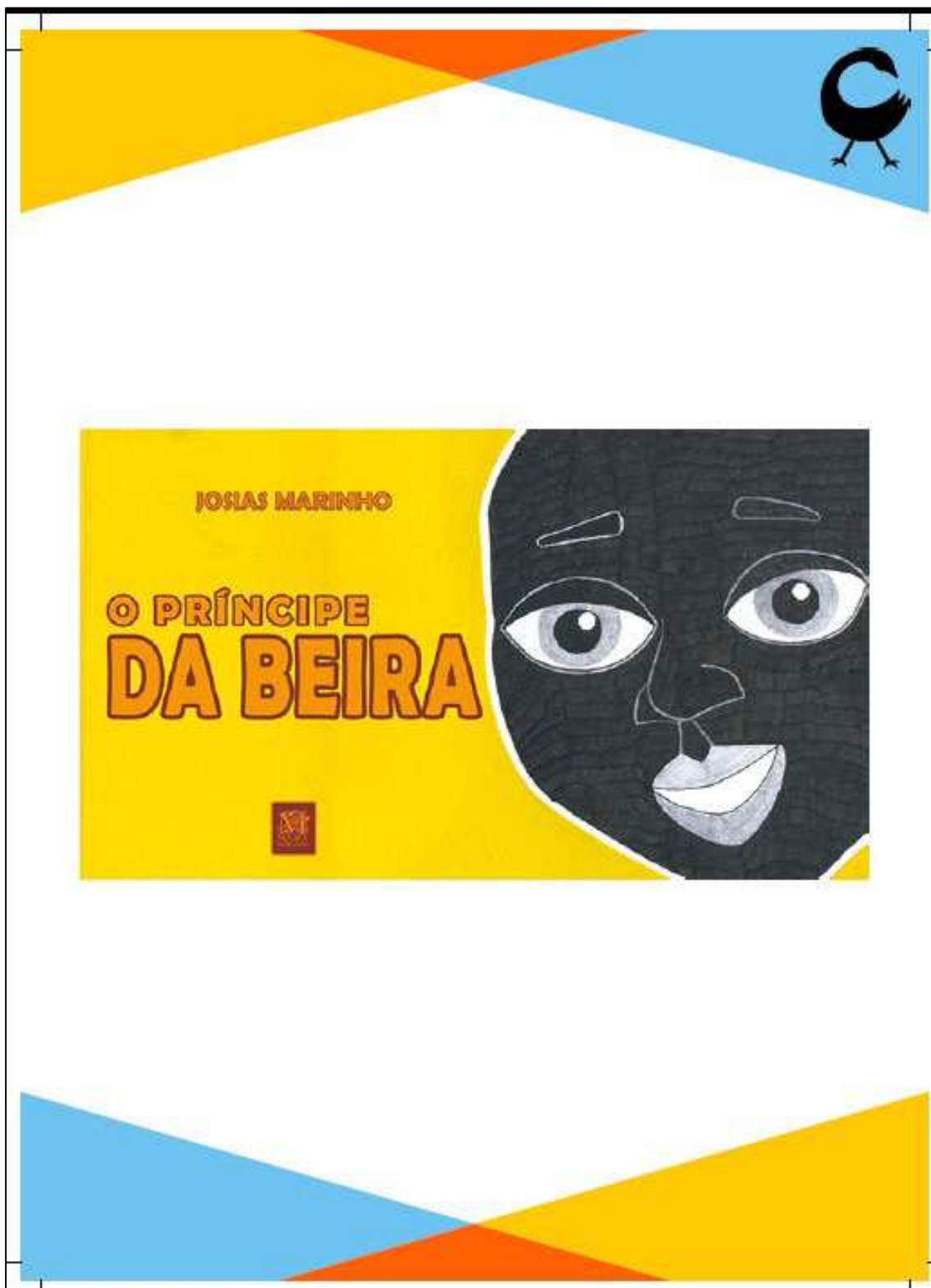
Figura 26 – Josias Marinho Casadecaba - minibio e sinopse (carta do jogo Afromemória)



JOSIAS MARINHO CASADecABA

Na cidade de Real Forte Príncipe da Beira - Rondônia, no ano de 1979, nascia Josias Marinho de Jesus Gomes. Seu pai faleceu quando ainda era bebê e ele cresceu aprendendo muitas coisas com os irmãos. Artista, professor e pesquisador, Josias Marinho Casadecaba, lançou seu primeiro livro infanto-juvenil em 2011, mergulhando em um repertório cultural afro-brasileiro.

Quer saber um pouco mais sobre a história desse grande artista e escritor?
Pegue o livro **PRÍNCIPE DA BEIRA** na estante de literatura africana e afro-brasileira do Carro-Biblioteca, leia para nós a bibliografia constante sobre ele e se alguém já quiser locá-lo para leitura em casa, basta levantar a mão.

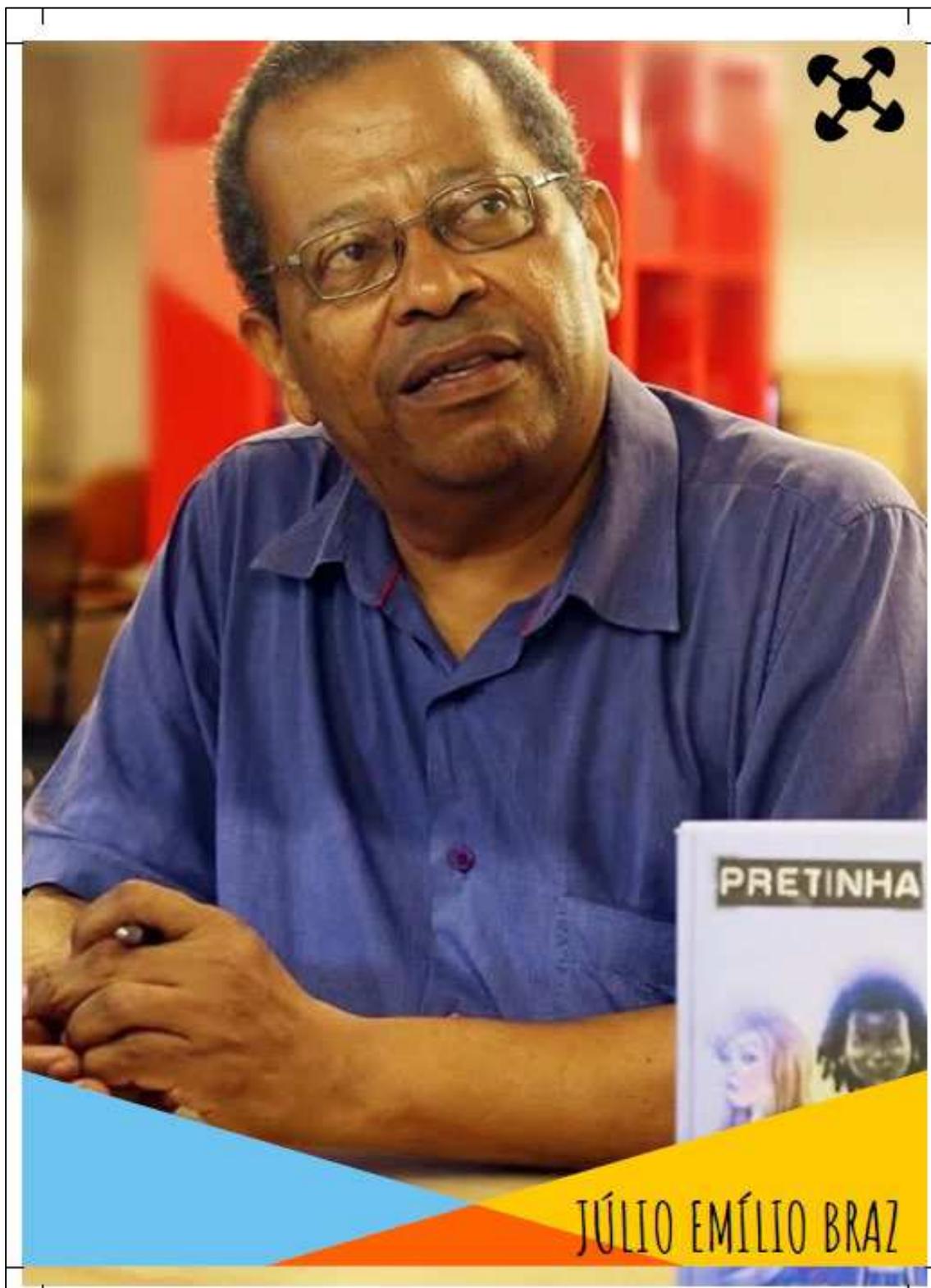
Figura 27 – Capa do livro *O príncipe da beira* (carta do jogo Afromemória)

Fonte: Jogo Afromemória.

Júlio Emílio Bras, mineiro de Manhumirim é ilustrador e escritor de literatura infanto-juvenil, tem mais de 100 obras publicadas e acredita que seus livros contribui para que os jovens tenham direito de saber sobre o país que vive para mudá-lo e aprimorá-lo no que achar preciso. Por isso, grande parte de sua obra fala de problemas sociais relacionados a crianças e jovens e aborda temas como a miséria das ruas, sexualidade, preconceito racial, violência e outros. Seu livro “*Pretinha, eu?*”, cartonado da editora Scipione, faz parte das duas versões do jogo.

O símbolo Adinkra: Akoma Ntoso, das cartas 28, 29 e 30 significa corações unidos, representando a compreensão, a solidariedade e a união.

Figura 28 – Júlio Emílio Braz (carta do jogo Afromemória)



Fonte: Jogo Afromemória.

Figura 29 – Júlio Emílio Braz - miníbio e sinopse (carta do jogo Afromemória)



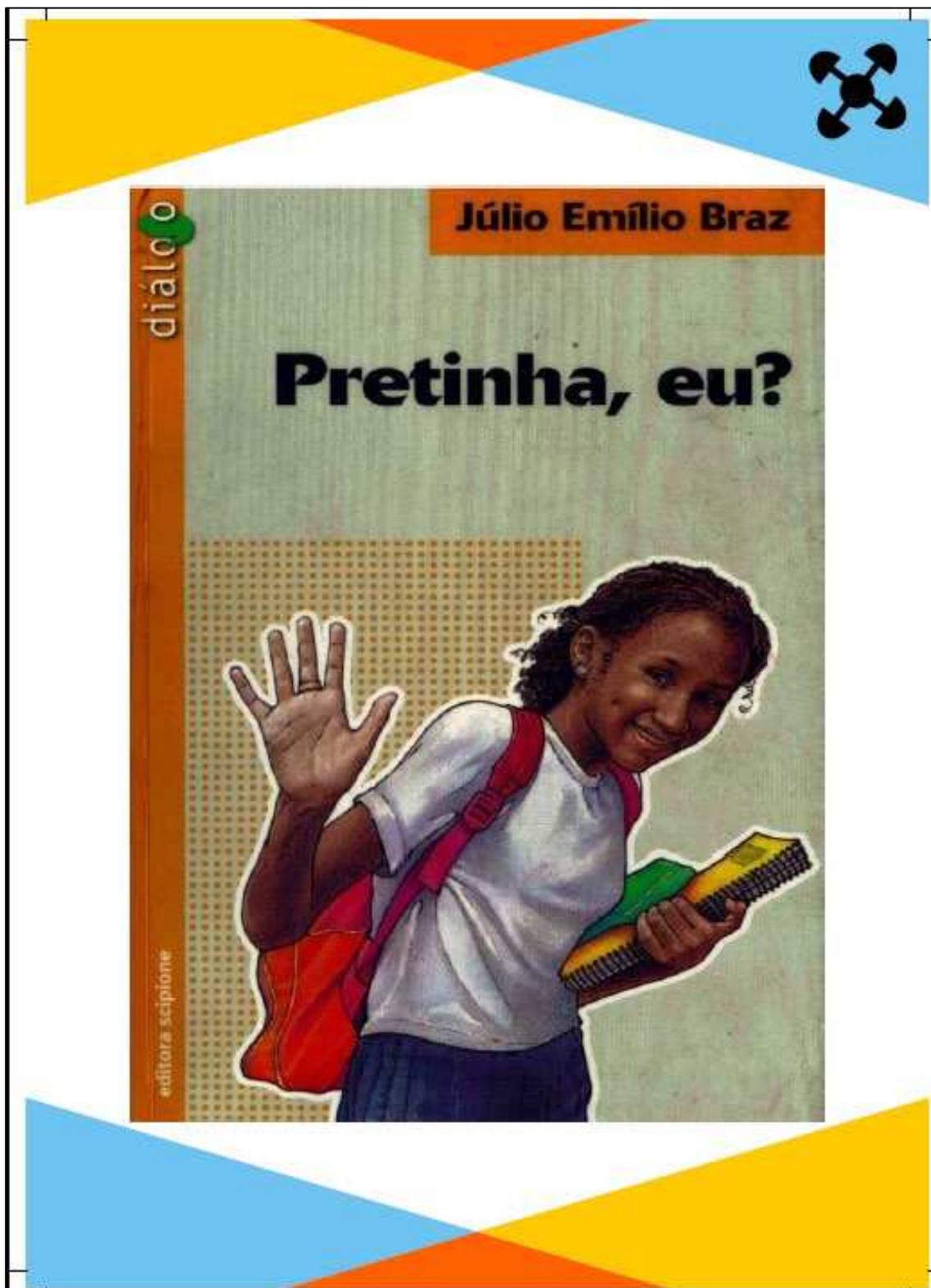
JÚLIO EMÍLIO BRAZ

Nascia em 1959, no interior de Minas Gerais, na cidade de Manhumirim, Júlio Emílio Braz. Filho de uma família pobre, aos seis anos, adquiriu o hábito de leitura e começou a desenvolver seu interesse pela escrita, devido a uma tia, que trabalhava como empregada doméstica e sempre reunia os livros e revistas que as crianças da casa não queriam mais e levava para ele.

Quer saber um pouco mais sobre a história desse escritor da literatura infanto-juvenil?
Pegue o livro **PRETINHA, EU?** na estante de literatura africana e afro-brasileira do Carro-Biblioteca, leia para nós a bibliografia constante sobre ele e se alguém já quiser locá-lo para leitura em casa, basta levantar a mão.



Fonte: Jogo Afromemória.

Figura 30 – Capa do livro *Pretinha, eu?* (carta do jogo Afromemória)

Fonte: Jogo Afromemória.

Kiusam de Oliveira, paulista de Santo André, professora da educação infantil ao ensino superior, assessorou a implementação da Lei federal 10.639/2003 em Diadema/SP foi assessora também em Diadema na Secretaria de Cultura nos assuntos voltados para as questões de gênero e raça, tendo hi como foco a dança. Em 2019 pela Editora Mazza publicou *Omo-Oba: histórias de princesas* com ilustração de Josias Marinho esse livro que recupera os mitos das orixás femininas como princesas aproximando-as do universo feminino negro. Omo Oba consta do jogo em sua versão física e junto com o outro livro da autora o *O Black Power de Akin* da Editora Cultura com ilustração de Rodrigo Andrade estão na versão virtual.

O símbolo Adinkra: Duafe, das cartas 31, 32 e 33 significa pente de madeira, representando a beleza, higiene e qualidades femininas.

Figura 31 – Kiusam de Oliveira (carta do jogo Afromemória)



Fonte: Jogo Afromemória.

Figura 32 – Kiusam de Oliveira - minibió e sinopse (carta do jogo Afromemória)

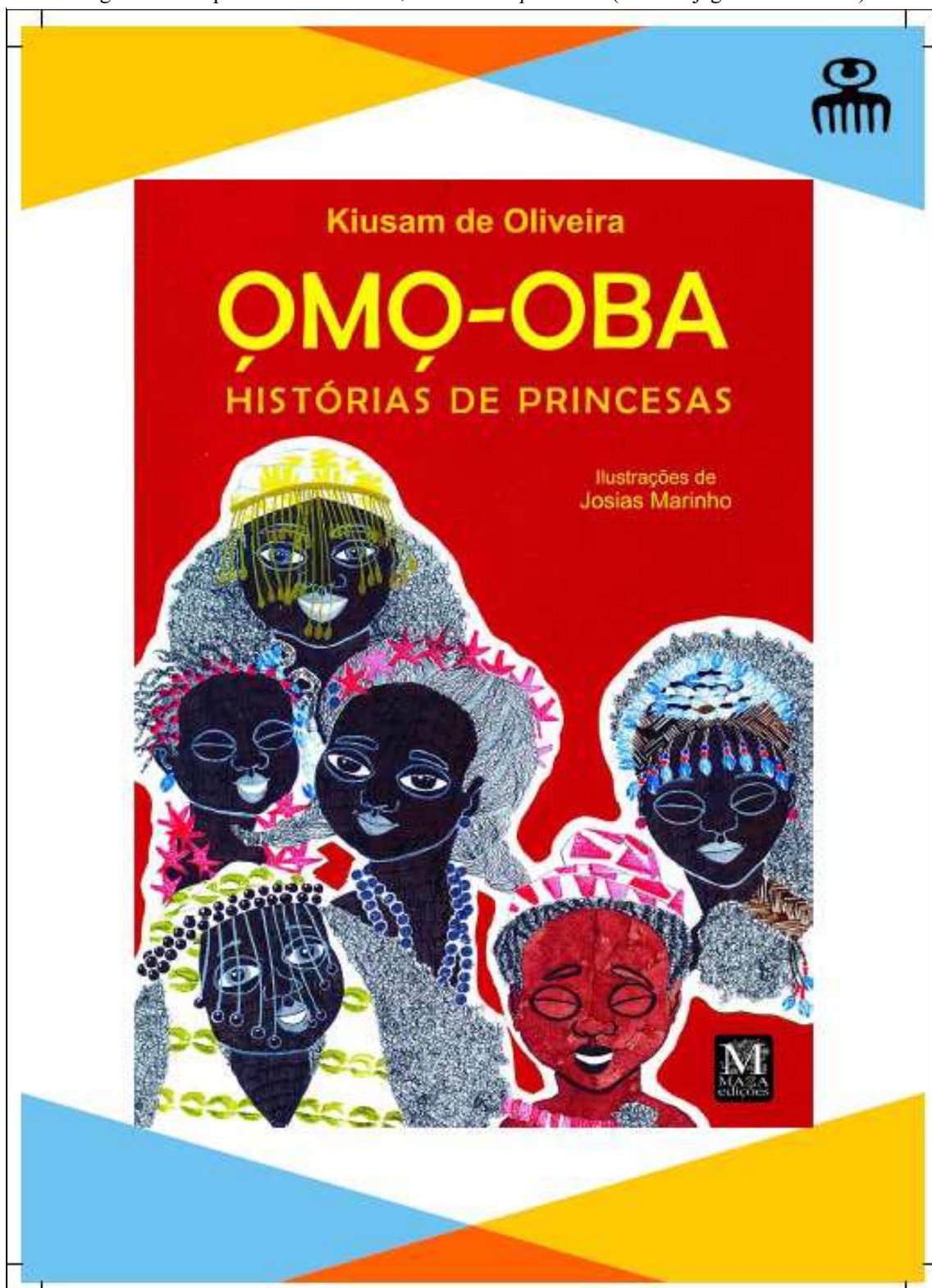


KIUSAM DE OLIVEIRA

Nascia em Santo André - São Paulo, Kiusam Regina de Oliveira. Artista multimídia, arte-educadora, bailarina, coreógrafa e contadora de histórias, Kiusam Oliveira, é especialista na representação do universo africano e afro-brasileiro de maneira lúdica, cativando prender a atenção das crianças de todas as cores e idades, numa postura de respeito e valorização da alteridade – atitudes mais do que necessárias nesse começo de século marcado pela intolerância para com as diferenças étnicas e sociais.

Quer saber um pouco mais sobre a história dessa grande escritora que traz em suas obras um olhar sobre a construção de identidades infantis e juvenis saudáveis, procurando contribuir para uma educação antirracista e para o empoderamento feminino?

Pegue o livro **OMO-OBA HISTÓRIA DE PRINCESAS** na estante de literatura africana e afro-brasileira do Carro-Biblioteca, leia para nós a bibliografia constante sobre ela e se alguém já quiser locá-lo para leitura em casa, basta levantar a mão.

Figura 33 – Capa do livro *Omo-Obo, histórias de princesas* (carta do jogo Afromemória)

Fonte: Jogo Afromemória.

Madu Costa ou Maria do Carmo Ferreira da Costa, nascida na capital mineira é professora e demonstra em sua literatura o incentivo à leitura, como também a produção de textos criativos instigados pela arte imaginativa. Ela trata da afro-brasilidade e estreou com sua primeira de muitas publicações em 2000. Já em 2006 ela publicou pela Mazza Editora *Meninas Negras*, com ilustração de Rubem Filho, que faz parte do jogo físico e virtual, juntamente com *Embolando palavras* com o mesmo ilustrador e que faz parte do jogo virtual.

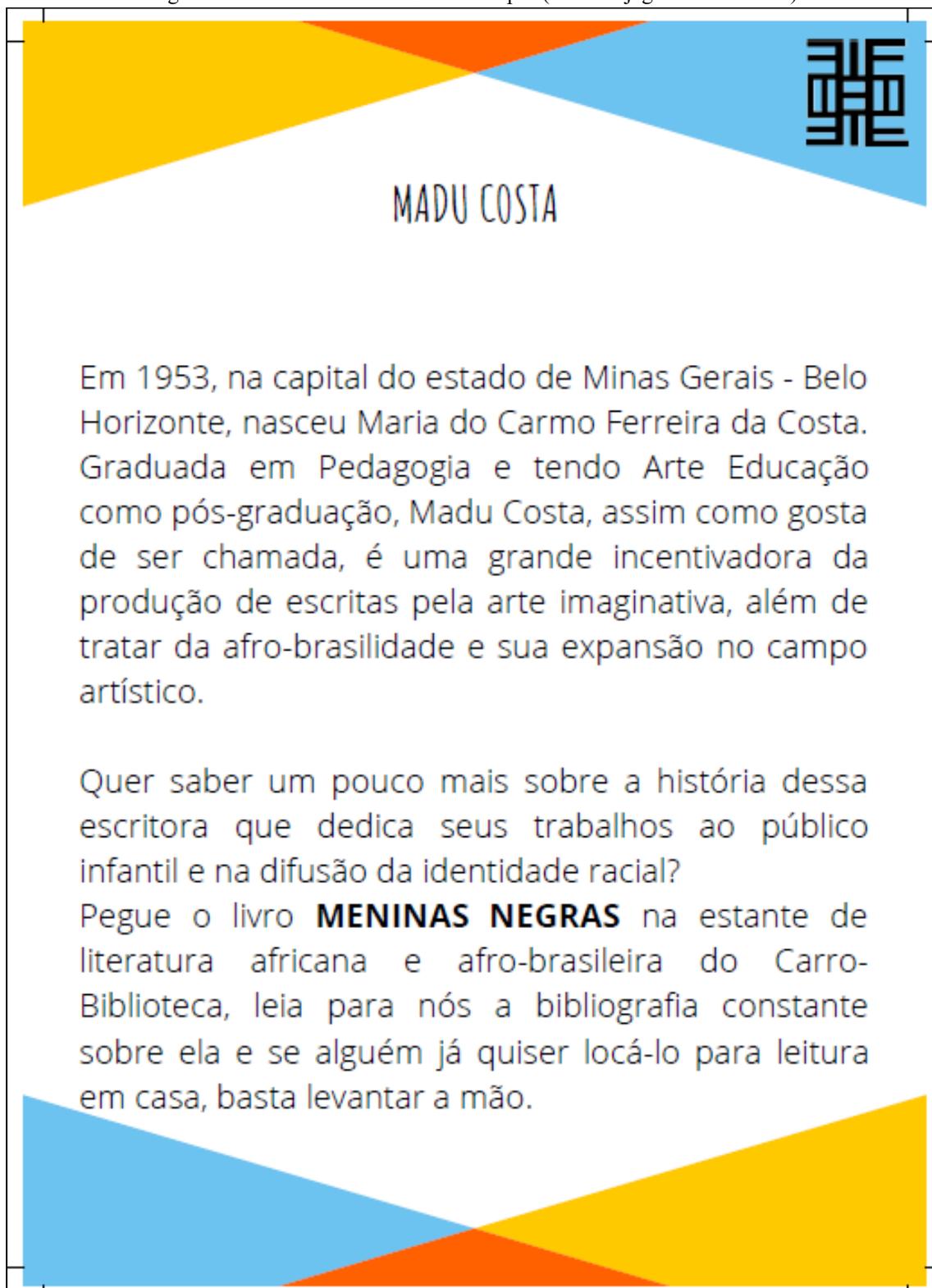
O símbolo Adinkra: Nea Onnim No Sua A, das cartas 34, 35 e 36 significa quem não sabe pode saber aprendendo, representando o conhecimento ao longo da vida.

Figura 34 – Madu Costa (carta do jogo Afromemória)

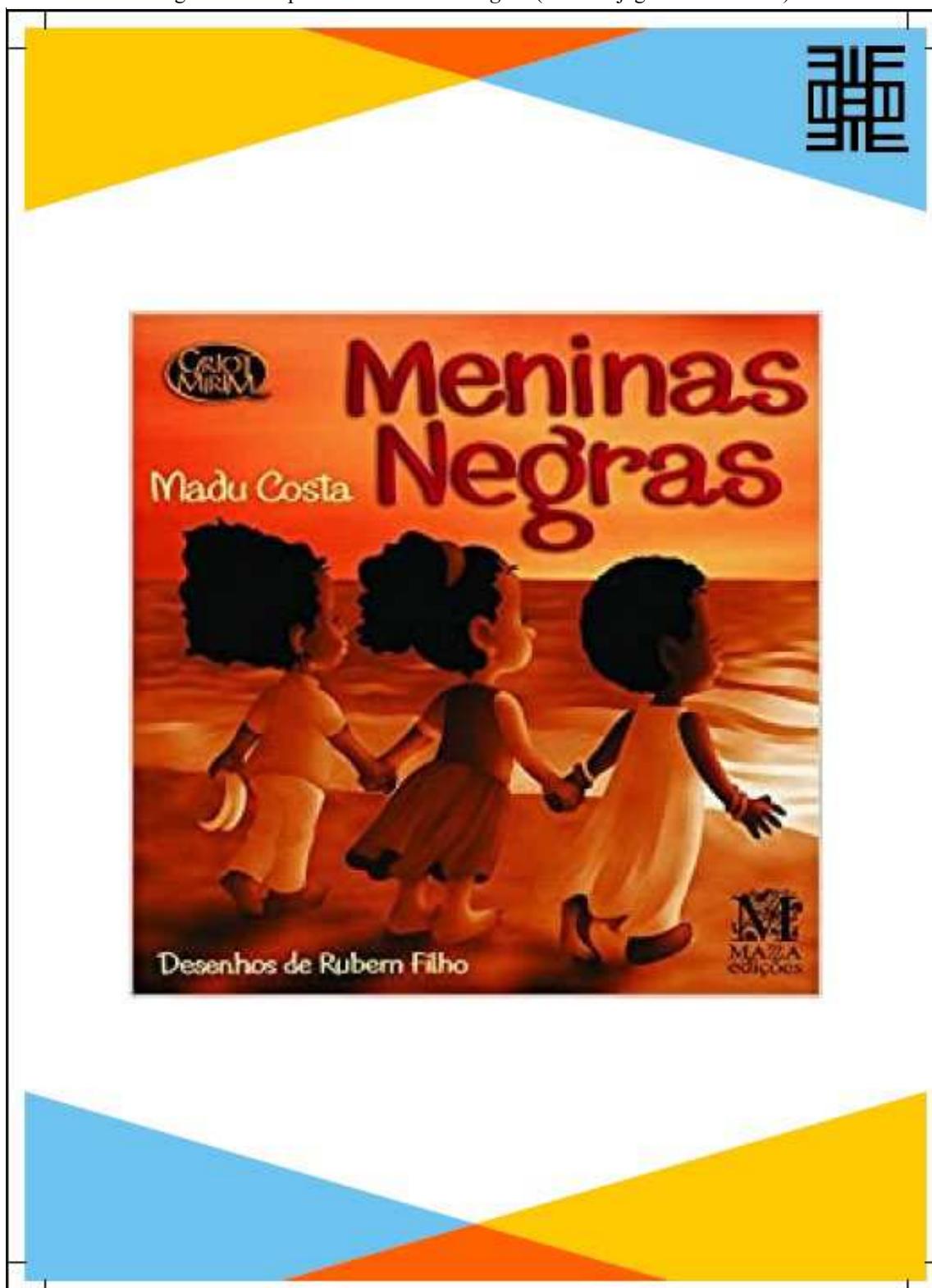


Fonte: Jogo Afromemória.

Figura 35 – Madu Costa - miníbio e sinopse (carta do jogo Afromemória)



Fonte: Jogo Afromemória.

Figura 36 – Capa do livro *Meninas negras* (carta do jogo Afromemória)

Fonte: Jogo Afromemória.

Nei Lopes, nasceu no Irajá, RJ é compositor, cantor, escritor e estudioso das culturas africanas, no continente de origem e na diáspora africana. Como músico foi precursor do grupo Fundo de Quintal. O escritor é autor de obras como contos, crônicas e poesias, geralmente em torno da temática afro-brasileira. Suas obras não se identificam com a África - berço ancestral - mas sim com as periferias dos grandes centros urbanos brasileiros, onde os negros se inserem. Sua obra participante do jogo virtual é o livro, *Historias do Tio Jimbo* da Editora Mazza com ilustração de Maurício Veneza.

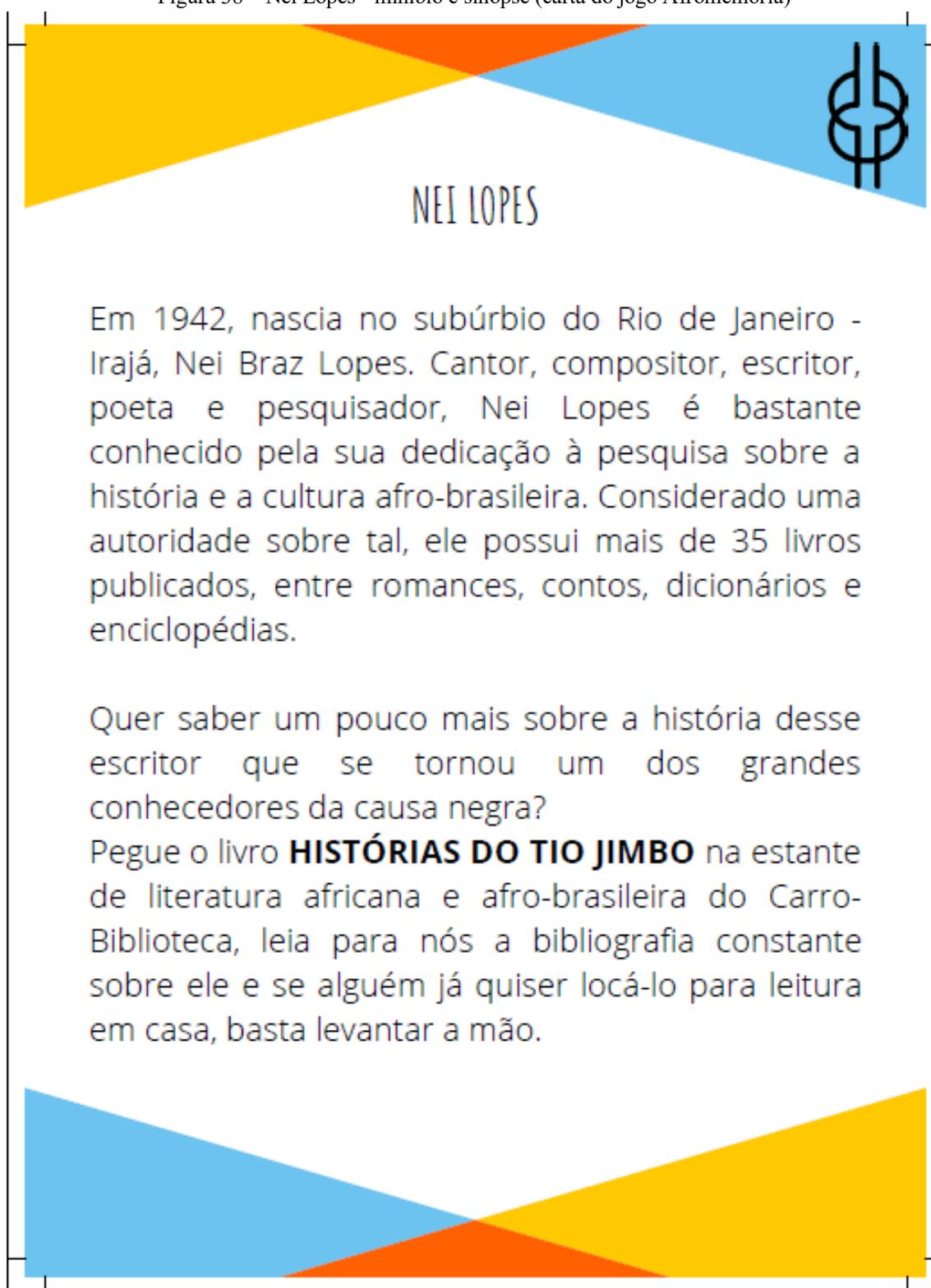
O símbolo Adinkra: Nyansapow, das cartas 37, 38 e 39 significa nó da sabedoria. É o sábio que desata o nó da sabedoria, representando o símbolo da sabedoria, engenhosidade, inteligência e paciência.

Figura 37 – Nei Lopes (carta do jogo Afromemória)

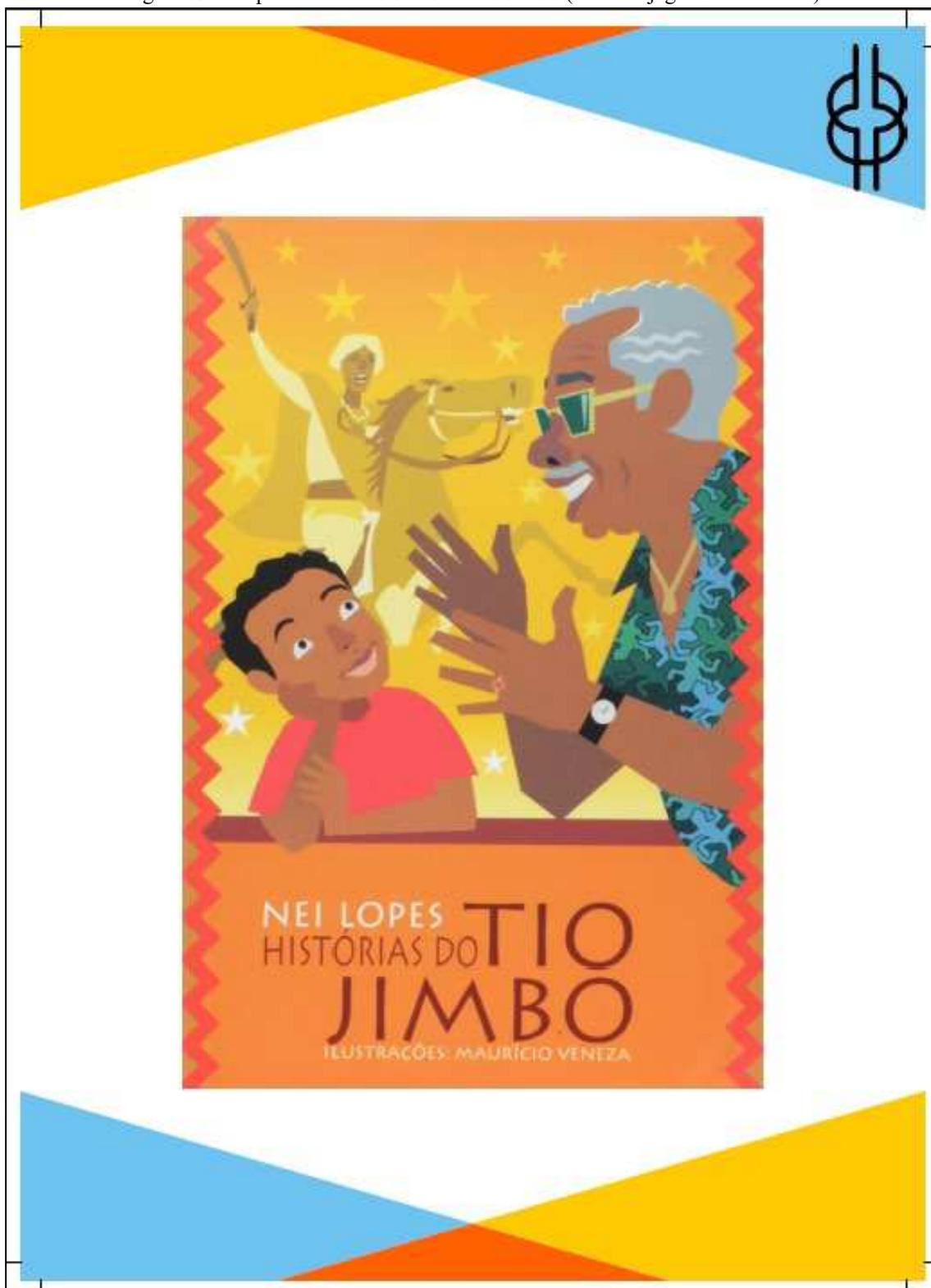


Fonte: Jogo Afromemória.

Figura 38 – Nei Lopes - miníbio e sinopse (carta do jogo Afromemória)



Fonte: Jogo Afromemória.

Figura 39 – Capa do livro *Histórias do Tio Jimbo* (carta do jogo Afromemória)

Fonte: Jogo Afromemória.

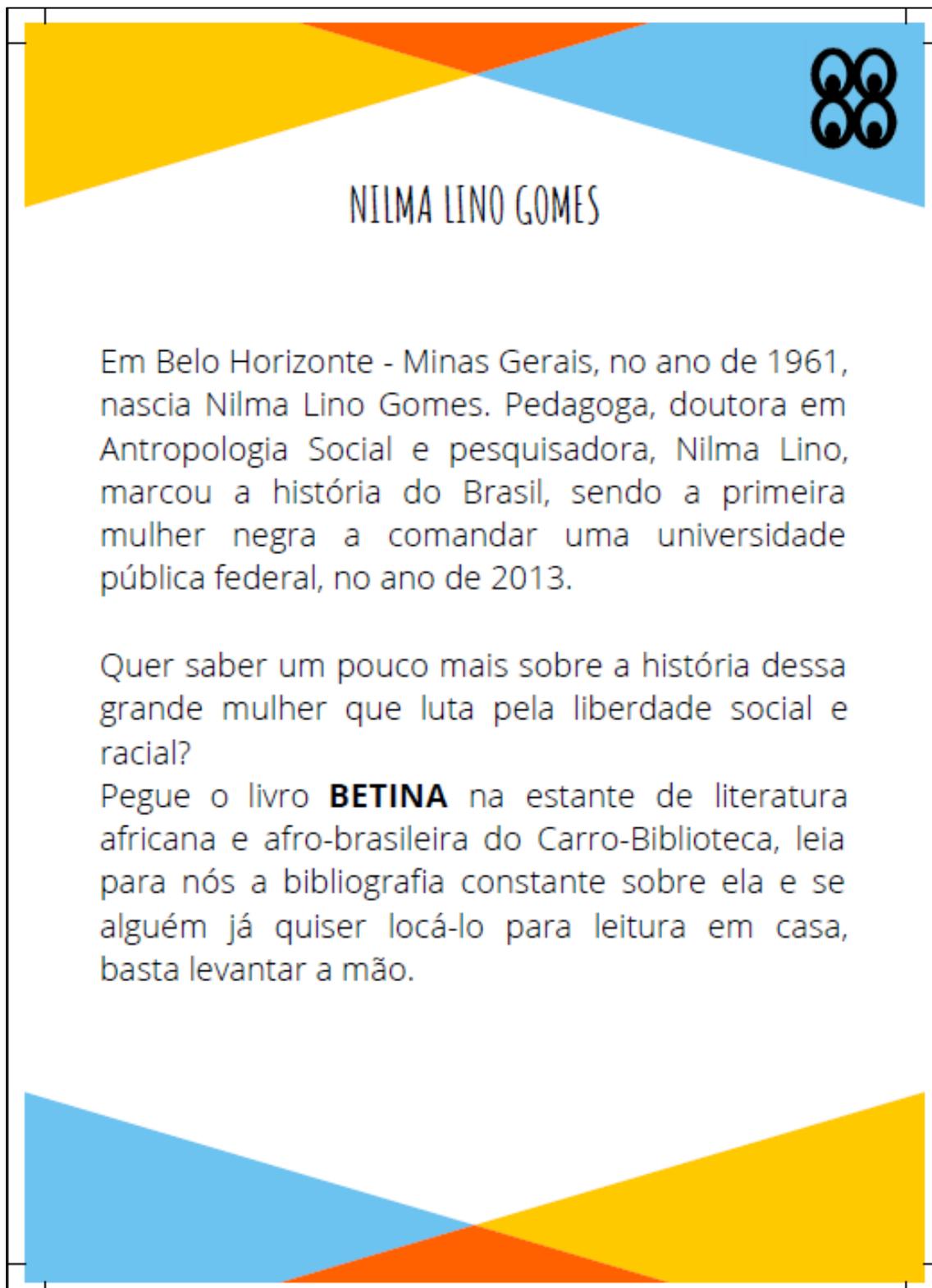
Nilma Lino Gomes, natural de Belo Horizonte, foi a primeira mulher negra do Brasil a comandar uma Universidade pública federal, pedagoga, também esteve como ministra-chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República - SEPPIR/PR. Suas publicações incluem desde livros e artigos escritos através de pesquisas de campo, destinados ao corpo discente até narrativas de ficção voltadas para crianças e jovens. O jogo tem o prazer de ter como peça física da autora a obra *Betina* da Mazza Edições, com ilustração de Denise Nascimento. O símbolo Adinkra: Mate Masie, das cartas 40, 41 e 42 significa o que eu ouço eu guardo, representando sabedoria, conhecimento e prudência.

Figura 40 – Nilma Lino Gomes (carta do jogo Afromemória)

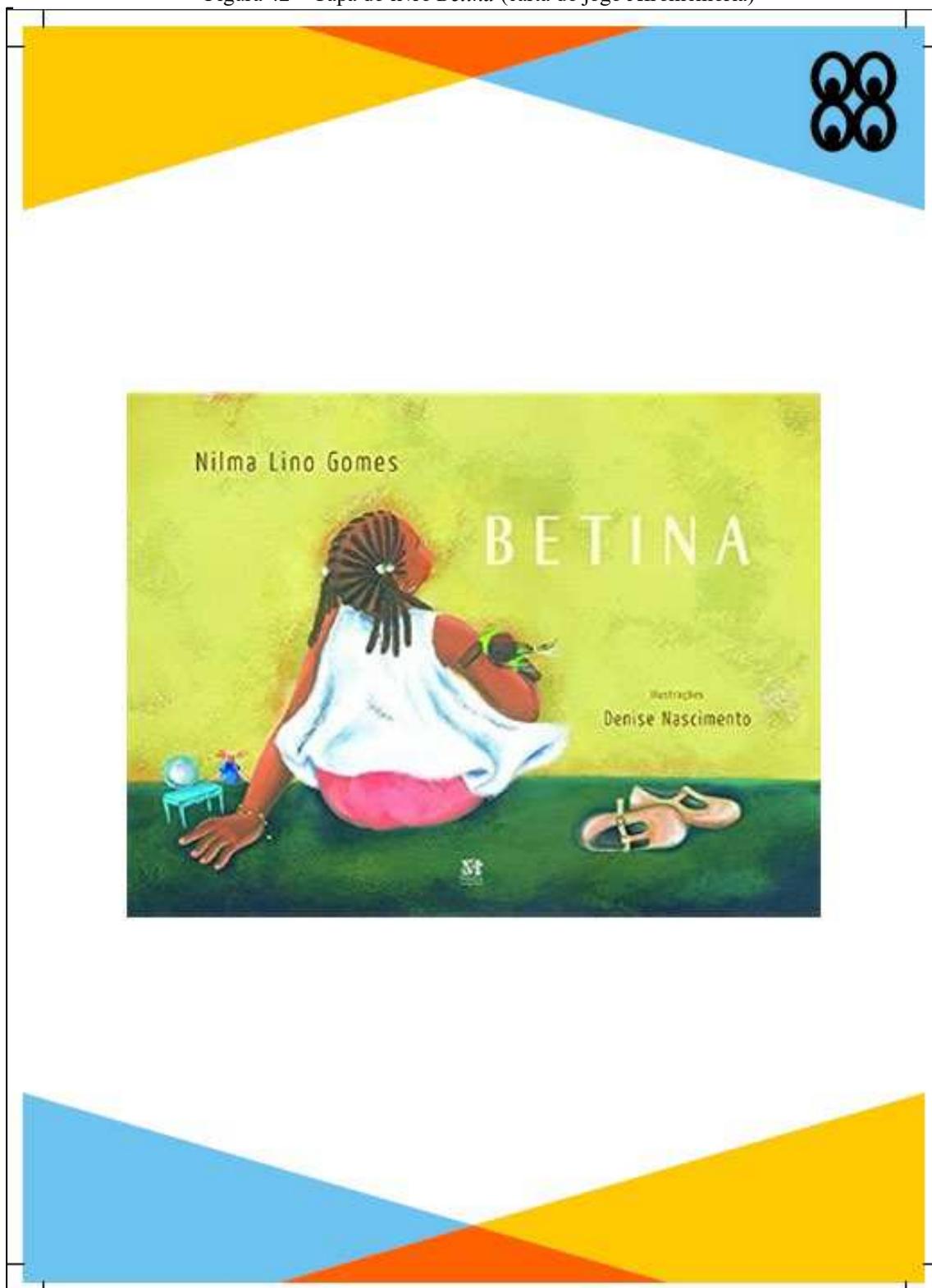


Fonte: Jogo Afromemória.

Figura 41 – Nilma Lino Gomes - miníbio e sinopse (carta do jogo Afromemória)



Fonte: Jogo Afromemória.

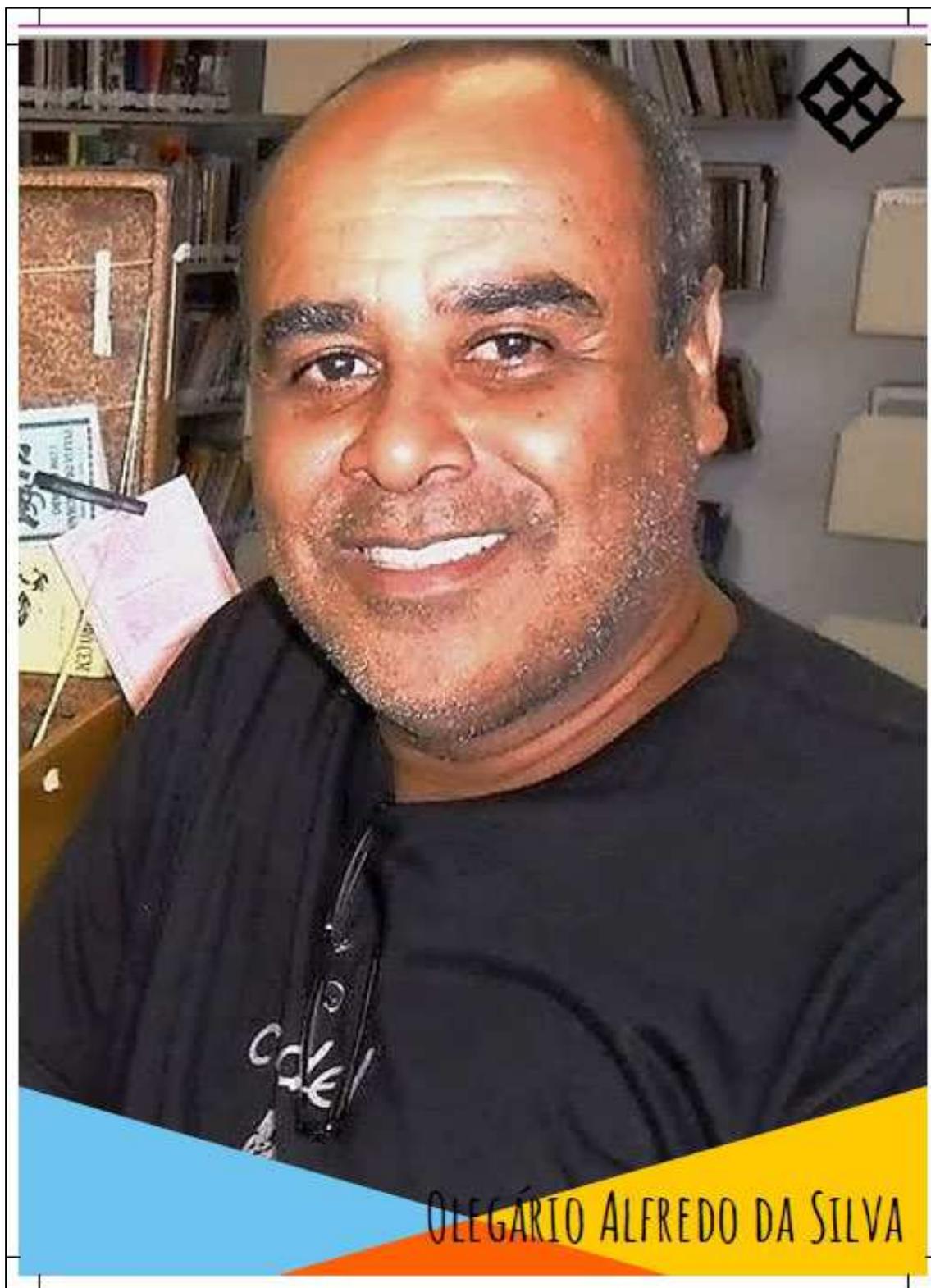
Figura 42 – Capa do livro *Betina* (carta do jogo Afromemória)

Fonte: Jogo Afromemória.

Olegário Alfredo, também conhecido por mestre Gaio é mineiro de Teófilo Otoni e mestre de capoeira, vive na capital desde 1969 e é poeta, escritor, haicaista, contador de histórias, xilogravurista e cordelista. Sua obra *O pente penteia* está nos dois formatos do jogo e foi publicada pela Penninha Edições com ilustração de Iara Rachid.

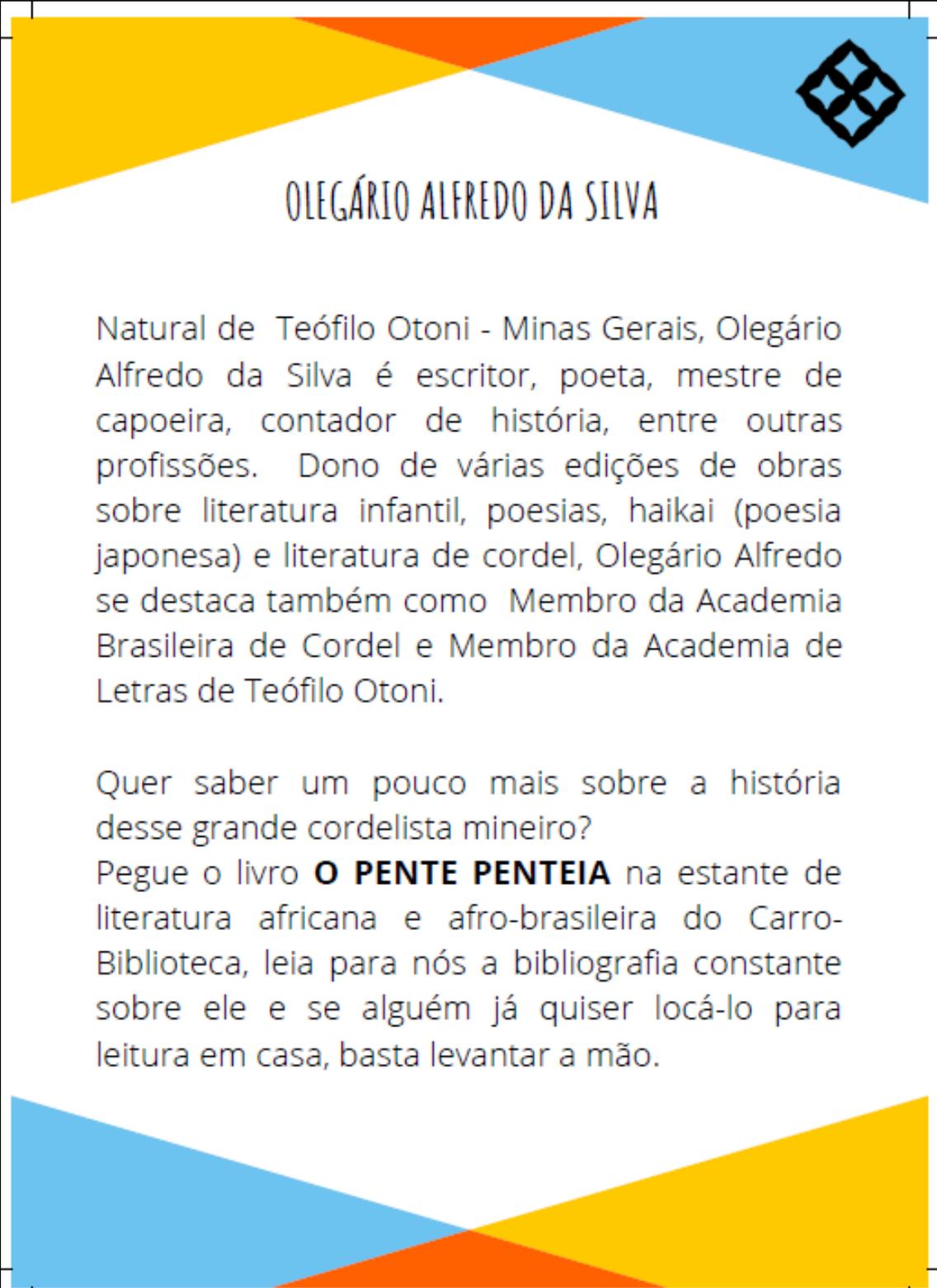
O símbolo Adinkra: Cerca, das cartas 43, 44 e 45 significa que uma casa que tem uma cerca em torno dela é considerada uma residência ideal, representando proteção, segurança e amor.

Figura 43 – Olegário Alfredo da Silva (carta do jogo Afromemória)



Fonte: Jogo Afromemória.

Figura 44 – Olegário Alfredo da Silva - minibio e sinopse (carta do jogo Afromemória)

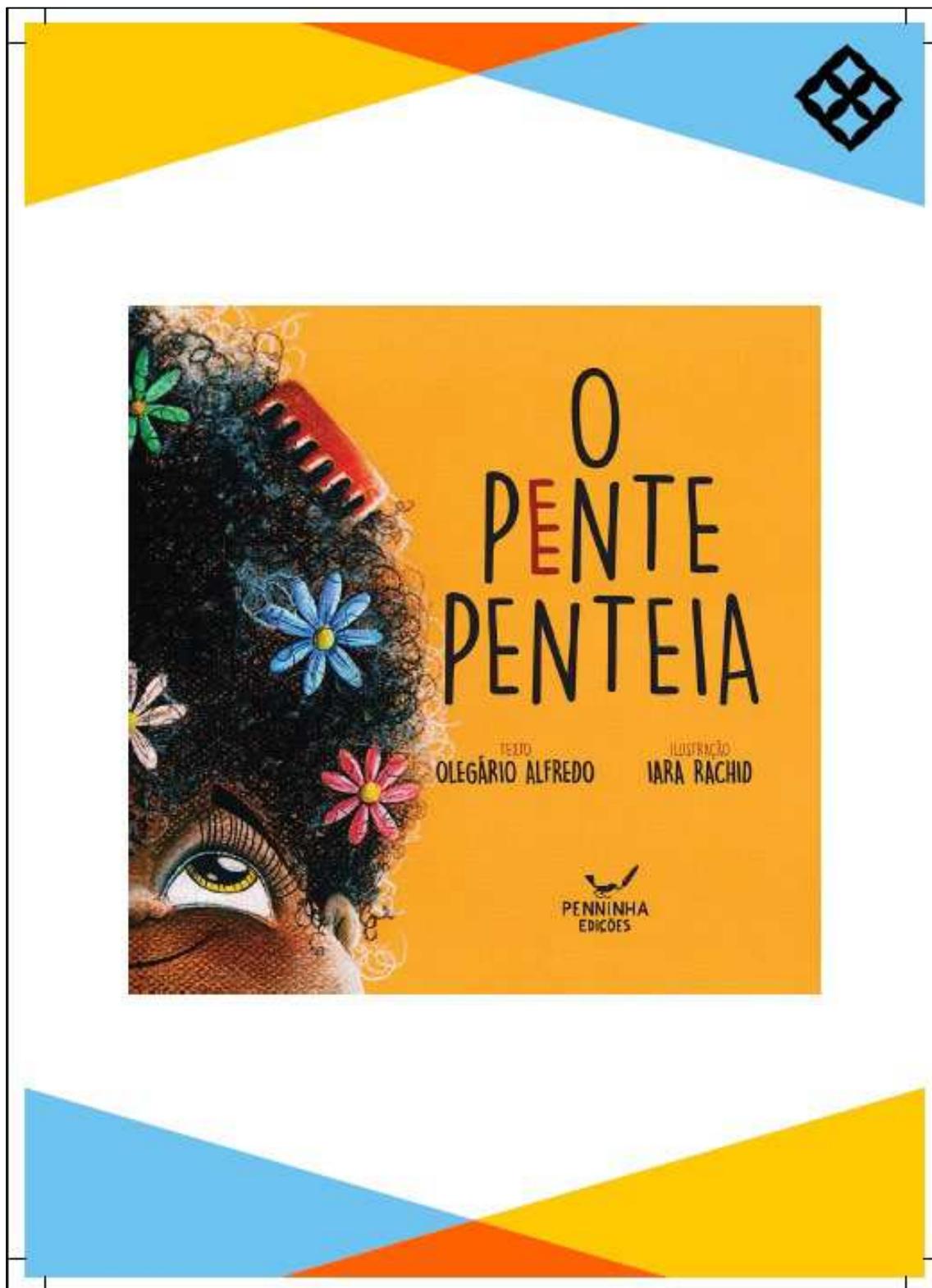


OLEGÁRIO ALFREDO DA SILVA

Natural de Teófilo Otoni - Minas Gerais, Olegário Alfredo da Silva é escritor, poeta, mestre de capoeira, contador de história, entre outras profissões. Dono de várias edições de obras sobre literatura infantil, poesias, haikai (poesia japonesa) e literatura de cordel, Olegário Alfredo se destaca também como Membro da Academia Brasileira de Cordel e Membro da Academia de Letras de Teófilo Otoni.

Quer saber um pouco mais sobre a história desse grande cordelista mineiro?
Pegue o livro **O PENTE PENTEIA** na estante de literatura africana e afro-brasileira do Carro-Biblioteca, leia para nós a bibliografia constante sobre ele e se alguém já quiser locá-lo para leitura em casa, basta levantar a mão.

Fonte: Jogo Afromemória.

Figura 45 – Capa do livro *O pente penteia* (carta do jogo Afromemória)

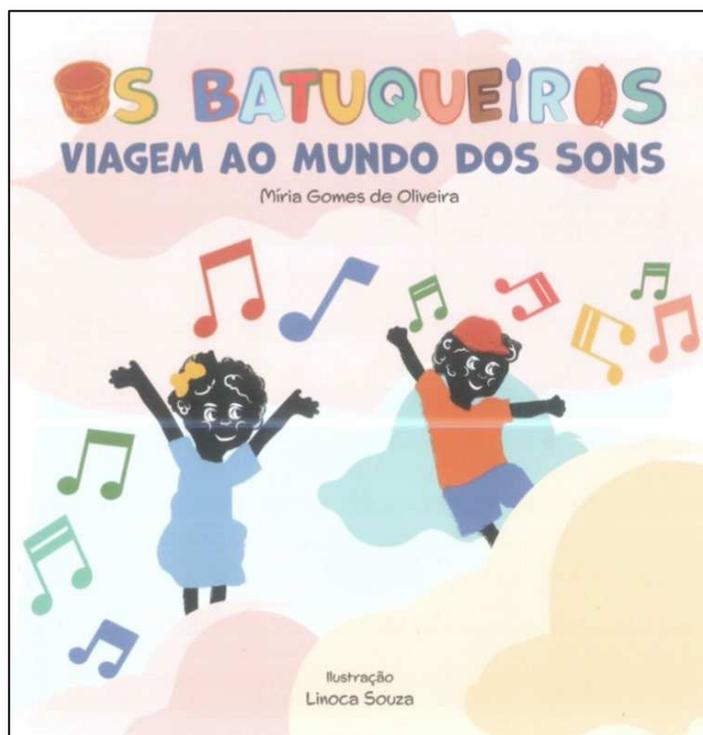
Fonte: Jogo Afromemória.

Finalizamos o elenco do jogo físico, mas ainda preciso citar 3 autores como exemplos a seguir, dois estão no jogo virtual e o outro poderá ser inserido numa próxima edição, pois se faz necessário não somente pela magnitude das ilustrações, mas pela mensagem que a história apresenta. Para Charlot (2007) faz sentido ensinar se: “as questões da atividade intelectual, do sentido, do prazer, na minha opinião, são chaves do ensino”. Mirian Gomes, Josias Marinho Casadecaba e Walter Lara e suas obras, sendo a autora participante do jogo virtual com a obra “*Os batuqueiros: viagem ao mundo dos sons*”, o segundo participante dos dois jogos com as obras “*O príncipe da Beira e Benedito*” e o último mas não menos importante ainda não faz parte das versões do jogo, mas poderá ser incluído em novas versões, devido a relevância de suas obras que retratam coletânea das ilustrações de princesas negras, antes padronizadas pela beleza européia. O pintor e desenhista livre Walter Lara, é um artista com práticas antirracistas pois tem conhecimento de que essas obras mexem com o imaginário e o empoderamento de crianças em suas fases escolares, principalmente as crianças negras. E essas obras também sinalizam um outro fazer que reconhece outros saberes. Maritza Montero (1998) coloca que existe uma outra episteme utilizada que aponta “a América Latina está exercendo sua capacidade de ver e fazer de uma perspectiva outra, colocada, enfim, no lugar de nós”.

Dentro dessa perspectiva podemos experimentar pensar fora da padronização que nos rege, onde o saber europeu não prevalece e não é o único possível atentando para outros fazeres, saberes antes não potencializados, reconhecidos. Através dessas obras podemos vislumbrar um fazer decolonial trazendo a partir das histórias, ilustrações, entendimentos de personagens e culturas que não temos costume de ver/ler nas nossas referências literárias.

A obra de Miria Gomes, traz dois personagens conhecidos e importantes na cultura negra, que são o Milton Nascimento, cujo apelido é Bituca, e a nossa compositora e poetisa Carolina Maria de Jesus, que atendia pelo apelido de Bitita:

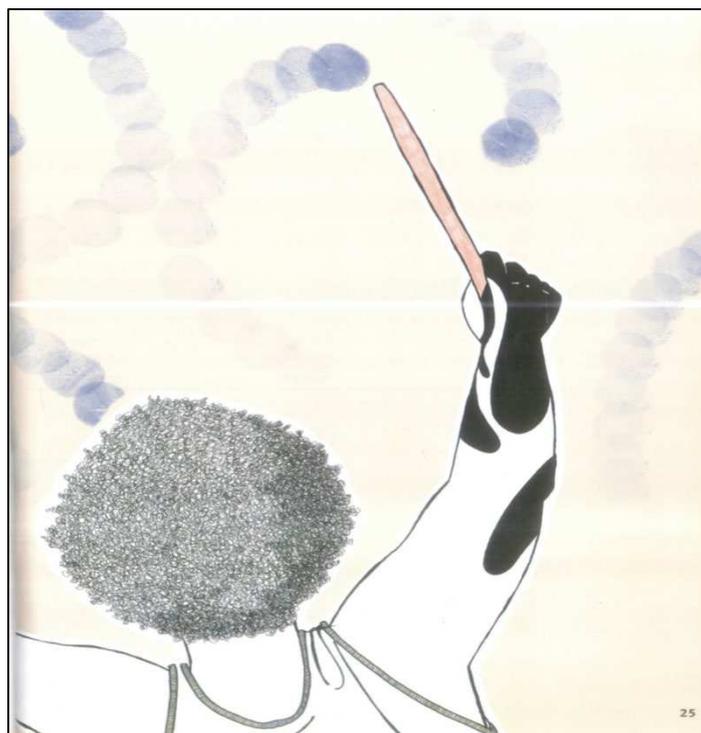
Figura 46 – Capa do livro *Os batuqueiros: viagem ao mundo dos sons*



Fonte: Oliveira, 2021.

Josias Marinho Casadecaba com seu Benedito, um livro-imagem, nos presenteia com uma história que se desenrola à medida que viramos as páginas e nos mostra que dentro de uma vivência ou até mesmo fora dela, reconhecer de onde viemos e nos apoderar disso é ancestral e fortalecedor para nós e para nossa cultura.

Figura 47 – Página 25 do livro *Benedito*.



Fonte: Marinho, 2019.

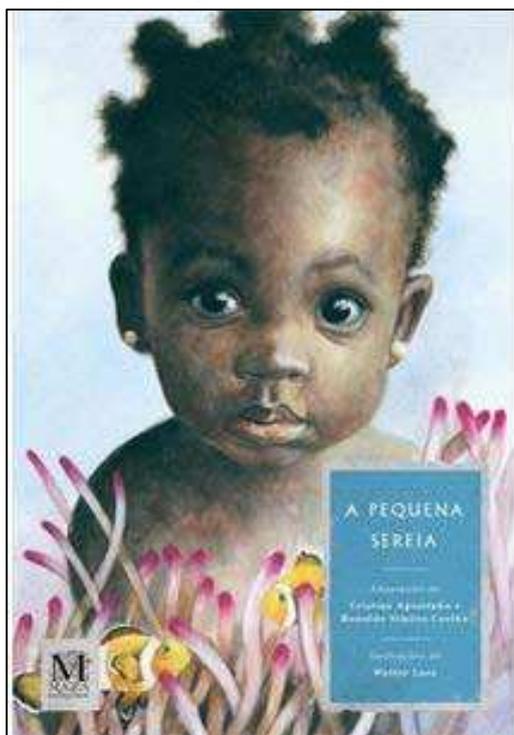
Benedito é uma obra que ilustra como a lógica do empoderamento a partir do reconhecimento dos valores da própria cultura, pode ser transformadora. Na sinopse extraída do livro temos,

Benedito é uma criança que se descobre na batida do tambor do Congado, uma manifestação de fé, canto e dança celebrada por seus familiares e amigos. O tambor do *Benedito* não é apenas um brinquedo, é um instrumento que guarda e revive as memórias ancestrais do negro brasileiro! Você sabe o que significa ancestral? É tudo que se refere ao passado... E é com a criação do *Benedito* que o escritor e ilustrador Josias Marinho nos apresenta essa manifestação que faz parte da cultura brasileira (Josias Marinho, 2014).

E finalmente quando Walter Lara transforma princesas europeias com suas peles alvas e rosadas em negras e coradas, temos que tomar posse desse decolonialismo e lançar mão dessas e outras obras, trazendo para as práticas educacionais que possibilitará trazer outras formas, valorizar outros saberes que não somente o ensinado, caminhos para um olhar fora do “centro” indo para a periferia, colocando-nos no protagonismo, para termos consciência do valor de quem somos, nos fazendo refletir sobre nossos conhecimentos e intelectualidades.

A ilustração abaixo, nos traz a compreensão do impacto do uso de artes decoloniais para o imaginário infantil e adulto, uma vez que a arte pode ser compreendida como uma ferramenta que viabiliza a conexão entre os sentidos de ver, ouvir, compreender e assimilar.

Figura 48 – Capa do livro A pequena sereia



Fonte: Editora Mazza,

6.1 A ludicidade na educação antirracista

Dando lugar a uma educação que, para se efetivar como tal, precisará colocar luz à vivência do seu sujeito pertencente ao grupo de alunas(os) que veem com suas culturas, seu social e suas experiências de vida.

Diante dessa nova realidade que bate a porta da educação brasileira, em todos os seus níveis, nosso recorte está na Educação de Jovens e Adultos, temos que democratizar a educação visando contemplar o direito a escola defendida por nossa Constituição de 1988, derrubando a lei que proibia esse direito Lei nº 1 de 1937.

Para entender a cultura tanto negra, quanto indígena precisamos visitar um texto escrito pelo Santos (2021), no qual ele pesquisa sobre o filósofo argentino Rodolfo Kusch que defende a "hermenêutica do pré-ôntico", onde o "estar" e o "ser" jogam entre si, o

estar diz respeito à subjetividade cultural de um povo, e o ser está ligado a ocidentalização. Pensando em sistematizar as práticas educacionais visando reconhecer e valorizar os saberes e conhecimentos dos intelectuais negros(as) através da literatura enegrece e/ou africaniza os currículos e comumente as indicações de leitura, atuando como uma ferramenta ao enfrentamento do racismo que é um dos empecilhos para a tão sonhada justiça social.

A metodologia usada para desenvolver essa pesquisa passou pela revisão bibliográfica, que incluiu vários autores negros e negras, análises de normas pertencentes à educação, e minha experiência pessoal em salas de aula, vivendo no dia-a-dia a falta de referência literária negra. Também foram feitas várias reflexões pragmáticas por conta de ações realizadas a partir da escrita do projeto Iranti - ser África que escurece sobre a necessidade de práticas assertivas para a educação. Defendendo que o pensamento atual, principalmente na educação, não pode mais comungar com o que está posto e se faz necessário compreender e inserir as novas práticas de ensino com ferramentas visando a erradicação do racismo e do preconceito. Desde que o projeto foi escrito e aprovado, todas as ações realizadas afirmam uma vontade de implementar e conhecer, primeiro sobre o que foi escondido ou silenciado na história, nas produções dos conhecimentos e outras quais são os livros, ferramentas, ideias emancipatórias para se chegar a esses “outros” conhecimentos. É o que Oliveira pontua:

A questão central num projeto de emancipação epistêmica é a coexistência de diferentes epistêmes ou formas de produção de conhecimento entre intelectuais, tanto na academia, quanto nos movimentos sociais, colocando em evidência a questão da geopolítica do conhecimento. (Oliveira, p. 23, 2010).

O que as autoras apontam quando falam sobre geopolítica, fica escuro quando pensamos que a Europa e os EUA se colocaram como únicos intelectuais capazes de produzir conhecimentos, teorias, paradigmas, contrariando e negando tudo que saía dessa lógica. Mas penso que eles não contaram com a modernidade que questiona esse conhecimento único e que evidencializa outros saberes ao perceberem a existência de outros fazeres, silenciados e invisibilizados, mas que precisam ser levados em conta enquanto saber popular.

A literatura afrocentrada, nossos escritores(as) brasileiros(as), esses intelectuais que ainda não são referências, e não se indignem, muitos ainda não são nem conhecidos e conseqüente muito menos lidos por nós e menos ainda indicados como boa leitura e

literatura. É importante ressaltar que quem escreve, quer que alguém leia, aprecie, como Kush fala sobre a obra:

[...] el sentido de una obra no se agota con el autor sino con el pueblo que la absorbe. Autor y obra son las dos dimensiones...una cultura se da en una tercera dimensión del fenómeno literario. El pueblo como tercera dimensión es el que agota el fenómeno cultural (Kush, p. 207, 2015).⁷

Com Kush aprendemos que a maior dimensão para um autor e sua obra é o fenômeno cultural, são as pessoas que darão sentido a essa obra no momento que a consumir, divulgar, indicar protagonizando o trabalho ali realizado para que essa obra chegasse às prateleiras.

Pensando nessa dimensão com as pessoas, os(as) alunos(as) negros(as), sem uma referência literária que os representem, não conseguem se imaginar dentro desses personagens das literaturas eurocentradas e se sentem representados pelos seus reis, rainhas, heróis e heroínas. A representação importa, sabemos disso nas crianças nas pré-escolas como também para um jovem/adulto na EJA. A importância de se ter e ler livros afro referenciados, coloca a nossa literatura dentro da diversidade que compõe nosso país, contribuindo para que os(as) negros(as) e os não negros possam estar e ser o que quiserem. Para entender a cultura tanto negra, quanto indígena precisamos visitar um texto escrito pelo Santos (2021), no qual ele pesquisa sobre o filósofo argentino Rodolfo Kusch que defende a "hermenêutica do pré-ôntico", onde o "estar" e o "ser" jogam entre si, o estar diz respeito à subjetividade cultural de um povo, e o ser está ligado a ocidentalização. Ele simplifica, "o Estar diz respeito à cultura, o Ser diz respeito ao Social" (Santos, p. 3, 2021).

Como bem disse Kusch sobre o "ser e estar", precisamos estar nos espaços como formadores de opinião, pesquisadores, intelectuais para ser reconhecido cientificamente saindo do enquadramento racializado de que somente a raça superior e produtora de conhecimento é a branca, com isso propomos uma quebra de paradigma introduzindo assim a diversidade epistemológica.

Pensar a Educação Popular, a Educação Popular Negra, dentro da educação de jovens e adultos, é protagonizar a educação inclusiva, que utiliza de um aprendizado diferenciado. Pois, entendemos o dialogismo desse aprendizado que deve utilizar de uma forma mais adequada possível para transmitir conhecimento. Entendemos que a escola

⁷ [...] o sentido de uma obra não se esgota...

tem um compromisso social de cuidar da diversidade e pluralidade dos públicos atendidos pela EJA, visando potencializar o entendimento da educação diferenciada que esse público merece sabendo de suas experiências e culturas. É muito atual para o educador de ensino da EJA perceber que a educação formal, conteudista e eurocêntrica, através da inserção desses(as) sujeitos(as) na educação precisa mudar. Dando lugar a uma educação que, para se efetivar como tal, precisará colocar luz à vivência do seu público pertencente ao grupo de alunos(as) que veem com suas culturas, seu social e suas experiências de vida. Gomes escurece para nós que

Quanto mais se amplia o direito à educação, quanto mais se universaliza a educação básica e se democratiza o acesso ao ensino superior, mais entram para o espaço escolar sujeitos antes invisibilizados ou desconsiderados como sujeitos de conhecimento. Eles chegam com os seus conhecimentos, demandas políticas, valores, corporeidade, condições de vida, sofrimentos e vitórias. Questionam nossos currículos colonizados e colonizadores e exigem propostas emancipatórias (Gomes, p. 99, 2012).

Diante dessa nova realidade que bate à porta da educação brasileira, em todos os seus níveis, nosso recorte está na Educação de Jovens e Adultos (EJA), temos que democratizar a educação visando contemplar o direito a escola defendida por nossa Constituição de 1988, derrubando a lei que proibia esse direito, Lei nº 1 de 1937.

Após superada essa condição, temos que fazer valer o direito da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil, mesmo que ela não esteja contemplada na Base Nacional do Comum Currículo (BNCC), que é o órgão que “determina os conhecimentos, competências e habilidades que os alunos da educação básica de todo o Brasil precisam desenvolver em seus anos escolares.” (BNCC, 2017, pág.6), conhecimentos esses, que por ser o público da Educação de Jovens e Adultos (EJA) pessoas que não puderam estudar no tempo correto, voltam a sala de aula para almejar melhoria em seu local de trabalho, chances no mercado de trabalho e por isso precisam de metodologias adequadas e que visem a motivação para a aprendizagem, com métodos e práticas que agreguem e os incluam nos currículos visando interesse e diminuindo uma nova evasão escolar, dessa vez na fase adulta.

Pensando em sistematizar as práticas educacionais visando reconhecer e valorizar os saberes e conhecimentos dos intelectuais negres através da literatura enegrece e/ou africaniza os currículos e comumente as indicações de leitura, atuando como uma ferramenta ao enfrentamento do racismo que é um dos empecilhos para a tão sonhada justiça social.

Podemos citar a Mazza Edições que no ano passado completou 40 anos de existência, como também a Nandyala que começou seus trabalhos no início dos anos 2000. É importante ressaltar que as duas editoras, exemplificadas acima são lideradas por mulheres negras e em seu acervo achamos intelectuais da magnitude de Nilma Lino Gomes, Paulina Chiziane e muitas outras mulheres e homens negros da literatura.

Sabemos que apesar de ser um lugar de desafio, às escolas que atendem ao nicho de educandos da EJA precisam atentar para que seu papel também seja questionador diante do não reconhecimento de outros saberes, fazeres que não o europeu. Silva (2021) ressalta a educação vivaz, atual e que precisa deixar de reforçar a hegemonia ocidental dessa herança colonial. Mas, nem por isso eles querem abdicar de culturas, saberes e é nessa lógica que se faz necessário uma formação transdisciplinar⁸, que agregará valor aos saberes populares junto com outros saberes.

6.2 O jogo didático “Afromemória”

E é com esse desejo de ação efetiva que o jogo "Afromemória" foi idealizado. Com foco nas diversas realidades e culturas. O jogo, como produto que veio através dessa pesquisa, propõe colocar uma ferramenta que poderá ser adotada por educandos, bibliotecários, educadores como resposta a mudanças que se fazem necessárias nas práticas do ensino da cultura e literatura negres dentro das salas de aula.

O jogo Afromemória com suas cartas físicas, elencadas no capítulo anterior, conta com 15 autores: Carol Fernandes, Carolina Maria de Jesus, Cidinha da Silva, Dayse Cabral de Moura, Edimilson de Almeida Pereira, Elaine Marcelina, Geni Guimarães, Jarid Arraes, Josias Marinho Casadecaba, Júlio Emílio Braz, Kiusam de Oliveira, Madu Costa, Nei Lopes, Nilma Lino Gomes, Olegário Alfredo da Silva.

Já o jogo virtual, contém 24 autores, tendo algumas especificidades como: 03 autores participando com duas obras de sua autoria, 10 novos autores, sendo 5 poetas mineiras do mesmo livro, uma antologia “Poetas negras brasileiras”, 1 autor com versão nova da obra.

Inicialmente o afro memória físico tem 15 autores e o virtual 24.

Estamos trabalhando em mais duas versões, uma delas contemplando os intelectuais negres e suas obras científicas, incluindo os autores africanos, como também

⁸ Princípio teórico que busca uma intercomunicação entre as disciplinas, tratando efetivamente de um tema comum (transversal). Ou seja, na transdisciplinaridade não existem fronteiras entre as disciplinas.

os indígenas com suas literaturas e obras científicas. No jogo, tanto físico, quanto virtual, temos três informações importantes nas peças: o rosto do(a) escritor(a), a sinopse da obra e uma pequena biografia e por último a foto da obra.

Na sua elaboração, além das figuras dos(as) escritores(as), acordamos que, para que as cartas fossem viradas e o(a) jogador(a) sem precisar de antemão conhecer o livro ou o(a) escritor(a), colocaríamos um norteador, que seria um símbolo diferente em cada uma das três cartas de cada autor(a): a do rosto, a da sinopse e mini-biografia e da foto da obra.

No quadro abaixo, estão alguns dos símbolos *Adinkras*, simbologia criada pelos povos Akan da África Ocidental, atualmente este povo está circunscrito à região do Gana e Costa do Marfim, área ocidental da África. Esses símbolos representam conceitos ou aforismos pontuando um dos conhecimentos africanos que não se resume apenas à oralidade, sabendo que a grafia nasce na África com os hieróglifos egípcios e seus antecessores. A ideia é que incluamos cada vez mais o conhecimento africano em nossas práticas, tanto quanto autores negres.

Em nossa pesquisa o símbolo escolhido *Adinkra*, uma das tradições africanas, consiste em um conjunto de símbolos que representam ideias expressas em provérbios, é um entre vários sistemas de escrita africana, fato que contraria a noção de que o conhecimento africano se resume apenas à oralidade. Segundo Ferreira, Siqueira e Viana

A palavra *adinkra* significa “adeus”. Num sentido mais profundo, poder-se-ia associar a palavra a cerimoniais fúnebres, já que se trata de um “adeus à alma”. Para alguns pesquisadores, a morte de Nana Kofi Adinkra, deu origem ao significado atual da palavra. Com o passar do tempo a palavra *adinkra* foi associada não somente aos rituais fúnebres de despedida, mas também como um conjunto de símbolos estampados de forma impressa ou carimbada nos tecidos característicos do povo Akan (Ferreira, Siqueira e Viana, p.151,152, 2015).

A ideia de colocar no jogo *Afromemória* o conjunto de símbolos *Adinkra* foi proposital, para que possamos pensar o Continente africano diverso, plural em suas diversas línguas e dialetos com suas simbologias e conhecimentos nos seus países de culturas riquíssimas. Essa simbologia, criada com mais de 90 desenhos, que transmitem aspectos da história, filosofia, valores e normas socioculturais do povo *Akan*, também serviu para dinamizar o jogo, trazendo mais esse elemento da cultura africana. Que coloca seus diversos sistemas de escrita e de línguas para ajudar na compreensão de que a África, é muito mais que um país e como outros continentes do mundo não tem só fome, guerra,

animais e povos selvagens, precisamos colocar esse continente como produtor de conhecimentos que vêm sendo utilizados, sabendo que não foram explorados desde a escravização a mais de 500 anos pelos colonizadores europeus. Para o jogador acertar a escritora ou o livro, ou o livro e a sinopse, ou ainda a escritora e a sinopse, precisamos entender que esse jogo da memória tem em sua dinâmica duas formas de aplicação:

1ª forma de aplicação sugerida:

- a) duas das 3 cartas de cada intelectual do jogo ficam viradas na mesa;
- b) a 3ª carta fica na posse do educador, bibliotecário de preferência com as coordenadas sobre onde os livros dos autores da brincadeira estão ou com ele por perto;
- c) os jogadores têm direito a duas tentativas de acerto: ele pega (virando) a primeira carta e depois tenta por 2 vezes acertar a outra carta pegando a simbologia igual a da primeira.
- d) acertando, ele lê as cartas que tirou e o educador, bibliotecário, condutor do jogo, apresenta a terceira carta condizente com o autor(sinopse/foto) apresentado;
- e) após essas ações, essas cartas saem do jogo, juntamente com o livro e outro jogador assume a jogada, no final o condutor do jogo vê quem tem interesse em ler, levar pra casa os livros acertados naquelas jogadas do dia e ganha quem tiver acertado mais autores.

2ª forma de aplicação sugerida:

- f) As 3 cartas de cada intelectual do jogo ficam viradas na mesa;
- g) O educador, bibliotecário de preferência com as coordenadas sobre onde os livros dos autores da brincadeira estão ou com eles por perto;
- h) Os jogadores têm direito a duas tentativas de acerto: ele pega (virando) a primeira carta e tenta por duas vez acertar virando a segunda, acertando ele vira a 3 ou passa para o próximo, visando sempre acertar o símbolo correspondente às duas cartas acertadas.
- i) Acertou, ele lê as cartas que tirou e o educador, bibliotecário, condutor do jogo, mostra o livro correspondente do autor apresentado;
- j) após essas ações, essas cartas saem do jogo, juntamente com o livro e outro jogador assume a jogada, no final o condutor do jogo vê quem tem interesse em

ler, levar pra casa os livros acertados naquelas jogadas do dia e ganha quem tiver acertado mais autores.

Essas são as dinâmicas indicadas para as partidas, podendo ser complementada por comentários sobre os autores, quantidade de publicações do autor e quais tem no acervo e outras informações que o mediador das jogadas quiser trazer para o jogo. É indicado também, trazer e apresentar os significados e mensagens que a simbologia Adinkra apresenta em cada carta do jogo, ou dos que ganharam ou ainda acertaram.

O jogo da memória foi o escolhido, a dinâmica do jogo pensada e acertada, incluindo os símbolos adinkras, partimos para a pesquisa dos intelectuais negres e suas obras, através de vários meios: pesquisa via google, indicações, autores(as) conhecidos(as), como Carol Fernandes, Josias Casadecaba, Madu Costa (essa membra do Coletivo Iabas) e Olegário Alfredo. Esses autores foram os primeiros escolhidos dentro da temática da literatura preta infantil e infanto-juvenil, este público, foi pensado devido ao link com as comunidades que o carro-biblioteca da Escola Ciência da Informação (ECI/UFMG) atende. Já a versão virtual idealizada no momento pandêmico, incluiu-se algumas obras da literatura adulta, como se pode acessar através do link virtual, e com isso aumentamos nossos intelectuais trazendo diversidade. E já estamos pensando em incluir autores(as) africanos(as) na próxima edição aumentando as “peças” e trazendo outras vozes e outros públicos.

O jogo da memória já faz parte do imaginário, já o afro memória dentro do projeto extensionista "Iranti-ser Africa", vem para inserir e apresentar instigando a curiosidade e o interesse pela leitura de livros escritos por intelectuais negres. Esse jogo foi criado para fomentar a leitura preta através da ludicidade e precisa começar a fazer parte. Esse produto vem de encontro a tentativa de potencializar nossos fazeres e disseminar nas escolas - no caso específico desse trabalho, a EJA - essas obras escritas por nós, negros e negras que temos muitas e diversas produções acadêmicas, e no caso do jogo, literárias.

Foto do símbolo Adinkra:

Figura 49 – Símbolos Adinkra

SÍMBOLO	DESCRIÇÃO	SÍMBOLO	DESCRIÇÃO	SÍMBOLO	DESCRIÇÃO	SÍMBOLO	DESCRIÇÃO
	Proteção e presença divina		Inteligência, engenhosidade		Grandeza, carisma e liderança		Fé em deus
	Majestade e supremacia divina		Beleza, higiene, qualidades femininas		Vigilância, atenção		A supremacia de deus
	Aprender com o passado		Humildade, força		Coragem, valor		Conhecimento, sabedoria, prudência
	Aprender com o passado		Amor, segurança		Piedade, educação		Comprometimento, perseverança
	Prontidão, firmeza		Lei, justiça, escravidão		Paciência, tolerância		Fortaleza, prontidão
	Mortalidade		Lei, justiça, escravidão		Entendimento, acordo		Mudanças, a dinâmica da vida
	Sabedoria, engenhosidade, inteligência, paciência		Amizade, interdependência		Adaptabilidade		Boa sorte, santidade
	Poder do amor		Independência, liberdade, emancipação		Sabedoria, criatividade		Pacificação, reconciliação
	Bravura, força		Segurança		Divindade da mãe Terra		Ofício sacerdotal, lealdade, destreza
	Excelência, autenticidade		Inveja, ciúmes		Resistência, desenvoltura		Conhecimento, educação vitalícia
	Esperança, providência, fé		Democracia, união da diversidade		Afluência, abundância, união		Serviço, liderança
			Valentia, coragem		Paz, harmonia		União, relações humanas
					Cooperação, interdependência		Precisão, habilidade

Fonte: Jogo Afromemória.

6.3 Aspectos subjetivos e objetivos

Falar sobre a literatura negra, sua existência, permanência e utilização na educação, vem do desejo de mudança das práticas escolares, que visa pluralizar novas escritas, histórias, saberes e pesquisas. Além de me instigar a inquietação com a falta de interesse do público de educadores, professores, técnicos, dentro da academia com relação ao conhecimento ou aquisição de literaturas de intelectuais negres, após uma campanha de arrecadação de livros desse nicho da literatura brasileira, ficou para mim a necessidade de criação e prática do jogo afromemória, tanto nos espaços educativos (EMEI, Creches, Escolas infantis de educação básica, ensino médio e até superior), como também nos espaços onde o Carro Biblioteca da Escola de Ciência da Informação (ECI) atende as comunidades carentes. E é de interesse também, escurecer o interesse dos públicos que formam os educadores do país, como professores, bibliotecários, pedagogos, instigando-os a utilizar material de pesquisa e literário produzido por outros intelectuais

que não só os europeus, americanos. Chamar o olhar para outras obras, outros pensares, com conteúdos diversos e potentes mas que estão em outros países, continentes e corpos. Isso deverá rever o caráter epistemológico, teórico-metodológico fomentando outras discussões, outras formações, compreensões e aprendizagens relacionadas à formação docente, tanto quanto os já conhecidos e utilizados pela educação, que são os materiais literários e de pesquisa do colonizador. É importante também dialogar com nossos(as) alunos(as) sobre essa diversidade e possibilidade de outras obras, intelectuais serem inseridos no contexto escolar, tanto para fomentar a leitura, quanto para instigar o pensamento e valorizar o social e a cultura desses educandos. As relações étnico-raciais no Brasil, indica uma educação voltada para o entendimento do sujeito e seu lugar de fala, de pertencimento, visando não descaracterizá-lo, muito menos corrigi-lo em seu entendimento de mundo. É importante termos filósofos e educadores importantes nesse viés da educação que pontua compreensão e interesse, pelas experiências humanas e suas práticas, e que coloca essa educação crítica e livre. Revendo a criação, ações e políticas públicas na luta travada pelo Movimento Negro brasileiro, que vislumbrou a necessidade de implementação de políticas voltadas para o povo negro, a mais de 500 anos vivendo debaixo da marquise do mito da democracia racial através dos livros e artigos escritos e defendidos pela Gomes (2003, 2012, 2017). Diante de toda luta e conquistas do Movimento Negro em defesa de pontuar as responsabilidades públicas e governamentais em prol da grande maioria do povo brasileiro, que são negros(as) que ainda são maioria nas periferias das cidades do país. Leis de inserção da cultura africana e afro brasileira, lei de cotas, lei de reserva de vaga em concurso público, o próprio governo acatar que sim, somos um país racista, são feitos conquistados pela luta do Movimento Negro Unificador. Mas Gomes ainda defende que o Movimento Negro, além de unificador ele educa e defende:

Quanto mais os setores conservadores, de direita, os ruralistas e os capitalistas se realinham nas relações sociais e de poder, provocando ainda maiores desigualdades, mais compreendo a força dos movimentos sociais nas lutas emancipatórias e pela democracia. Em especial, entendo ainda mais a trajetória de luta do Movimento Negro Brasileiro e a produção engajada da intelectualidade negra como integrantes do pensamento que se coloca contra os processos de colonização incrustados na América Latina e no mundo; movimento e intelectualidade negra que indagam a primazia da interpretação e da produção eurocentrada de mundo e do conhecimento científico (Gomes, p. 15, 2017).

É importante pontuar que a luta do Movimento Negro pelo reconhecimento das nossas pesquisas e produções ressalta que existem saberes outros, que precisam ser considerados em nossas escritas e que estamos nas universidades, nas escolas do país, nos centros de pesquisa, trazendo nossas expertises, nossas pesquisas e olhares para continuar contribuindo, agora de forma intelectual, porque não, para mudanças importantes e significativas que precisam acontecer para equidade necessária e justa. E nesse campo aberto para novas pesquisas, de reconhecimento e implementação de ações voltadas para a negritude é que muitos de nós estamos lendo os nossos, tomando conhecimento desses pensamentos, criando pesquisas e formas para contribuir para que mudanças significativas e importantes possam acontecer, através das nossas pesquisas e conhecimentos acadêmicos. Mas não abrimos mão de entender que o conhecimento acadêmico não pode desatrelar o conhecimento cultural e social, ele precisa receber uma educação com vistas a proporcionar melhores condições de vida, preparando-o para o mercado para melhores cargos, funções, lugares na sociedade. Pretende-se com essa pesquisa contribuir com o registro documentado da criação de uma eficaz ferramenta de trabalho para essa educação contemporânea que o povo negro anseia, fomentando a leitura, dando a conhecer nosso elenco de escritores negres do jogo Afromemória físico e virtual, como também estimular a curiosidade pela obra de diversos outros intelectuais que temos fora do jogo e que precisam estar sendo incluídos na educação nas suas várias etapas, mas particularmente no segmento que atende os nossos jovens e adultos da EJA.

Diante da luta antirracista que vamos pontuando em nossas vivências, essas ações precisam comungar com as nossas escritas, falas, posturas e conscientização. Sabemos que nosso país é racista e precisamos diante dessa constatação trazer para dentro das escolas, seja em que nível for, formas de não reprisar a história dos livros que não nos representam, pois não citam nossas lutas, nossas conquistas, guerras, feitos e principalmente nossa intelectualidade. Essa intelectualidade escrita, seja literária ou científica, que não aparece em programas de cursos, não são indicadas em sala de aula, não são lidas e nem apresentadas como referência. O racismo tem sua forma de não nos enxergar como indivíduos, imagina como intelectuais pesquisadores?!? Não podemos esquecer que segundo Gomes:

[...] quando se realizava alguma comemoração cívica ou educativa sobre a questão do negro no Brasil, somente a data do dia 13 de maio, dia da assinatura da Lei Àurea, em 1888, era lembrada e comemorada (Gomes, p. 106, 2017).

É importante pontuar que nunca se trouxe para dentro das escolas brasileiras, como a lei 10.639/03 propõe, nossas lutas, guerras, resistência, pontuando com louvor os feitos de Zumbi líder do Quilombo dos Palmares, que resistiu 100 anos a investida de seus algozes. O que acontece até os dias de hoje nas escolas com referência a esse líder, são situações vexatórias, sem contexto histórico, sem pensamento crítico e sem a representação de como, onde, perdas e ganhos das muitas lutas e resistências negras, daquele período até aqui. As questões negras e nossa representação só é lembrada em maio e novembro, ainda de forma simbólica e/ou como entretenimento, não levantando nenhum debate ou pontuando ações, guerras, conquistas e até mesmo o sequestro sofrido pelos africanos quando do início da escravização. Foi o Movimento Negro que dentro de seu cunho político, visando problematizar e interpretar o dia 13 de maio o transformou no “Dia Nacional de Luta contra o Racismo”, como também apresentou a sociedade brasileira o dia de Zumbi dos Palmares, dia 20 de novembro, que é lembrado como o dia da morte desse líder quilombola que lutou resistindo a opressão vivida pelos escravizados. Essa data histórica e de resistência “...obriga a sociedade brasileira e a escola a discutirem os movimentos de luta dos negros durante e após a escravidão” (Gomes, p. 108, 2017)⁹.

Percebe-se por esse movimento político e de representação do Movimento Negro, que aconteceu uma resposta favorável e importante, que foi a institucionalização do dia de Zumbi. E até os dias de hoje o Movimento Negro Unificado e agora também educador e toda movimentação de luta representando os negros, veem tendo conquistas importantes, em várias beneficências para que conquistemos mais e mais direitos, respeito e dignidade inclusive e principalmente a reeducação e construção de saberes.

Mas mesmo diante de toda movimentação, luta pelos direitos e conquistas do Movimento Negro Unificado e Educador, a luta é grande começando pela etimologia das palavras “negro” e “branco”, que têm incrustadas em seus significados definições que remetem a juízo de valores. O primeiro leva significados como “Que recebe a luz e não a reflete”; “Escravo”; “que tem a cor do piche”, enquanto a outra tem como comparação “Da cor do leite ou da neve”; “Cândido”; “Patrão, senhor”.

Essas descrições vistas até hoje dessa forma, precisam nos impulsionar a entender de vez, o mito da democracia racial no país e que a questão racial posta, requer a representatividade reconhecida como algo que importa e deve ser escurecida e pontuada,

⁹ Lei 12.519, de 10 de novembro de 2011. Institui o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra. Ar. 1º - É instituído o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, a ser comemorado, anualmente, no dia 20 de novembro, data do falecimento do líder negro Zumbi dos Palmares.

devemos agir para tomar posse de uma educação emancipatória, que reconheça nossas lutas, culturas, literaturas, pesquisas. Que coloque nossa intelectualidade integrando e debatendo com a interpretação e produção intelectual eurocêntrica de mundo e de conhecimento científico.

Precisamos pensar ações e recursos para uma educação decolonial, e uma dessas ações, proponho seja colocada no fomento a leitura de autores negres e suas obras diversas, que ouçamos e aprendamos sobre as culturas religiosas, sobre as festas e toda cultura ao nosso redor que virá somar, apontar e fortalecer nossa educação e que ainda irá fomentar a prática da leitura. Não deixando a prática milenar de se ler, contar e ouvir histórias, que reconheçamos esses saberes, incluindo o tradicional respeitando e dialogando um com o outro, sem que nenhum dos dois saberes sejam invisibilizados. Para reinventar a memória, reinterpretar o passado e subverter o tempo futuro.

Precisamos escurecer bem, o alvo da minha pesquisa, a Educação de Jovens e Adultos (EJA), é uma política pública que precisamos falar sobre, principalmente que muitos de nós entendemos de forma errônea e que por vezes nem gostamos de nos manifestar, porque na maioria de nossa compreensão nos leva a culpar os sujeitos que em seus cargos políticos deveriam estar nos representando em nossos direitos. Mas, segundo o sociólogo Max Weber, o conceito é extremamente amplo e compreende qualquer tipo de liderança independente em ação.

A ação que foi proposta pela lei federal 10.639/03 e toda luta travada desde o Teatro Experimental do Negro (TEN), 1944 e depois na década de 1970 com o Movimento Negro Unificador, requer desde sempre, uma nova forma de educação que englobe reconhecer saberes outros que não só os acadêmicos e eurocentrados. Para isso e não por menos o Teatro Experimental do Negro (TEN), se iniciou com o teatro, com peças escritas e interpretadas por artistas negres, pela inquietação de um dos fundadores que foi Abdias do Nascimento com a ausência de nossa cultura e da valorização do povo negro, construtor e pertencente desse país continental. Mas mesmo assim, esse corpo negro e suas histórias eram negligenciados, a não ser quando era para reforçar os estereótipos já impostos. Temos que pensar um Brasil que nunca quis escurecer os fatos e protagonizar os sujeitos que tinham e podiam contar suas próprias histórias, inclusive com conhecimento de causa e num prisma que traria a re-significação para nossa cultura e educação. E ainda estamos aqui, tentando implementar uma lei federal de 2003, uma lei jovem que está no início de sua vida adulta, mas que infelizmente ainda continua sendo negligenciada nas escolas e em suas práticas. Fomos o último país a abolir a escravização,

oficialmente, e ainda temos forte a ideia de que ela ainda não acabou, isso vem muito, devido ao fato de não conhecermos nossa história de luta, guerras e que além disso, sabermos que fomos escravizados não por sermos mais fortes ou menos esclarecidos que os indígenas, porque se pensarmos que se os colonizadores queriam quantitativo, eles teriam escravizado os povos da China, que sempre teve número expressivo em população. Temos que entender que a África foi “escolhida” por conta de suas tecnologias de ponta, seu fazer ancestral que atraiu o colonizador branco com seu armamento bélico, subjugando, escravizando, torturando, matando povos negros, pois os mesmos resistiam, em prol de trazer para a terra brasilis tecnologias potentes, boa e de graça para construção do país. Diante de toda essa nossa história desde o primeiro navio que aqui ancorou, passando por toda resistência advindo disso, temos um longo caminho a percorrer. E um dos caminhos possíveis, está atrelado à educação e em suas práticas educacionais antirracistas que precisam definitivamente abrir caminhos para estar na formação desses educadores e por conseguinte nas escolas. Acreditando e explorando a pedagogia lúdica de ensinar, propomos estimular as habilidades dos alunos no acordar sua criança interior, trazendo a curiosidade e o interesse nas literaturas, não essas que lhe foram a vida inteira imposta, mas uma, que irá lhe instigar o interesse e que comungam com suas verdades e histórias.

7 CONCLUSÃO

A partir da minha vivência como mulher preta e pensando nos caminhos que trilhei, quando pude acessar os conhecimentos produzidos por pessoas pretas e seus fazeres acadêmicos, caseiros ou socioculturais, me trouxeram orgulho e valores que me fizeram reconhecer que apesar da falta do reconhecimento científico, essas pessoas são detentoras de saberes inéditos perpetuados oralmente pela vida. Esse conhecimento sendo validado, traz, na maioria das vezes, vida digna e uma simplicidade, que nesse caso significa "ausência de complicação".

Ao buscarmos os saberes intelectuais, tanto do povo africano, como do povo da diáspora, somando também o conhecimento dos povos originários, deparamo-nos com intelectuais diversos nos vários campos de atuação científica. Com isso, a pergunta que não quer calar, porque não estudamos, conhecemos e utilizamos esses fazeres também intelectualizados, no qual ainda não fomos apresentados?

Temos que começar a lançar mão e inserir cada vez mais, em nossas pesquisas, indicações bibliográficas negras já existentes nas várias áreas do conhecimento teórico. Foi pesquisando, lendo esses autores a partir desse questionamento que percebi que se faz necessário lançar mão de ferramentas que possam mediar o ensino desses conhecimentos na EJA e mudar esse apagamento, escurecendo, enfim, que somos detentores de saberes e não podemos mais, a quase 500 anos da abolição da escravidão, comungar com o apagamento e o racismo epistêmico que os nossos infelizmente ainda sofrem.

Quem disse que nossos saberes são inferiores não querem dar crédito ao povo negro, se chegamos até aqui é porque merecemos sermos lidos, referenciados, estudados, pesquisados por brancos e negros. Diante de um currículo diverso, educadores da Educação de Jovens e Adultos (EJA) poderão incluir em suas práticas ferramentas didáticas que visem enaltecer e valorizar a representatividade negra como fonte de conhecimento científico, literário como acolhimento de alunos(as) que voltam para escola e merecem uma escola dialógica que considerem suas vivências culturais, orientados por práticas decoloniais.

Por fim, considero que com todos os intelectuais negres, inclusive os que apresento nesse trabalho, alguns com literaturas pertencentes ao jogo Afromemória, merecem estar inseridos na educação brasileira como foram inseridos na construção desse país. A ideia é utilizar essas ferramentas pedagógicas e lúdicas, pensando o combate ao racismo, discriminação e preconceito racial na perspectiva de sua diminuição e/ou erradicação, através da queda do mito da democracia racial, que possibilita discussões com o tema, reconhecendo o racismo cotidiano existente nesse país, mudando assim o foco do fazer educacional, dando visibilidade a um novo paradigma.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE SOBRINHO, Gilberto. O pensamento de Abdias Nascimento e a luta contra o racismo. *Jornal da UNICAMP*, São Paulo, 15 out. 2018. Direitos Humanos. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/artigos/direitos-humanos/o-pensamento-de-abdias-nascimento-e-luta-contra-o-racismo-1>. Acesso em: 3 jun. 2022.

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1958.

ANDRADE, Maria Margarida de. A unidade lexical no discurso etnoliterário. In: CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOGIA, 14., 2010, Rio de Janeiro. *Anais do XIV CNLF (tomo 1)*. Rio de Janeiro: [s.n], 2010. p. 408 a 418. Disponível em: http://www.filologia.org.br/xiv_cnlf/tomo_1/408-418.pdf . Acesso em: 19 dez. 2022.

ARDILES, Oswaldo. Cultura popular y filosofia de la liberacion: una perspectiva latinoamericana.- Dos Reflexiones sobre la Cultura, Rodolfo Kusch (pag.207). Acesso em 10 novembro de 2022

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LINGÜÍSTICA. *Magda Soares*. Campinas, Sp, 31 jul. 2020. YouTube: Abralin. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UnkEuHpxJPs&lc=UgyLB5FHtGpt66LhMpF4AaABAg>. Acesso em: 10 ago. 2022.

BAKHTIN, Mikhail M.. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, Mikhail M. *Estética da criação verbal*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BICUDO, Virgínia Leone. *Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo*: São Paulo: Sociologia e Política, 2010.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A educação como cultura popular. In: *Cultura rebelde: escritos sobre a educação popular ontem e agora*. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4541406/mod_resource/content/0/BRANDAO.pdf. Acesso em: 19 out. 2023.

BRASIL. Lei nº 10.639/2003, de 9 de janeiro de 2003. Altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira”, e dá outras providências. *Presidência da República*, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, DF, 9 jan. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm . Acesso em: 10 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana*. Brasília, out. 2004. Disponível em: <https://editalequidaderacial.ceert.org.br/pdf/diretrizes.s.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2022.

BRASIL. Resolução 01/2021, de 25 de maio de 2021. Institui diretrizes operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos ao seu alinhamento à Política Nacional de Alfabetização (PNA) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e Educação de Jovens e Adultos a Distância. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/media/aceso_informacao/pdf/DiretrizesEJA.pdf. Acesso em: 10 jun. 2022.

BRITO, Cristiane M. D. de; CORDEIRO, Leonardo Z.; AFONSO, Livia N.; SOUZA, Ricardo Alexandre de. *Entrelaçando redes: reflexões sobre atenção a usuários de álcool, crack e outras drogas*. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2017. Disponível em: <https://www.pacolivros.com.br/entrelacando>. Acesso em: 19 out. 2023.

BUZATO, Marcelo El Khouri. Letramento e inclusão: do estado-nação a era das TIC. *DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, v. 25, n. 1, p. 1-38, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/delta/a/kgCZ89jPSGTy85Z9ncL5m9c/abstract/?lang=pt> Acesso em 05 de julho de 2022.

CARNEIRO, Sueli. *Sueli Carneiro*. 26 maio 2022. Entrevista concedida a Mano Brown no podcast Mano a Mano.

CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARVALHO, Juliéverson Messias de. *A ideia de raça em Frantz Fanon e sua influência sobre o pensamento descolonial epistêmico*. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciência Política e Sociologia: Sociedade, Estado e Política na América Latina) - Universidade Federal da Integração LatinoAmericana, Foz do Iguaçu, 2015. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/bitstream/handle/123456789/444/julieverson%20tcc%20final.pdf?sequence=1&isAllowed=y>; Acesso em: 10 jun. 2022.

CAVALCANTE, Kellison Lima. Fundamentos da filosofia Ubuntu: afroperspectivas e o humanismo africano. In: PURIFICAÇÃO, Marcelo Máximo; ARAÚJO, Eleno Marques de; CATARINO, Elisângela Maura (org.). *Reflexão sobre temas e questões em áreas afins à Filosofia*. Ponta Grossa, PR: Atena, 2020. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/catalogo/post/fundamentos-da-filosofia-ubuntu-afroperspectivas-e-o-humanismo-africano>. Acesso em: 20 fev. 2023.

CERQUEIRA, Carlos Luiz Pereira de; SANTANA, Marise de. Os *Adinkras*: ideogramas das tribos africanas. In: Seminário do Programa de Pós-Graduação em Desenho, Cultura e Interatividade, 15., 2020, Feira de Santa, BA. *Anais [...]*. Disponível em: <https://periodicos.uefs.br/index.php/AnaisPPGDCI/issue/view/261>. Acesso em: 19 out. 2023.

CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o Colonialismo*. Lisboa: Sá da Costa, 1978. (Cadernos livres; 15).

CHARLOT, Bernard. *Relação com o saber, formação dos professores e globalização: questões para a educação hoje*. Porto Alegre: Artmed, 2007.

COELHO, Wilma N. B; MÜLLER, Tania M. P.; SILVA, Carlos A. F. (org.) Formação de professores, livro didático e Escola Básica - Coleção Formação de professores & Relações Etnico-Raciais. Ed.LF 2016. ___ Preconceito, discriminação e sociabilidades na Escola Basica - COELHO, Wilma de [Nazare Baia; SILVA, Carlos Aldemir Farias da (págs,65 e 73)

DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (org.). *Escrevivência: a escrita de nós - reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. Disponível em: <https://www.itausocial.org.br/wp-content/uploads/2021/04/Escrivencia-A-Escrita-de-Nos-Conceicao-Evaristo.pdf>. Acesso em: 19 out. 2023.

EJA e BNCC: descubra o que a base prevê para os estudantes. *Planeta Educação*, 14 set. 2021. *Planeta Educação*, São José dos Campos, SP, 14 set. 2021. Disponível em: <https://www.plannetaeducacao.com.br/portal/a/457/eja-e-bncc-descubra-o-que-a-base-preve-para-os-estudantes>. Acesso em: 15 ago. 2022.

ESPINHEIRA FILHO, Ivan de Pinho. Existência e reexistência das póéticas negras brasileiras no contexto de uma educação antirracista: em busca do letramento racial e literário no livro didático de língua portuguesa do ensino médio. In: JOGO DO LIVRO E SEMINÁRIO INTERNACIONAL LATINO-AMERICANO, 12. e 2., 2017, Belo Horizonte. Disponível em: <https://www.ceale.fae.ufmg.br/files/uploads/xii%20jogo%20do%20livro/ANAIS%20parte%201/EXIST%C3%8ANCIA%20E%20REEXIST%C3%8ANCIA%20DAS%20P%C3%93ETICAS%20NEGRAS%20BRASILEIRAS%20NO%20CONTEXTO%20DE%20UMA%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20ANTIRRACISTA.pdf>. Acesso em: 19 out. 2023.

EVARISTO, Conceição. *Conceição Evaristo: a escrevivência das mulheres negras reconstrói a história brasileira*. São Paulo: Portal Geledés, 2021. Entrevista concedida a Morgani Guzzo. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/conceicao-evaristo-a-escrevivencia-das-mulheres-negras-reconstroi-a-historia-brasileira/?amp=1&gclid=Cj0>

KCQIAyracBhDoARIsACGFcS7ss7R-75AtC_0LtqS6nJlknKXUKk34iftIsTAUoxkM6-S4tGcU4CcaAlFVEALw_wcB. Acesso em: 22 set. 2022.

FANON, Frantz. *Los condenados de la Tierra*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009.

FERRARO, Alceu Ravello. Escolarização no Brasil: articulando as perspectivas de gênero, raça e classe social. *Educação e Pesquisa*, v. 36, n. 2, p. 505-526, mai/ago. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v36n2/a06v36n2.pdf>. Acesso em: 4 set. 2023.

FERREIRA, A. J. *Letramento racial crítico através de narrativas autobiográficas: com atividades reflexivas*. Ponta Grossa, PR: Estúdio Texto, 2015.

FERREIRA, A. J. Entrevista com Aparecida de Jesus Ferreira. *Revista X*, Curitiba, v. 14, n. 3, p. 1-15, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/revistax/article/view/67684/39020>. Acesso em: 4 set. 2023.

FERREIRA, Gessé Pereira; SIQUEIRA, Ângelo Santos VIANA; Edlaine Gladys Borges. A simetria matemática na simbologia Adinkra. *Almanaque Multidisciplinar de Pesquisa*, v. 2, n. 1, p. 143-158, 2015. Disponível em: <http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/amp/article/view/2936>. Acesso em: 19 out. 2023.

GOMES, Nilma Lino. *A mulher negra que vi de perto*. 2. ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1995.

GOMES, Nilma Lino. Educação, relações étnico-raciais e a Lei nº10.639/03: breves reflexões. *Portal Geledés*. São Paulo, 27 ago. 2011. Ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/educacao-relacoes-etnico-raciais-e-lei-10-63903-2/>. Acesso em: 19 out. 2023.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. *Currículo sem Fronteiras*, v.12, n.1, p. 98-109, jan./abr. 2012. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol12iss1articles/gomes.pdf>. Acesso em: 5 set. 2023.

GOULART, Audemaro Taranto. *Notas sobre o desconstrucionismo de Jacques Derrida*. 2003. Disponível em: http://portal.pucminas.br/imagedb/mestrado_doutorado/publicacoes/PUA_ARQ_ARQUI20121011175312.pdf. Acesso em: 20 out. 2023.

GOMES, Nilma Lino. *O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis: Vozes, 2017.

GOMES, Nilma Lino. *O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis: Vozes, 2020.

GRILO, Natháliai. *Imaginação radical negra: um manifesto desassossego*. 2021. Medium: preta.velha. Disponível em: <https://medium.com/@preta.velha/imagina%C3%A7%C3%A3o-radical-negra-um-manifesto-desassossego-e71bb23fae26>. Acesso: 20 out. 2023.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. *Cadernos Cedes*, ano XXI, n. 55, nov./2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/pqNtQNWnT6B98Lgipc5YsHq/?format=pdf&lang=pt>. Aceso em: 5 set. 2023.

JESUS, Rodrigo Ednilson. *Quem quer (pode) ser negro no Brasil?* Belo Horizonte: Autêntica, 2021. (Cultura Negra e Identidades)

KI- ZERBO, Joseph (ed.). *História geral da África I: metodologia e pré-história da África*. 2. ed. Brasília: UNESCO, 2010. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000190249>. Acesso em: 5 set. 2023.

KLEIMAN, Ângela. Objetivos e expectativas de leitura. In: _____. *Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura*. Campinas: Pontes, 1989.

MAIO, Marcos Chor. Virgínia Leone Bicudo. *Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS)*, Porto Alegre, RS. Bionotas. Disponível em: <https://sbsociologia.com.br/project/virginia-leone-bicudo-2/>. Acesso em: 10 ago. 2022.

MARTINS, Leda. Performances da oralitura: corpo, lugar da memória. *Língua e literatura: limites e fronteiras*, n. 26, p. 63-81, jun. 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11881/7308>. Acesso em: 19 out. 2023.

MEILLASSOUX, Claude. *Antropologia da Escravidão: o ventre de ferro e dinheiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

MIGNOLO, Walter D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade*, n. 34, p. 287-324, 2008. Disponível em:

http://professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/desobediencia_epistemica_mignolo.pdf. Acesso em: 5 set. 2023.

MONTERO, Maritza. 1998. Paradigmas, conceptos y relaciones para una nueva era. Cómo pensar las Ciencias Sociales desde América Latina (Caracas: Dirección de Estudios de Postgrado/Facultad de Ciencias Econ micas y Sociales/Universidad Central de Venezuela) 20 de junho. Seminário Las ciencias econ micas y sociales: reflexiones de fin de siglo.

MOVIMENTO Negro Unificado. 2020. Apresenta informa es e publica es do Movimento Negro Unificado, organiza o pioneira na luta do Povo Negro no Brasil. Fundada no dia 18 de junho de 1978,   lançada publicamente no dia 7 de julho, deste mesmo ano, em evento nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo em pleno regime militar. O ato representou um marco referencial histórico na luta contra a discrimina o racial no país. Disponível em: <https://mnu.org.br/mnu/>. Acesso em: 2 jun. 2022.

MUNANGA, Kabengele. *Negritude: usos e sentidos*. 4 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

NASCIMENTO, Abdias do. *O Brasil na mira do pan-africanismo*. Salvador: EDUFBA, 2002.

NASCIMENTO, Abdias do. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. São Paulo: Perspectivas, 2016.

NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). *Sankofa: matrizes africanas da cultura brasileira*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1996.

NASCIMENTO, Rakeche. Antologia que reúne poesias de mais de 70 mulheres negras   lançada. *Mundo Negro*, 3 ago. 2021.  ltimas notícias. Disponível em: <https://mundonegro.inf.br/antologia-que-reune-poesias-de-mais-de-70-mulheres-negras-e-lancado/>. Acesso em: 10 mar. 2023.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; CANDAU, Vera Maria Ferrão. Pedagogia decolonial e educa o antirracista e intercultural no Brasil. *Educa o em Revista*, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 15-40, abr. 2010. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/edur/v26n01/v26n01a02.pdf>. Acesso em: 5 set. 2023.

OLIVEIRA, M ria Gomes de. O ensino da leitura e da literatura no ensino médio brasileiro: controvérsias, diversidade e polifonia. *Revista Portuguesa de Educa o*, v. 27,

n. 1, p. 95-110, 2014. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/rpe/article/view/4299>. Acesso em: 5 set. 2023.

OLIVEIRA, Mirian Gomes de. De leitor para leitor: relações étnico-raciais no ensino da literatura infantil e juvenil no Brasil. *Fólio - Revista de Letras*, v. 12, n.1, Vitória da Conquista, p. 117-135, 2020. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/folio/article/view/6496>. Acesso em: 5 set. 2023.

PARAÍSO, Marlucey Alves. *Currículo e mídia educativa: práticas de produção e tecnologias de subjetivação no discurso da mídia educativa sobre a educação escolar*. 2002. 302 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

PAULA, Benjamin Xavier de. *Educação para as Relações Étnico-raciais e o Estudo da História e Cultura da África e Afro-brasileira: formação, saberes e práticas educativas*. 2013. 327 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.

PNAD: Levantamento de todos mostra os primeiros impactos da pandemia nas taxas de atendimento escolar. *Todos pela Educação*. 2 dez. 2021. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/pnad-levantamento-do-todos-mostra-primeiros-impactos-da-pandemia-nas-taxas-de-atendimento-escolar/>. Acesso em: 3 ago. 2022.

RATTS, Alex, RIOS, Flávia M. *Lélia Gonzalez*. São Paulo: Selo Negro, 2010. (Retratos do Brasil Negro).

RIBEIRO, Djamila. *Lugar de fala*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

RUSSO, Luiza. Conheça o legado da educação popular brasileira de Paulo Freire. *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, 19 set. 2020. Notícias. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/09/19/conheca-o-legado-da-educacao-popular-brasileira-de-paulo-freire/>. Acesso em: 20 de junho de 2022.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Gustavo Alvarenga Oliveira. Contribuições de Kusch para a educação, cultura e vida escolar. *Revista Contemporânea de Educação*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 36, p. 1-17, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/42924/pdf>. Acesso em: 6 set. 2023.

SCHULTZ, T. W. *O capital humano: investimento em educação e pesquisa*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

SILVA, Natalino. Educação Popular Negra: breves notas de um conceito. *Educação em perspectiva*, Viçosa, v. 11, p. 1-15, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/educacaoemperspectiva/article/view/8488>. Acesso em: 6 set. 2023.

SILVA, Priscila Gabriele Martins. A importância de contar e ouvir histórias. *Espaço do Conhecimento UFMG*, Belo Horizonte. Disponível em: <https://www.ufmg.br/espaco-doconhecimento/a-importancia-de-contar-e-ouvir-historias/>. Acesso em: 12 set. 2022.

SOARES, Magda. Letramento em ensaio – Letramento: como definir, como avaliar, como medir. In: SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

SOUZA, Ana Lúcia. Linguagem e letramentos de reexistências: exercícios para reeducação das relações raciais na escola. *Linguagem em foco*, v. 8, n. 2, p. 67-76, 2016. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/linguagememfoco/article/view/1908>. Acesso em: 12 jul. 2022.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/5605>. Acesso em: 6 set. 2023.

SOUZA, Josiley Francisco de. África toma a palavra. *Revista Signótica*, Goiânia, v. 26, p. 89-110, jan./jul. 2014. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/sig/article/view/31405>. Acesso em: 6 set. 2023.

SOUZA, Daniela Barreto de; SOUZA, Adílio Júnior de. Itan: entre o mito e a lenda. *Letras Escreve*, Macapá, v. 8, n. 3, p. 99-113, 2º sem. 2018. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/letras>. Acesso em 13 jul. 2022.

TRINDADE, Azoilda L. Os Valores Civilizatórios e a Educação Infantil: uma contribuição afro-brasileira. In: BRANDÃO, Ana Paula; TRINDADE, Azoilda Loretto da (org.). *Modos de brincar: caderno de atividades, saberes e fazeres*. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2010. Disponível em: <https://www.cenpec.org.br/wp-content/uploads/2019/07/MODOSBRINCAR-WEB-CORRIGIDA.pdf>. Acesso em: 19 out. 2023.

WEBER, Regina. Relatos de quem colhe relatos: pesquisas em história oral e ciências sociais. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 39, n. 1, p. 63-83, 1996. Disponível em: <https://professor.ufrgs.br/sites/default/files/reginaweber/files/1996-relatos2.pdf>. Acesso em: 6 set. 2023.

ZENI, Bruna Schlindwein; RECKZIEGEL, Tânia Regina Silva. Contrato social, estado democrático de direito e participação popular. *In: CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI*, 18, 2009, São Paulo, SP. *Anais [...]*. São Paulo: Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito, 2009. p. 9343-9353. Disponível em: http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/Anais/sao_paulo/2834.pdf. Acesso em: 19 out. 2023.

ZUMTHOR, Paul. *Introdução à poesia oral*. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.